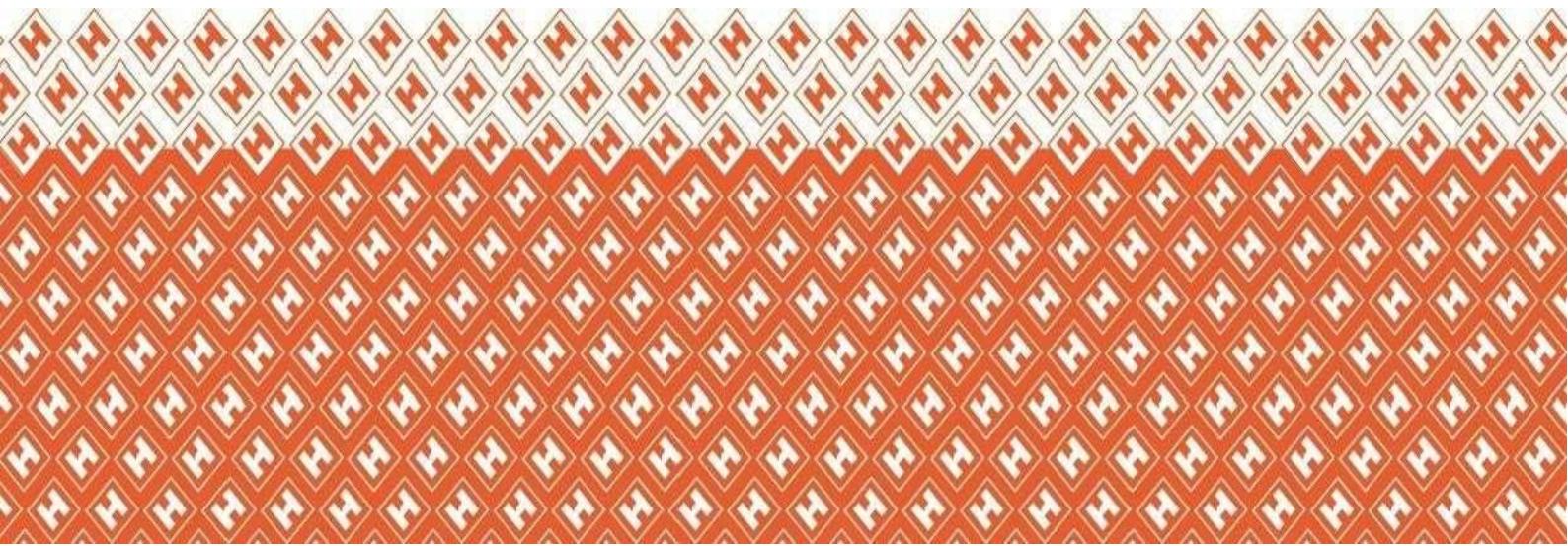


MICHAEL PETERSON RODRIGUES DE SOUZA

História, passados sensíveis e ditadura militar em Marabá em tempos negacionistas

Março/2025



MICHAELPETERSON RODRIGUES DE SOUZA

**HISTÓRIA, PASSADOS SENSÍVEIS E DITADURA MILITAR EM MARABÁ
EM TEMPOS NEGACIONISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de mestre em Ensino de História, sob orientação do professor Dr. Davison HugoRochaAlves.

Março/2025

MICHAEL PETERSON RODRIGUES DE SOUZA

HISTÓRIA, PASSADOS SENSÍVEIS E DITADURA MILITAR EM MARABÁ EM TEMPOS NEGACIONISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves - Orientador
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Prof. Dr. Heraldo Márcio Galvão–Examinador interno
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

Profa. Dra. Adriane dos Prazeres Silva–Examinadora externa
Universidade do Estado do Pará - UEPA

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento–Examinador externo
Universidade Federal do Pará - UFPA

Conceito:
Data:/...../.....

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Centro de Biblioteca Universitária

S719h Souza, Michael Peterson Rodrigues
História, passados sensíveis e ditadura militar em
Marabá em tempos negacionistas / Michael Peterson
Rodrigues Souza. – 2025.

Orientador(a): Davison Hugo Rocha Alves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Sul
e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara ,
Instituto de Estudos do Trópico Úmido Programa de Pós-
Graduação Profissional em Ensino de História Xinguara,
2025.

1. Ditadura. 2. Memória. 3. Temas Sensíveis. 4.
Tancredo Neves. I. Alves, Davison Hugo Rocha, orient.
II. Título.

CDD: 22. ed.: 907

Gerada automaticamente pelo módulo Ficha Fácil, conforme os dados
fornecidos pelos(as) autores(as).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Manoel de Jesus Sales de Souza (falecido) e Maria de Nazaré de Jesus Rodrigues (falecida) e a minha esposa Rosinete Lilian Mmedeiros de Souza e nossos “filhotes” Dara Brenda e José Isaac e nossas netas Emilly Medeiros Silva e Eloah Medeiros Silva pela conquista deste titulo de mestardo em ensino de História na Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA - XINGUARÁ PA).

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Rosinete Lilian Medeiros de Souza, muito obrigado por aguentar meus defeitos por esses longos 13 anos, sem você nada seria possível nesta caminhada árdua, espinhosa porém vitória, e claro não posso esquecer a nossa família ‘filhotes’ Dara Brenda, José Isaac e nossas netas Emilly Medeiros Silva e Eloah Medeiros Silva, nossa razão de viver.

Ao meu sogro Antonio Thomas de Medeiros e minha sogra Maria Deusirene dos Reis Medeiros pelo tratamento que sempre me deram em sua residência toda liberdade do mundo com muito carinho e respeito.

Neste momento não poderia esquecer as professoras Fatima Almeida, Marluce Martins Faraildes, professor Luis Carlos Pina que faziam parte da administração da escola Lucy Corrêa de Araújo localizada na Cidade Nova VI em Ananindeua que deram oportunidade em um troca de horário para que o vigilante da escola “EU” pudesse estudar para participar do vestibular e ser aprovado no ano de 2004 na graduação de História.

Não poderia esquecer meu parceiro e “irmão dado Deus”, Enderson Benicio que me deu o maior conselho de todos “na UVA está aberta a inscrição no curso de História, faz tua inscrição” o convite foi aceito para graduação e hoje estamos terminando a pós graduação, isso tudo, esse amigo irmão fez por intermédio de sua mãe professora Léa Souza que era professora da instituição.

Esses agradecimentos também tem que incluir o meu amigo e colega de profissão e prefeitura professor Ivair Junior que muito ajudou nesta aprovação do mestrado na UNIFESSPA um verdadeiro “anjo da guarda” obrigado por tudo meu amigão. E sem esquecer o professor Antonio Ney, professora Rafaela e professor Leandro, amigos de sala do curso e para vida toda.

Não poderia também deixar de agradecer minha prima Mônica Coelho que me acolheu profissionalmente em um momento difícil, situação essa que proporcionou a possibilidade de terminar minha graduação em História.

Agradeço de coração a minha tia materna Fátima Dourado e Sebatião Dourado (falecido) e meus primos Daniel Dourado e Sabrina Dourado que sempre acreditaram no meu potencial e me deram total apoio no período da minha graduação.

Agradeço Meus Tio paterno José de Ribamar de Souza e minha tia Lucideia Souza por todo carinho e consideração que tiveram comigo e com meus pais por todos esses anos.

“Quem costuma vim de onde eu sou, as vezes não tem motivo para seguir,
então levanta e anda”

(Emicida)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi tratar de questões teóricas relacionadas à ditadura militar no Brasil, mas precisamente em Marabá/PA, por meio da relação com a memória e a produção da história dos tempos atuais nos últimos dez anos. Foram discutidos os conceitos de "memória" e "questões socialmente vivas" para discutir o ensino de História e a ditadura militar com autores consagrados como Nora (1993), Le Goff (2010), Pollack (1992, 1989), Albuquerque Júnior (2012), entre outros, que favoreceram a compreensão das memórias sociais produzidas no campo da ditadura militar no passado e no presente. Buscou-se compreender o motivo que levou grande parte da sociedade brasileira e Marabá a utilizar o passado como instrumento político na contemporaneidade da ditadura a partir de 2014. Para dar veracidade à pesquisa, utilizou-se uma escola pública de Marabá chamada Tancredo Neves II, buscando compreender como esses temas são abordados em sala de aula e como podemos utilizá-los no ensino de História para despertar o interesse dos alunos, enfatizando o contexto da Guerrilha do Araguaia, Casa Azul, Área de Segurança Nacional e Cassação do mandato do vereador Raimundo Rosa. Utilizou-se um questionário com dez questões abertas, para saber o que os alunos sabem sobre a Ditadura no Brasil e em Marabá, o golpe de 1964, a importância do ensino de História, entre outras pertinentes ao tema em questão. Foi apresentada uma proposta didática para trabalhar temas sensíveis da História principalmente relacionados à ditadura militar brasileira, oferecendo recursos lúdicos contendo jogo de bingo histórico, análise de imagens, produção de Podcast, entre outras ações. O estudo apontou que os alunos da escola Tancredo Neves II não têm acesso aos acontecimentos históricos ocorridos em Marabá, e que os livros didáticos utilizados por eles não têm nada sobre o assunto ou são muito resumidos e essa temática não é trabalhada nessa escola que tem esse nome tão "emblemático" para esse período da história brasileira. Sabe-se que este estudo não se esgota com essas descobertas, mas denota uma vertente para novas reflexões, pois é um tema da História que aborda temas sensíveis do passado, mas enraizados na contemporaneidade.

Palavra-chave: Ditadura. Marabá. Memória. Temas sensíveis. Tancredo Neves.

ABSTRACT

The objective of this study was to deal with theoretical issues related to the military dictatorship in Brazil, but precisely in Marabá/PA, through the relationship with memory and the production of history of the present times in the last ten years. Concepts "memory" and "socially living issues" were discussed to discuss the teaching of History and the military dictatorship with renowned authors such as Nora (1993), Le Goff (2010), Pollack (1992, 1989), Albuquerque Júnior (2012), among others, who favored the understanding of the social memories produced within the field of the military dictatorship in the past and in the present. It seeks to understand the reason that led a large part of Brazilian and Marabá society to use the past as a political instrument in the contemporary days of the dictatorship from 2014 onwards. To give veracity to the research, a public school in Marabá called Tancredo Neves II was used, to understand how these themes are addressed in the classroom and how we can use them in the teaching of History to arouse the interest of students, emphasizing the context of the Araguaia guerrilla, Casa Azul, Área de Segurança Nacional and Cassação da mandate do councilor Raimundo Rosa. A questionnaire with ten open questions was used, to know what the students know about the Dictatorship in Brazil and in Marabá, the 1964 revolution, the importance of teaching History, among others pertinent to the theme in question. A didactic proposal was presented to work on sensitive themes of History mainly related to the Brazilian military dictatorship, offering playful resources containing historical bingo game, image analysis, Podcast production, among other actions. The study pointed out that the students of the Tancredo Neves II school do not have access to the historical events that occurred in Marabá, and that the textbooks used by them have nothing on the subject or are very summarized and this theme is not worked on in this school that has this very "emblematic" name for this period of Brazilian history. It is known that this study is not exhausted with these discoveries, but it denotes a strand for new reflections, as it is a theme of History that addresses sensitive themes from the past but rooted in contemporaneity.

Keyword: Dictatorship. Marabá. Memory. Sensitive topics. Tancredo Neves

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagen 1- Ditadura Militar	16
Imagen 2 - Museu do Forte	31
Imagen 3- Escrituras nas paredes do DEOPS.....	34
Imagen 4-Celas na época do DEOPS	34
Imagen 5- Praça da Sé em São Paulo, 1964	36
Imagen 6- Pedido de Golpe militar em manifestação bolsonarista no ano de 2022	36
Imagen 7-Força nas ruas, intervenção militar já	41
Imagen 8- Comunismo paralelo	42
Imagen 9- Bomba no Rio centro	44
Imagen 10- Atentado no aeroporto de Brasilia	44
Imagen 11- Jornalista Vladimir Herzog assassinado	65
Imagen 12- Vítimas de torturas na ditadura militar	66
Imagen 13- Comparação avô e neto no combate a “ditadura”	73
Imagen 14- Bolsonaro, parlamentar que defende a ditadura	90
Imagen 15- Vereador Raimundo Rosa em Marabá	97
Imagen 16- Jornal folha do Norte 19/04/1964	97
Imagen 17- Jornal folha do Norte 22/04/1964	98
Imagen 18 Ata da sessão legisltiva de Marabá 1964.....	99
Imagen 19 Foto de guerrilheiros desaparecidos na guerrilha do Araguaia	104
Imagen 20 Comissão Nacional da Verdade em Marabá.....	105
Imagen 21 e 22 Sumário e capa do livro didático Araribá mais História	112
Imagen 23 Livro de estudos amazônicos Historia e geografia . vol 4.....	113
Imagen 24 mostra do livro citando a resistência e seus desdobramentos	114
Imagen 25 Frente da escola Tancredo Neves II.....	117
Imagen 26 Sala de aula da escola Tancredo Neves II.....	117
Imagen 27 Quadra poliesportiva da escola Tancredo Neves II.....	118
Imagen 28 Sala multifuncional da escola Tancredo Neves II.....	118
Imagen 29 Entrada da escola Tancredo Neves II.....	119
Imagen 30 Manifestantes pedem intervenção militar ano 2018	121
Imagen 31 e 32 Documentario Travessia	123
Imagen 33 Abusos intitucionais	132
Quadro	111
Tabulação.....	123

Gráfico Turmas do 8º e 9º anos da escola Tancredo Neves II129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
SESSÃO 1- A DITADURA MILITAR; ENTRE REVISIONISTAS E NEGACIONISTAS: UMA QUESTÃO SOCIALMENTE VIVA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	16
1.1 Usos políticos do passado na sociedade brasileira (2014-2024)	17
1.2 A Ditadura Militar Brasileira entre História e Memória	25
1.3.O golpe de 1964 e suas tensões e memórias atuais através de imagens	36
1.4.O revisionismo ideológico para as disputas de memória de forma virtual.....	46
CONCLUSÕES DO SESSÃO 1	1 57
SESSÃO 2 -TEMAS SENSÍVEIS NA HISTÓRIA LOCAL E NA SALA DE AULA ..	58
2.0 Temas sensíveis na sala de aula em tempos negacionistas e a história local	58
2.1 A escola Tancredo Neves II: o sujeito histórico e a escola.	70
2.2 A estratégia das ruas para vencer nas indiretas.....	76
2.3 Uma leitura historiográfica da ditadura militar na Amazônia	81
CONCLUSÕES DO SESSÃO 2	2 91
SESSÃO 3 - A DITADURA MILITAR EM MARABÁ.....	93
3.1 Historia local e regional um debate historiográfico importante e necessário	93
3.2 Ações da ditadura militar em Marabá	95
3.3 “As memórias esquecidas ” da ditadura civil militar (1964 1985) através dos livros didáticos utilizados na escola Tancredo Neves II.	107
3.4 Silenciamentos e esquecimentos no currículo através dos livros didáticos na escola Tancredo Neves ll.....	109
3.5 Livros didaticos e o “resumo da guerrilha Araguaia”	110
3.6 Análise do planejamento anual do componente de Estudos Amazônicos e do livro didático.....	112
CONCLUSÕES DO SESSÃO 3	3 119
SESSÃO 4 “TRAVESSIA”E O TEMPO PRESENTE: CONSTRUINDO AS SEQUÊNCIA DIDÁTICA	121
4.1 Proposta do uso do Documentario	124

CONCLUSÕES DA SESSÃO 4.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	138
Apêndice 1 - PARECER 02/2017- CME.....	142

INTRODUÇÃO

A estrutura curricular do mestrado profissional em Ensino de História é alicerçada em fundamentos historiográficos que se conectam profundamente com a educação, promovendo reflexões e levantando questões sobre a relação entre o conhecimento acadêmico e a prática na educação básica. Essa abordagem, moldada pelo contexto acadêmico, abre caminhos para o desenvolvimento e a aquisição de saberes inovadores direcionados ao Ensino de História.

Meu nome é Michael Peterson Rodrigues de Souza, sou professor da rede pública municipal de Marabá, tenho 24 anos (13 anos só na cidade) de trabalho na educação em vários setores até chegar ao magistério. O motivo da minha pesquisa relacionada a ditadura militar em Marabá foi justamente a falta deste assunto nos ambientes escolares que trabalhei no município e pelo nome da escola que atuo como docente se chamar Tancredo Neves, onde realizei uma pesquisa com os alunos e percebi o total desconhecimento deste ser político e histórico.

A temática com a ditadura militar brasileira e paraense foi pensada e problematizada durante a graduação em História cursada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que abriu no ano de 2004 com alguns cursos de licenciatura. Então participei deste processo seletivo e passei para cursar Licenciatura Plena em História, primeiramente foi no turno da tarde, e depois pedi transferência para o turno da noite por causa do trabalho.

Durante a graduação, tive a oportunidade de participar de alguns fóruns e seminários, como o promovido pela Universidade Federal do Pará – UFPA com o título “História em músicas”, o qual mostrava como as músicas de “protestos” foram utilizadas durante a ditadura militar (1964-1985). Outro evento marcante, foi o Fórum Social Mundial, que aconteceu em Belém em 2005, e as experiências que adquiri nesses eventos foram importantíssimas para me dedicar ainda mais em estudar e discutir História.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação foi estudar sobre o movimento estudantil na ditadura militar no Pará no início do golpe em 1964, e meu interesse, naquele momento, era saber quais foram os desdobramentos ocorridos com essa parte da sociedade depois o golpe, como esse movimento foi atacado pelos militares e como os integrantes reagiram a esses prováveis ataques.

A temática da ditadura militar agora revisitada neste estudo acompanha o pesquisador desde a rememoração dos 40 anos do golpe civil-militar de 64. Nesse período a sociedade latino-americana estava se afastando das visões dicotômicas e lançando novas luzes sobre o período autoritário (Quadrat; Rollemburg, 2010, p. 12). O período foi muito interessante e ao mesmo tempo empolgante, pois pude pôr em prática os ensinamentos sobre memória “aprendidos” durante o curso, visto que, o trabalho exigia tal abordagem, o qual foi bastante

fascinante.

Tendo como perspectiva de trabalho a linha de pesquisa "Saberes Históricos no Espaço Escolar" tem como objetivo principal investigar as formas de construção, mediação e ressignificação do conhecimento histórico no ambiente educacional. A dissertação está dividida em três capítulos. No contexto do mestrado profissional em Ensino de História, o estudo sobre a ditadura militar em Marabá representa uma oportunidade singular de abordar temáticas sensíveis e fomentar o pensamento crítico em sala de aula.

A experiência vivida em Marabá durante o período ditatorial está imersa em uma realidade marcada pela repressão, violência e resistência popular. Ao tratar desse tema em sala de aula, os educadores enfrentam o desafio de propor um ensino que não apenas transmita informações, mas também promova a reflexão sobre a relação entre passado e presente. É nesse contexto que o uso da produção cinematográfica emerge como uma estratégia pedagógica eficaz, permitindo que os estudantes interpretem a história através de uma perspectiva interdisciplinar e criativa.

Uma possível abordagem consiste em explorar o legado de Tancredo Neves e seu papel no processo de transição democrática no Brasil. A figura de Tancredo Neves, ainda que distante do contexto imediato de Marabá, possibilita uma ponte para discussões mais amplas sobre os impactos da ditadura militar no cenário nacional e local. Nesse sentido, a elaboração de curta-metragens ou documentários produzidos pelos próprios alunos pode se tornar um recurso poderoso para conectar as experiências regionais ao contexto nacional.

O processo de produção cinematográfica em sala de aula oferece várias potencialidades pedagógicas. Primeiramente, ele estimula o trabalho em equipe e a criatividade, à medida que os alunos pesquisam, roteirizam e produzem suas narrativas. Além disso, possibilita uma compreensão mais aprofundada da história, uma vez que exige o engajamento ativo com fontes históricas, relatos orais e análises críticas. Ao relacionar a história local de Marabá à figura de Tancredo Neves, é possível desenvolver um senso de pertencimento e estimular a reflexão sobre como eventos nacionais repercutem em âmbitos regionais e vice-versa.

Essa proposta também abre espaço para o diálogo sobre temas sensíveis, como a censura, a violação de direitos humanos e as memórias de resistência durante a ditadura. Ao trazer essas questões para a sala de aula, o educador contribui para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e preparados para compreender as complexidades do mundo contemporâneo. O uso do cinema como ferramenta didática, aliado ao estudo da história local, oferece um caminho inovador e instigante para ensinar história e manter viva a memória histórica de Marabá e do Brasil.

A metodologia da pesquisa desta dissertação foi baseada através de documentos

historiográficos pesquisados nos museus da cidade de Marabá (Casa da Cultura e Museu Legislativo) e observações em redes e no conhecimento dos próprios alunos da escola Tancredo Neves II sobre a história do sujeito político e a ditadura militar em Marabá.

Em se tratando da problematização deste trabalho deve-se levar em consideração como os fatos ocorridos na ditadura militar a nível nacional chegam até a sociedade marabaense e mais especificamente aos alunos da escola Tancredo Neves II que fica localizada na rural do município, e como os discentes desta escola conseguem compreender esse uso político do passado para ideologias políticas atuais.

O primeiro capítulo deste trabalho vem abordar o negacionismo e o revisionismo histórico sobre a ditadura militar promovido por políticos da extrema direita no Brasil com a tentativa marcar um território político e ideológico em uma parte da sociedade brasileira que muitas vezes mal informada e outra parte mal intencionada fica reproduzindo falas distorcidas da história através de redes sociais, e conversas com familiares. São pessoas que negam a ciência, imprensas oficial simplesmente para acreditar o que lhe convém politicamente.

Neste capítulo, será tratado de questões teóricas ligadas a ditadura militar no Brasil, através das relações com a memória e a produção de história do Tempo Presente nos últimos dez anos, que são referentes à temática e o objeto de estudo desta dissertação. Dessa forma, se dialogará com os conceitos “memória” e “questões socialmente vivas” para debater o ensino de História, da ditadura militar e os envolvidos na sociedade brasileira, no que tange a essa abordagem teórica.

Nesse contexto, este trabalho discutirá sobre o campo da memória com Nora (1993), LeGoff (2010), Pollak (1992, 1989) para que se compreenda as memórias sociais produzidas dentro do campo da ditadura militar no passado e no Tempo Presente. Com isso, é fundamental discorrer que, a História do Tempo Presente é um campo epistemológico recente que trabalha com testemunhos vivos, e tem na memória uma perspectiva de renovação à prática historiográfica após a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), quando a temática dos direitos humanos entra em cena dentro da sociedade, os quais serão discorridos com Hobsbawm (2011), Ferreira(2002), Chartier (1996) e Rousso (2016).

No campo de pesquisa da ditadura militar no Brasil, pondera-se a partir da história dos conceitos, em que, primeiramente, deve-se pensarmos tema de pesquisa da dissertação à temática “Ditadura Militar” através dos trabalhos historiográficos de Motta (2014) e Motta & Reis (2014a; 2014b), para refletir as questões socialmente vivas no interior da sociedade brasileira dentro das escolas na cidade de Marabá-PA, que será o objeto de estudo do segundo capítulo deste trabalho.

A problemática deste capítulo se dá a partir da seguinte questão: “Como a temática da ditadura militar é mobilizada atualmente na sociedade brasileira?”. Por fim, a relação do ensino de história e os direitos humanos através da perspectiva de valorizar os paradigmas democráticos¹, demonstram que o papel social que a História possui é um exercício para a consolidação da cidadania na sociedade brasileira, na busca de direitos e deveres dos cidadãos, pois, atualmente existem disputas pelo estabelecimento de regimes de verdade sobre o passado que permeiam o debate social e dos ambientes pedagógicos (Genari, 2018, p. 17).

O segundo capítulo vai abordar os temas sensíveis em sala de aula. Esse debate é um dos grandes desafios da educação contemporânea, especialmente em tempos marcados pelo negacionismo histórico e pela polarização ideológica (Fico, 2022, p. 56). Sua abordagem é importante não apenas para professores e alunos de todos os segmentos de formação escolar, mas para toda sociedade brasileira. Pois apenas conhecendo, discutindo, analisando, revelando os fatos e as experiências ligados à ditadura militar, podemos efetivamente tornar esse momento da nossa história em tempo passado (Araújo, 2018, p. 40).

Estão inseridos os direitos humanos e justamente a ausência desta situação nas torturas aplicadas pela repressão aos opositores da ditadura militar no território nacional e logo após será colocada a história de Tancredo Neves², o político mineiro que deu nome a escola que faz parte desta dissertação de mestrado e suas ações políticas na redemocratização do Brasil após 21 anos de ditadura civil militar .

Levando em consideração a historiografia relacionada a ditadura militar na Amazônia através de Pere Petit no seu livro Chão de promessas e depoimentos da Comissão Nacional da Verdade relacionados a Marabá e alguns recortes de jornais da época para mostrar os acontecimentos a nível estadual que ocorriam na capital do estado do Pará.

O terceiro capítulo está relacionado aos acontecimentos diretos da ditadura militar em Marabá, como o caso da cassação de Raymundo Rosa, na guerrilha do Araguaia e torturas na Casa Azul e como esses assuntos não estão nos livros didáticos dos alunos da escola Tancredo Neves II, deixando aquela comunidade que tem a escola com esse nome tão emblemático sem esse conhecimento importantíssimo para toda comunidade escolar em geral.

Justamente a sequência didática destacada no final deste trabalho acadêmico, vem com intenção de trazer a tona os acontecimentos da ditadura civil e militar do macro para o micro

¹ABREU, Marcelo. 2015. “Memória, Cultura histórica e Ensino de História no mundo contemporâneo”. História e Cultura, França, volume 4, número 2, p.8-9.

² NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: trajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985, p. 103-104.

(nacional para local) para começar a suprir essa vazio historiográfico nesta escola que foi detectado até mesmo nos livros didáticos utilizados pelos alunos.

A fonte para essa pesquisa deste capítulo passou por jornais da capital do estado como Liberal e A Província do Pará, depoimento da fundora da escola Tancredo Neves e livros do Museu do Legisltivo de Marabá, Comissão da Verdade, Peri Petit e Circe Bitencourt no Ensino de História. O contato com essas fontes permitiu não apenas ampliar a informações a este respeito, mas também, a promoção de um espaço de reflexão crítica.

Almeja-se que todo aprendizado aqui oferecido, fortaleça o combate as distorções da verdade, reafirmando o compromisso com a justiça e os direitos humanos. E que sirva ainda, para novas iniciativas de pesquisadores e afins, garantindo que as lições do passado, não sejam apagadas e que a democracia seja constatamente valorizada e defendida

SESSÃO 1 A DITADURA MILITAR EM QUESTÃO:ENTRE REVISIONISTAS E NEGACIONISTAS UMA QUESTÃO SOCIALMENTE VIVA NA SOCIEDADE BRASILEIRA



Imagen 1–Ditadura militar nas redes sociais

FONTE: <https://www.uol.com.br/> acessado em 10/08/2024

A charge acima representa uma disputa pela memória em torno da temática da ditadura militar no Brasil, a qual representa duas gerações que pensam diferente sobre a temática da ditadura militar, o que pode ser representado pelos seguintes dizeres que são mostrados na charge: “Pela volta dos militares. Ditadura já!” e “Por mais aulas de História para essa gente”. A charge foi pensada e produzida em 2015 quando a ditadura militar ganhava destaque nos protestos sociais contra o governo de Dilma Rousseff, presidente do Brasil na época. Portanto, novas interpretações estavam colocando em xeque a democracia construída desde o período de redemocratização (1985 – . . .) conhecido como a quinta república Brasil.

No campo de pesquisa da ditadura militar no Brasil, pondera-se a partir da história dos conceitos, em que, primeiramente, deve-se pensar no tema de pesquisa da dissertação à temática “Ditadura Militar” através dos trabalhos historiográficos de Motta (2014) e Motta & Reis (2014a; 2014b), para refletir as questões socialmente vivas no interior da sociedade brasileira dentro das escolas na cidade de Marabá-PA, que será o objeto de estudo do segundo capítulo deste trabalho.

A problemática deste capítulo se dá a partir da seguinte questão: “Como a temática da ditadura militar é mobilizada atualmente na sociedade brasileira?”. Por fim, a relação do ensino de história e os direitos humanos através da perspectiva de valorizar os paradigmas

democráticos³, demonstram que o papel social que a História possui é um exercício para a consolidação da cidadania na sociedade brasileira, na busca de direitos e deveres dos cidadãos, pois, atualmente existem disputas pelo estabelecimento de regimes de verdade sobre o passado que permeiam o debate social e dos ambientes pedagógicos (Genari, 2018, p. 17).

1.1. Usos políticos do passado na sociedade brasileira (2014 - 2024)

O tema da Ditadura Militar faz-se presente na sociedade brasileira, e é uma memória incômoda atualmente no meio social, tanto por parte de políticos da direita como por parte de políticos da esquerda. Por exemplo, a fala de Jair Bolsonaro, ex- presidente do Brasil, no comício da Avenida Paulista no dia 24 de fevereiro de 2024, representa a tentativa de produzir um esquecimento em torno da questão da ditadura militar, inclusive quando reafirma os valores cívicos e sociais que foram a tônica dos seus quatro anos de governo. Assim como, ele pede pacificação e anistia para os condenados de 8 de janeiro de 2023⁴.

Nós não queremos o socialismo em nosso Brasil. Nós não podemos admitir o comunismo em nosso meio. Nós não queremos ideologia de gênero para nossos filhos. Nós queremos respeito à propriedade privada. Nós queremos o direito à defesa a própria vida. Nós queremos o respeito à vida desde a sua concepção. Nós não queremos a liberação das drogas em nosso país. Mas para isso nós devemos trabalhar todo dia: dentro de casa, no trabalho, com os vizinhos e com os amigos. (UOL, 2024).

Durante uma entrevista à Rede TV, Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil, também construiu uma memória entorno da ditadura militar, logo na histeria das rememorações dos 60 anos do golpe civil-militar, que destinou aos castrenses assumirem o poder no Brasil em 21 anos, como opção para esquecer ‘o golpe civil-militar de 1964’.

Eu, sinceramente, vou tratar da forma mais tranquila possível. Eu estou preocupado com o golpe de 8 de janeiro de 2023 do que com 64. Eu tinha 17 anos de idade, estava dentro da metalúrgica Independência

³ABREU, Marcelo.2015.“Memória,Cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo”. História e Cultura, França, volume 4, número 2, p.8-9.

⁴8 de janeiro de 2023 ficou conhecido como intentona Bolsonarista marcado por atos golpistas na cidade de Brasília, os manifestantes autodenominados de “patriotas” invadem o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) depredando o patrimônio público e exigindo golpe de Estado contra as eleições democráticas ocorridas em outubro de 2022, devido o candidato Jair Bolsonaro (2019- 2022), após 28 de mandato perder as eleições presidenciais com 58.206.354 (representando um total de 49,10% conforme dados do Supremo Tribunal Eleitoral).

quando aconteceu o golpe de 64. Isso já faz parte da História. Já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país. (...) o que eu não posso é não, sabe, tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, ficar remoendo sempre (REDE TV, 2024).

Diante disso, percebe-se que a temática da ditadura militar brasileira no contexto latino-americano é uma questão socialmente viva, pois gera incômodos aos políticos, onde depois de 60 anos do golpe civil militar defendem as práticas utilizadas pela ditadura como, por exemplo, as tortura, os assassinatos, a ocultação de cadáveres e as perdas de direitos civis e políticos. Enquanto outros “representantes do povo” defendem a reparação do estado por crimes cometidos entre 1964 e 1985 em relação às famílias que tiveram seus entes queridos mortos pelo estado, dos quais esses representantes trabalham atualmente em campanhas de conscientização para esses fatos não voltem a acontecer.

Uma das formas de buscar essas ações do poder público a título de reparação, perpassa pelos estudos no campo da educação básica com pesquisas produzidas nas universidades e discutidas nos currículos escolares os estudos de traumas coletivos no Tempo Presente, como será explicado nos parágrafos a seguir.

O campo disciplinar do ensino de história dos traumas coletivos ou socialmente vivos (Schurster; Da Silva, 2017), temas “sensíveis” (Gil; Eugênio, 2018), “difícies” (burdeninghistory) (Borries, 2011; Epstein; Peck, 2015), “eventos limites” (Caruth, 2014) ou equivocadamente chamado “controversos” (Falaize, 2014), é relativamente novo e possui uma grande diversidade de análises. Sinteticamente, vão desde a epistemologia até a relação entre história e psicanálise.

No Brasil, essa temática começou a ser popularizada por meio dos trabalhos da professora Verena Alberti, sob a lógica de entendimento das Controversial History, que se sustentou nos relatórios da Associação Nacional de História da Inglaterra (THE HISTORICAL ASSOCIATION, 2007). Sua análise recaiu menos sobre a questão conceitual do que as experiências em sala de aula, e como esses temas “sensíveis” ou “controversos” abriram espaço para a compreensão de assuntos complexos, e para a inserção na “zona cinzenta” que compõe a diversidade de experiências do passado- recente, quebrando com generalizações produzidas pela historiografia e pelos manuais escolares em geral.

Mével e Titiaux-Guillon (2013), seguindo a tradição francesa, discutem a importância de abrir as aulas às questões socialmente vivas, aceitando o desafio de planejar aulas em torno de temáticas que suscitam o debate. Os autores nomeiam questões socialmente vivas e indicam

três considerações importantes sobre sua abordagem na escola: 1- Ancorar as discussões nos saberes das disciplinas; 2- Organizar o trabalho na aula, tendo a controvérsia como estratégia didática e, com isso, renunciar à aprendizagem como certeza, da aula como exposição organizada de conteúdos e da concepção de estudantes como aqueles que não têm conhecimentos para o debate; 3-Estudar estratégias para considerar as emoções que são mobilizadas na abordagem de questões sensíveis.

Na historiografia brasileira, tem-se alguns consensos em relação aos passados sensíveis, dos quais podem-se apontar: a escravidão, o genocídio indígena e a ditadura. Por essa razão, esta dissertação tratará do foco do trabalho que é a ditadura militar para ajudar a pensar os objetivos do ensino desse assunto na salas de história na escola.

Acredita-se, efetivamente, na força do ensino de história como um modo de intervir na constituição das subjetividades juvenis. Do contrário, segue-se no silêncio sobre o passado de torturas, crimes e violências. Assim como, na cegueira, em relação aos atos de violência contra os corpos pobres, negros, indígenas e desaparecidos políticos no regime ditatorial no Brasil, e deixar de naturalizar ou silenciar essas questões.

Cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história. Acreditamos que a História escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade e, a partir disso, permitir a reflexão sobre o que nos configura hoje como nação (Gil; Camargo, 2018, p. 141).

Com a lógica do esquecimento induzida por grupos que querem produzir outras narrativas, o ensino de História entra no enfrentamento e combate às abordagens de memórias de ditaduras, segurança nacional, terrorismos de estado e práticas de desaparecimento. A História e ensino de história das ditaduras no Brasil evidenciam esse enfrentamento e combate, ao ocupar-se das relações entre a história e o ensino de história na produção de narrativas sobre a ditadura civil-militar de Segurança Nacional no Brasil.

Para destoar da indução do esquecimento e potencializar a compreensão do presente, ressalta-se as relações entre memória, ensino e consciência histórica. Para a autora, vale “observar que as memórias requisitadas estão sempre impregnadas por questões relativas ao presente, e não só pelas lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora”. Para o deputado Roberto Balestra, rememorar as ditaduras, os terrorismos de Estado, é enfrentar os discursos destoantes e colocar na pauta de discussão a atual democracia.

É dever de memória! (Balestra, 2016, p. 250).

Portanto, é necessário entender a disputa de narrativas que se criará em busca de uma moralidade política, dentro dos bons costumes, e o surgimento dos incorruptíveis, que seria a salvação do país e do período histórico que foi escolhido para ter sua memória trazida de volta na luta contra essa corrupção e a discussão sobre a família, do qual foi a ditadura militar, sendo o período histórico conhecido por alguns historiadores como “anos de chumbo” para expressar os tempos de repressão, perseguição política e autoritarismo na sociedade brasileira.

As frases como “no tempo dos militares que era bom, não tinha corrupção”, “não tinha bandido na rua e todos aqueles que foram presos eram criminosos”, acabam sendo naturalizadas na sociedade brasileira para representar um ideal imaginário dos militares que assumiram o poder em março de 1964. E o papel do ensino de História tem a finalidade de desnaturalizar esses discursos homogêneos no interior da sociedade, e que estão presentes nas escolas. Esse discurso que se iniciou em 2014, retorna em 2024, sendo fomentado por políticos da chamada extrema direita, que utilizavam as redes sociais para estimular essas ideias entre seus seguidores, ao fazer um recorte da história sem citar os prejuízos causados pela ditadura militar instalada no Brasil por mais de duas décadas. Portanto, existe uma memória presente no interior da sociedade brasileira de que os militares são os “salvadores da pátria”, aqueles conseguiram conduzir, em tempos de crise, o destino do país.

O conhecimento vivo constitui-se na mola mestra da história e, dentro dessa visão, fala-se em um estudo do passado com o olhar do presente. Isso explica como surgem os temas, objetos e interesses da história, inspirados em questões do presente. E que explica, também, o porquê a história é um conhecimento inacabado, feito de versões em constante processo de revisão, provocadas pelos problemas, descobertas, fontes e fatos surgidos no presente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é uma história que trabalha com testemunhos vivos, como nas frases acima mencionadas pelos indivíduos que tem uma memória viva sobre a ditadura militar. Dessa forma, essa memória enquadra-se nesse debate, no campo da História do Tempo Presente, que é uma narrativa do passado que não passa de um passado que ainda possui traumas, ressentimentos e memórias dissonantes.

Um dos motivos para estudar a disciplina História é aprender a identificar os traços de dominação de grupos, é geralmente causado por um interesse em compreender o poder geral de uma nação após um golpe de estado, como ocorreu no Brasil em 1964, quando se impõe através de uma ruptura institucional a uma ditadura civil militar, que cassou, prendeu, torturou e matou os opositores ao regime.

Assim, estabelecido o regime ditatorial, é necessário criar uma “cortina de fumaça”

envolta da memória daquela nação dominada através da educação, geralmente para perpetuar uma ideia de patriotismo e de salvadores da pátria daquele determinado período, com o intuito de legitimar a ação governamental daquele momento, e ficar eternizado na história, como exemplo de Tiradentes no início do regime republicano no Brasil, que se iniciou com um golpe de estado no final do século XIX.

Joaquim José da Silva Xavier (1746 – 1792), foi colocado, por muitos anos, como um grande herói da inconfidência mineira, um mártir a ser seguido como exemplo de retidão patriótica a ser empregado no Brasil. Essa situação foi propagada e ainda é, em várias unidades escolares brasileiras, o famoso dia 21 de abril (Dia do Tiradentes). Sendo assim, uma pergunta se faz necessária envolvendo o ensino de história: “Quando foi que começou essa adoração a esta figura?”⁵

Houve a produção e divulgação de diversas imagens em fins do século XIX e XX, em que Tiradentes tinha a imagem semelhantes à de Jesus Cristo, e quase sempre é mostrado morto e esquartejado pra demonstrar a tirania da então deposta forma de governo da monarquia (Carvalho, 1990).

Ao voltar para o foco da pesquisa, e seguindo o exemplo do ensino de história e da manipulação da memória coletiva por grupos homogêneos, que naquele momento estavam no poder os militares, trataram logo de continuar essa ação através da educação, ao implantar no currículo escolar as disciplinas de Educação Moral e Cívica⁶, e Estudos Sociais⁷, que tinham como objetivo a exaltação da Ditadura Militar brasileira sobre as belezas naturais do Brasil.

A disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros, foi a educação moral e cívica para o ensino superior brasileiro, tendo como finalidade domesticar e docilizar a juventude brasileira para atraí-la ao projeto de poder dos militares de 64 (Alves, 2024). Portanto, após o decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 ocorreu um ajustamento das políticas educacionais ao contexto educacional e político pensados pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e

⁵ CARDOSO, Sued Roberto Costa, Tiradentes : Um heroi duas interpretações Dissertação de mestrado (Universidade Federal de Pelotas. Pelotas 2021.

⁶ A Educação Moral e Cívica foi introduzida no currículo com o intuito de contribuir para a formação cívica do povo brasileiro. De acordo com Douglas Michalany no livro “Educação Moral, Cívica e Política” (1971) a Educação Morale Cívica parte da premissa de que para agir bem era necessário conhecer o Bem, com isso se conclui que para ser um bom cidadão é fundamental conhecer os seus direitos e deveres, morais, cívicos e políticos.

⁷ Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Ainda eram reforçadas pelo ensino de Estudos Sociais, noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento. (Urbano, 2011, p. 10).

Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

Embora com todo esse aparelhamento curricular no período da ditadura militar no Brasil, alguns docentes ainda resistiam e faziam das suas aulas, nessas áreas de ciências humanas citadas acima, uma forma de resistência intelectual, como será mencionado nos relatos abaixo:

O controle social da ditadura militar no Brasil não foi totalmente eficaz, mesmo com tantas restrições curriculares, pois alguns professores que ministravam suas aulas, promoviam ricas discussões sobre a situação política naquele período que o país passava, e em outras épocas, tentando, no momento, criar um senso crítico nos alunos, aos quais através de símbolos nacionais que foram apropriados pela ditadura militar nos 21 anos de regime, em que o seu final foi usado para pedir o seu fim (Boschi, 2007).

Os exemplos citados acima caracterizam um fundamento importante para o entendimento da ciência da história na vida estudantil e particular dentro da sociedade, que justamente é a sua construção diária e cotidiana dentro da sociedade através das ações humanas, sendo determinado “herói” em um período e em outro não, pois um determinado momento os símbolos nacionais são utilizados por um regime ditatorial na forma de repressão e obediência a ditadura, e em outro é utilizado a título de pedido de liberdade de pensamento político de uma nação. Nessas circunstâncias, é imprescindível afirmar que é nesse momento que se entende a importância de estudar história.

No caso dos brasileiros, essas alterações tiveram reflexos importantes no perfil dos cursos de História, que ampliaram suas linhas de pesquisa, incorporaram o estudo do Tempo Presente e abriram um espaço para uma maior aceitação da história oral. E esse crescimento do interesse pela história recente, acompanhou o retorno do Brasil à democracia, e à medida que se consolidavam as instituições democráticas, um maior número de pessoas se interessava em conhecer a história do regime militar e a trajetória dos grupos reprimidos e de minorias, como de mulheres, negros e indígenas, pois preocupava-se em resgatar suas memórias. Igualmente relevantes, foram as criações das associações de bairros e o interesse de grupos étnicos de preservar suas trajetórias (Ferreira, 2018).

O desdobramento dessa centralidade dos eventos traumáticos, por sua vez, tem estimulado a afirmação das políticas memoriais e do dever de memória, que foi uma expressão criada para designar uma espécie de culto aos mortos para as vítimas dos atos de repressão e de traumas políticos, culto esse que produz desdobramentos e obrigações nos domínios históricos, jurídicos, financeiros e políticos (Lalieu, 2001).

Ao ser apresentada essa discussão, que tem envolvido historiadores de diferentes

países e temporalidades, cabe perguntar: Como esse debate tem repercutido no Brasil? Em que medida tem estimulado e legitimado a abertura de novos temas de pesquisa? Sendo assim, vale ressaltar que o estudo da história do Tempo Presente entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas como um tema desafiador para os historiadores do ponto de vista ético e político.

A aprovação da lei que regulamenta a constituição da “*Comissão da Verdade*”, foi criada com o objetivo de apurar crimes contra os direitos humanos, indicando inúmeras questões para a comunidade de historiadores. Mas qual a postura que a comunidade científica deve adotar? Esse envolvimento institucional não acaba por atribuir ao historiador o papel de juiz da história?

Nesse contexto, somente em 18 de novembro de 2011, foi sancionada, pela presidente Dilma Rousseff, a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. Na justificativa oficial, a Comissão “traz esperança de que os fatos controversos ocorridos durante os anos de chumbo possam ser revisitados e recontados”. Assim, foi assinada, também, a Lei de Acesso a Informações, que acaba com o sigilo eterno dos documentos, pois segundo o Governo Federal, a Comissão não tinha o objetivo de acusar nem processar os autores de violências, mas somente de divulgar informações de documentos ultrassecretos em um relatório a ser elaborado. Dessa forma, o documento final foi produzido por uma equipe composta por sete pessoas, e apurou violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988.

A comissão passou a investigar casos de desaparecidos políticos, e todos foram através de plenárias em várias cidades do país, com intuito de coletar provas e colher depoimentos de pessoas ainda vivas, de parentes, de desaparecidos políticos ou seus descendentes, pois o objetivo era trazer a “luz da verdade” a população em geral todos esses ocorridos, e tentar buscar uma reparação histórica social através dessa história do Tempo Presente.

O surgimento de núcleos ou linhas de pesquisa, a criação de revistas, publicações e o crescimento do número de teses dedicadas à história do Tempo Presente, e dentre os trabalhos citados, merece destaque o livro “Tempo Presente e Usos do Passado” (2012), que reuniu renomados historiadores brasileiros, tais como Temístocles Cesar, Carlos Fico, Durval Muniz Albuquerque Júnior e Raquel Glezer, para discutir o estatuto da história do Tempo Presente⁸ e dos desafios apresentados.

⁸ Sem ter feito um levantamento exaustivo, podemos citar algumas iniciativas e publicações que nos permitem verificar o dinamismo desse campo: o Laboratório de História do Tempo Presente, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994); periódicos como o História Oral (1998), Tempo e Argumento (2009) e Cadernos do Tempo Presente (2010); publicações como o dossier História do Tempo Presente, da revista Tempo da Universidade Federal Fluminense (2004); livros como Tempo presente & usos do passado (2012) e História do tempo presente (2014); além de diversos blogs e websites, como o História da Ditadura (Disponível em: <http://historiadaditadura.com.br/artigos/>). Acesso em: 2024-03-29

Nessa conjuntura, verifica-se uma busca por explicações sobre o passado recente no campo das ciências humanas. Sendo assim, François Hartog e Jacques Revel (2001) consideram que “o contemporâneo tornou-se um imperativo, uma pressão [...] e que se exerce sobre as ciências sociais”, e as noções como memória, identidade, testemunhos e genocídio permeiam as discussões dos especialistas. Na disciplina História, esse avanço do contemporâneo pode ser percebido em múltiplas facetas dos programas acadêmicos, pois a chamada “História do Tempo Presente” passou das margens do campo historiográfico para o centro da disciplina.

Esses discursos foram fomentados no imaginário de uma parte da população através de entrevistas oficiais de membros do governo de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), pois em pronunciamento oficial, como o do Ministro da Defesa do governo na época, Fernando Azevedo, que afirma sobre o golpe civil-militar de 1964 ser “*um marco para democracia, já que o Brasil reagiu com determinação as ameaças que se formaram naquela época*”⁹, e foi declamada exatamente quando o golpe completava 56 anos em uma cerimônia oficial do estado brasileiro.

Esse tipo de atitude citada acima, depois de mais de cinco décadas da derrocada da democracia brasileira, serve, unicamente, para uma tentativa desesperada de redescrição e apagamento de uma parte da memória coletiva do povo brasileiro:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta de forças sociais de poder. Torna-se senhores da memória e do esquecimento, e uma das grandes preocupações das classes do grupo dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. (Goff, 2010).

É importante ressaltar que a função dos historiadores, que será demonstrada neste trabalho, é de não deixar determinados esquecimentos coletivos acontecerem, e se, porventura, esse fato ocorrer, deverá ser investigado para que seja devidamente desvendado de quem se beneficia esse “esquecimento proposital” da memória coletiva, e quais os efeitos culturais e históricos que podem causar em uma determinada sociedade em geral, é o exemplo perfeito para colocação do ministro do governo Bolsonaro. Sendo assim, o historiador e cientista político Boris Fausto destaca que a temática da ditadura militar apresenta interpretações conflitantes sobre esse processo histórico, pois existe um movimento de negacionismo da

⁹ Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964. Brasília, DF, 31 de março de 2019: <https://www.poder360.com.br/governo/defesa-diz-que-forcas-armadas-cumpriram-constituicao-no-golpe-de-1964/> visitado em 30/03/2024

História no interior da sociedade brasileira, e os alunos na educação básica acabam consumindo essa narrativa quando veem em casa por meio dos pais ou os parentes, nas redes sociais ou em contato com a sociedade.

Ameaça imediata de implantação de um regime comunista” nas vésperas do golpe militar que completa 55 anos na próxima segunda-feira. Segundo ele, as afirmações mais recentes de Jair Bolsonaro sobre a ditadura não são uma “reinterpretação”, mas a “negação de fatos” comprovados na historiografia em documentos, testemunhos e reconhecimento do estado brasileiro dos crimes cometidos no período de exceção (1964 a 1985) (Fausto, 2019)

Nesse aspecto, será apresentada nesta seção um olhar para a ditadura militar a partir dos fatos que ocorreram no início dos anos 60, do século XX. Portanto, a distância no tempo permite que se tenha um olhar analítico e menos passional, ainda que o professor-pesquisador esteja interessado, politicamente e compromissado, com o repúdio à violência ao autoritarismo (Reis, 2014).

Desse modo, faz-se necessário perceber os ecos da ditadura militar e sua reverberação no ensino de História, e precisa-se entender que em tempos de narrativas dissonantes é fundamental construir uma história conectada no interior de sala de aula, que articule em diferentes jogos de escalas como local, nacional e o global, a partir do tema da ditadura militar, a fim de edificar uma historicidade sobre esse processo histórico.

Por sua vez, a coletânea dirigida por Jaques Ravel pretende mostrar como as práticas sociais e culturais podem ser lidas através das estratégias individuais dos atores, pois ao reconstruir as experiências dos atores, dos contextos que dão o sentido, faz a micro história se aproximar da antropologia. Desse modo, a micro história ajudaria a completar a análise da macro história social, propondo integrar e articular “o maior número possível de dados e de enriquecer” o material do historiador, pois ela buscaria a modulação individual de uma história mais extensa por intermédio de uma pessoa ou de um grupo relacional, esse aspecto residiria o ponto essencial da análise “variações de escala”. (Revel, 1997, p. 26)

Para revelar a importância dessa historiografia, reside na exigência reflexiva por parte do historiador em relação ao seu próprio método de análise, e cada escala faria, então, ressurgir uma organização particular e social. Ora, as diferentes escalas podem proporcionar uma ou mais imagens complexas da realidade social, disso resultam a sua importância para os estudos das ciências sociais (Revel, 1997, p. 27)

Em suma, a micro história completaria a análise macrossociológica dos trabalhos da

história social, propondo uma compreensão maior da sociedade a partir dos estudos das práticas cotidianas e das relações entre os indivíduos. Ainda tem as renovações conceituais a noção de historicidade defendida pela “guinada crítica” de não deixar de construir uma resposta adequada à crise identitária da história nos anos de 1980. Quanto a categoria de “regime de historicidade”, a reapropriada por François Hartoglês *regimes d'historicites* (1996), Jacques revela ao mostrar-se hesitante, pois segundo ele, trata-se de “uma noção plástica” ainda não estabilizada (Revel 1997, P. 27).

1.2 A Ditadura Militar Brasileira entre História e Memória

Inicia-se essa sessão do primeiro capítulo ao tentar fazer uma análise entre a linha tênue da história e memória sobre a ditadura militar no Brasil, e como esse acontecimento histórico ocorrido há exatos sessenta anos, contando da data da produção deste trabalho (dissertação) atualmente, que ainda é motivo de disputa política e ideológica em vários setores da sociedade. Embora não se confunda, o conceito de memória é, fundamentalmente, uma construção cultural livre, enquanto a história é uma operação intelectual enquadrada em convenções científicas, e as duas frequentemente se embaralham (Meneses, 1992).

O problema da “verdade” que, em princípio, poderia ser utilizada como uma fronteira entre história e memória, tampouco é um demarcador de espaço entre as duas, pois na história é uma ponte direta para “aquilo que realmente aconteceu”, como sonhavam os pais fundadores da disciplina no século XIX, nem a memória é, necessariamente, uma ficção imaginativa sem nenhum compromisso com o real. Visto que, tanto a história quanto a memória devem ser analisadas de forma “entrelaçada” em suas fontes para tentar chegar perto do que realmente aconteceu no determinado período histórico estudado.

O distanciamento é parte da ética profissional e intelectual de qualquer historiador, mas essa prerrogativa está longe de significar neutralidade ideológica ou política diante do passado. Se esta pretensão de neutralidade é insustentável em todos os domínios e períodos da disciplina, no caso do estudo de temas contemporâneos, sobretudo aqueles classificados como “história do tempo presente”, o historiador é parte de uma memória social em disputa, e o seu distanciamento é colocado à prova de maneira constante. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta:

Não raro, principalmente em seminários, o historiador é interpelado por pessoas que se sentem mais capazes para falar do passado recente, considerando seu testemunho superior ao olhar de um pesquisador que “não estava lá”. Se as fronteiras entre História e Memória são esgarças e tênues, as dificuldades no presente caso são ainda maiores. O estudo

das temporalidades recentes implica repto singular da Memória em relação à História. É importante explicar os conceitos de Memória e História em uso aqui, assim como o entendimento sobre as relações entre os dois campos. Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra (Motta, 2013, p. 61).

É importante salientar o tempo em que, a memória sobre determinado fato histórico, possuiu uma história que precisa ser visitada cientificamente a título de científicidade para o bem-estar e conhecimento da sociedade, que muitas das vezes desconhece totalmente esses acontecimentos ou simplesmente são negados ou silenciados esse acesso ao público.

Em relação à produção de sentidos sobre o passado, os historiadores de ofício têm um papel relevante, mas não exclusivo. Visto que, os intelectuais que atuam no meio acadêmico ou editorial (ou em ambos), são forjadores de análises mais amplas e sofisticadas sobre um determinado tema, e não é raro que determinadas sínteses dos seus trabalhos mais alentados sejam incorporadas pela mídia e pela cultura política predominante no sistema político.

No caso da ditadura militar brasileira, boa parte da produção crítica de intelectuais foi incorporada por grupos e partidos políticos de oposição como, por exemplo, as denúncias das contradições do “milagre econômico” e as análises sobre os efeitos da exclusão política das classes populares. Dessa forma, o sistema educacional formal, materializado nos currículos das escolas de educação básica (públicas ou privadas), nos materiais didáticos e na cultura política docente, tende a dialogar com a produção acadêmica, sintetizando as análises propostas dentro do contexto social.

Movimentos sociais e culturais, ligados ou não a instituições mais amplas (como a Igreja Católica ou a partidos políticos) são particularmente importantes na construção de uma memória identitária militante. Inclua-se aqui, os movimentos pelos direitos humanos, importantes atores sociais na construção da memória sobre as ditaduras latino-americanas. (Teles 2010, p. 253-298).

A partir da primeira década do século XXI, as redes sociais, a internet, sites privados e a blogosfera como um todo, são igualmente importantes na disseminação das perspectivas e das opiniões sobre o passado. Esses espaços pouco estudados e essas redes virtuais de comunicação, têm servido como canais, mais ou menos, legitimados e influentes para os posicionamentos

sobre a ditadura militar no Brasil, ainda que pouco produtivos enquanto é debatido efetivamente. Dessa forma, arrisca-se a dizer que eles têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre a ditadura civil militar¹⁰.

Não por acaso, blogueiros e usuários de redes sociais de extrema direita atacam com igual virulência tanto a mídia liberal, o governo (petista) e os militantes da área de direitos humanos, desconsiderando quaisquer diferenças entre esses grupos políticos, posto que em algum grau, eles compartilham da memória hegemônica sobre a ditadura militar. Esta situação midiática do apoio ao regime de exceção no Brasil não é nenhuma novidade, pois ao olhar para o “retrovisor do tempo” é como fazer uma analogia a direta. Para tal afirmação, observa-se o destaque do texto abaixo:

A relação entre a chamada “grande” (jornais e revistas ligadas a corporações comerciais de tradição liberal e de grande circulação social) e os processos históricos ligados ao golpe civil militar de 1964 e ao Ditadura militar que se implantou a partir de então, são sobejamente conhecidos. É notório o papel de tradicionais jornais diários brasileiros na construção que derrubou o presidente João Goulart, protagonismo assumido tranquilamente pelos seus donos e amplamente analisado pela historiografia (Capelo, 1988, Silva, 2008. Carvalho, 2010)

No caso da ditadura militar brasileira, a memória hegemônica¹¹ foi construída por liberais em processo de afastamento da ditadura, que se apropriaram inclusive de crítica produzida pela esquerda, sobretudo vindas do Partido Comunista Brasileiro, que foi um importante autor na

¹⁰ “Golpe civil-militar”; “Ditadura civil-militar”. O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. Por outro lado, a recente insistência sobre esse ponto por parte de alguns profissionais da área tem despertado algumas críticas, pois muitos dos que tem recorrido a essa adjetivação não parecem querer dizer a mesma coisa. DE MELO, D. B. DITADURA “CIVIL-MILITAR”? : CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NO PÓS-1964 E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 39–53, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹¹ Considero a memória hegemônica sobre o regime aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujos espaços de ação eram as associações de profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa) e os militares no poder. Este divórcio entre antigos sócios na ocasião do golpe de 1964 foi esboçado ainda nos anos 1960, mas plenamente caracterizado apenas no final dos anos 1970, quando o campo liberal passou a criticar sistematicamente a censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. (Napolitano, 2014)

elaboração dessa linhagem de memória. Nesse sentido, ela não deve ser confundida com qualquer tipo de “*história oficial*”, pois não é forjada em instituições historiográficas oficiais, altas comissões de Estado ou chanceladas pela classe de político dominante. Seu campo de elaboração e atuação privilegiada são a imprensa, as universidades, os movimentos sociais e o sistema de artes, que muitas vezes estão em conflito, mas conseguem se impor nas “batalhas de memória” e neutralizar outras visões sobre os mesmos eventos em disputa (Napolitano, 2015).

Dentro dessa “guerra de narrativas” sobre a memória da ditadura militar, tem-se os discursos teóricos e metodológicos produzidos por acadêmicos e pesquisadores que se debruçam nesse assunto para desmistificar, segundo suas visões, as ações dos militares nesse período histórico nacional. Sendo assim, diferente de outros autores, que preferem indicar a inexistência de riscos maiores de efetiva vitória da esquerda, Gorender enfatiza que, no pré-1964, engendrou-se uma real “ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo”, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros no século XX.

O auge da luta de classes colocou em uma situação complicada a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. E nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária, e o golpe direitista se definiu através do caráter contrarrevolucionário preventivo. Nessas circunstâncias, a classe dominante e o imperialismo tinham razões para agir antes que a situação entornasse (p. 66-7).

Gorender consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas das forças interpretativas sobre as razões do golpe: a primeira linha trata do papel determinante do estágio, em que se encontrava o capitalismo brasileiro; e o segundo diz respeito do caráter preventivo da ação, tendo em vista as reais ameaças revolucionárias provindas da esquerda. Dreifuss parte do pressuposto de que o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política, pois “havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidava durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, assim como a sua falta de liderança política”.

Assim, contrapondo-se à proeminência política, de tipo “populista”, da burguesia tradicional e de setores oligárquicos, tal bloco “organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, como também, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressões a nível de governo” (p.104). Como se vê, há nesse relato uma discordância significativa com a análise de Gorender,

para o qual o vetor da luta política não estava na conquista da hegemonia pela fração multinacional associada da burguesia, mas na substituição do controle de tipo “populista” das classes populares por outro decididamente coercitivo.

Essa ação ideológica, entretanto, não seria suficiente para levar a uma troca de regime, pois foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao IpeseaoIbad foram oficiais dos mais influentes na época. Nesse contexto, tendo estimulado uma atmosfera de inquietação política, conseguiram “coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe” (p. 338).

Os ativistas participaram diretamente da conspiração militar. Desse modo, segundo o historiador Dreifuss, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a “culminância de um movimento civil-militar” (p.361).¹²

É importante salientar que, a memória sobre determinado fato histórico possuiu uma história que precisa ser visitada cientificamente a título de científicidade para o bem-estar e do conhecimento da sociedade, que muitas das vezes desconhece totalmente esses fatos ou simplesmente são negados ou silenciados por conveniência política de quem está no poder.

As universidades e outros epicentros da produção do conhecimento, têm o respaldo legítimo para a “produção” em relação as buscas sobre o passado, pois os historiadores de ofício têm um papel relevante, mas não exclusivo para trazer à tona sua versão sobre a memória em disputa.

Uma outra parte desta memória, que não é o foco principal deste trabalho, mas que o assunto será abordado para enriquecer esta dissertação, em que se falará sobre a disputa pela memória da ditadura militar que está presente nas paredes de museus, e que diz respeito dos prós e contras dos militares, em que as memórias estão enraizadas dentro da sociedade atual.

O exemplo citado acima começa a elucidar os caminhos para o entendimento do verdadeiro “cabo de guerra” sobre a “verdade da ditadura militar no Brasil”, que é perceptível através da análise de dois museus que têm suas visões distintas sobre o período de 1964 a 1985, “lembrando que a análise de museus não é o foco desse trabalho”.

O Exército, parte fundamental desse mesmo Estado, optou por ser aparentemente crítico às violências do regime, embora se mantenha conectado ao seu legado burocrático, pois não sabe como lidar com o debate público sobre o tema. E as autoridades militares atuais preferem

¹² Versões e controvérsias sobre 1964e a ditadura militar; Autor Carlos fico (UFRJ).

o silêncio público oficial, ainda que os manuais escolares de formação militares sejam pautados por visões positivas do golpe e da ditadura. O Museu do Exército¹³, no Forte de Copacabana, tem apenas uma discreta sala destinada a “presidentes militares do Brasil”, e possui fotos, dados biográficos e um currículo administrativo dos mandatários, mas silencia sobre o período em que as Forças Armadas estiveram no comando do Estado. No entanto, só o Clube Militar parece ser efetivamente, o guardião da memória laudatória do golpe e do regime, ao lado de alguns comandantes que ainda estão na ativa.

Imagen 2 - Museu do Forte



FONTE:Acervo do Museu do Forte de Copacabana alusivaa "Revolução de 1964".

A imagem acima se refere, de forma honrosa e com representatividade, ao símbolo nacional a bandeira do Brasil como um chamado a nação brasileira em um espaço emoldurado

¹³ A trajetória do Museu Histórico do Exército tem a sua origem no final do século XVIII, quando ocorreu a primeira tentativa de reunir um acervo relacionado à história militar no Brasil, na Casa de Armas do Morro da Conceição, localizada na Fortaleza da Conceição, entre os anos de 1763 e 1767. Com o fechamento desse espaço o material considerado acervo, foi transferido para Casa do Trem (prédio que atualmente faz parte do complexo arquitetônico pertencente ao Museu Histórico Nacional). O Ministro da Guerra, General Arthur Costa e Silva, em 1964, determina a organização do museu do Exército na cidade do Rio de Janeiro. Em 1966, o agora intitulado Museu do Exército, passa a funcionar nas dependências da Casa Histórica de Deodoro, na praça da República, com o acervo oriundo da AMAN e também do Museu de Medicina Militar. O Museu do Exército recebeu outro imóvel, a Casa Histórica de Osório, na rua do Riachuelo. O Museu funcionou por duas décadas nas casas históricas. Através da portaria nº 061, de 19 de dezembro de 1986, o Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves ordenava a criação do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Em 1987 é iniciada a transformação de uma Unidade Operacional num museu. Em 1992 o Forte é aberto a visitação pública.

dos eternizados heróis do povo brasileiro. No site da instituição existe um histórico sobre o período militar no Brasil e uma observação é necessária sobre esses relatos oficiais do exército, como é observado no histórico:

O Museu Histórico do Exército¹⁴ é um dos principais museus militares do país. Sua origem remonta ao século XIX. Desde então, passou por alguns endereços da cidade, sendo extinto e recriado até 1987, ano em que fixou residência em um sítio famoso e histórico, o Forte de Copacabana, conforme determinou a portaria nº 61, de 19 de dezembro de 1986. A missão do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana é preservar, salvaguardar e disseminar os valores, as tradições e a memória histórica do Exército Brasileiro e atuar como um Espaço Cultural, que proporciona cultura, entretenimento e conhecimento aos visitantes. Assim, importantes fatos de nossa história militar terrestre são contados nos salões Colônia-Império, República e Exposições Temporárias.

A equipe técnica do Museu trabalhou incessantemente por quase uma década para reunir, catalogar e restaurar os acervos existentes. A primeira exposição ocorreu em 1992, com a abertura da Fortificação ao público. Em setembro de 1996, foi inaugurado pelo então Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, o salão Colônia-Império que, abrangendo o período de 1500 a 1889, retrata cenas desde a chegada dos portugueses ao Brasil até a queda da Monarquia e a Proclamação da República. Em 11 de maio de 1998, foi inaugurado o salão República que mostra a atuação do Exército Brasileiro até 1945 com os módulos: Floriano Peixoto, Consolidação da República, Guerras de Canudos e Contestado, Modernização do Exército, Marechal Rondon, Tenentismo e Participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Contando com um acervo variado de quinze mil peças em sua Reserva Técnica, o Museu possui indumentárias, armamentos e objetos de uso pessoal raros de vultos históricos militares, como uma mecha do cabelo de Napoleão Bonaparte, que são expostos esporadicamente nas exposições temporárias.

Por possuir valioso acervo, situar-se dentro de um sítio histórico e fazer parte do cenário de Copacabana, o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana pode hoje ser considerado inigualável no mundo. E, ainda, constituiu-se como um dos principais pontos turísticos da cidade, recebendo cerca de trinta e cinco mil pessoas ao mês.

Diante do que foi exposto, observa-se que esse histórico colocado na página oficial do museu do exército, apesar de citar o episódio da Guerra de Canudo ocorrido no final do século

¹⁴ <https://www.mhexfc.eb.mil.br/pt-br/historico.html> visitado em 17/02/2024.

XIX, onde aproximadamente 25 mil pessoas morreram¹⁵ nesse combate, sendo a maioria nordestinos, trabalhadores rurais, pobres e analfabetos, que foram atingidos por uma tremenda seca e que somente queriam um lugar para morar fora das garras dos coronéis, apesar disso o fato histórico é colocado como uma missão honrosa ao exército brasileiro.

No caso do foco da pesquisa deste trabalho, que é a ditadura militar que durou 21 anos (1964-1985), nem uma palavra sequer foi relatada sobre o assunto. Então pergunta-se qual o motivo de um órgão oficial brasileiro esconder e silenciar essa situação? A este respeito Romão (2011) faz a seguinte consideração

O museu é um resgate de uma memória e história que põe em jogo “umenredo, um relato, uma narrativa (...) um espaço discursivo na qual muitas posições sujeitos encontram se em confluência, inicialmente, ao tratarmos de museus constrói se um imaginário de ilusão de que vamos encontrar um todo devemos desconstruir as ilusões de clareza e completude , uma vez que vai haver sempre incompletude e diferentes formas de interpretação em queocorrer a predominância de uma das interpretações e o silenciamento das outras (Romão, 2011, p 65).

Um grande exemplo disso é o Memorial da Resistência de São Paulo¹⁶, instituição essa que conseguiu ressignificar o espaço onde a violência ditatorial se materializava em um local onde a memória do período é debatida de maneira perene e efetiva. E, com isso, o número de visitantes anuais demonstra o interesse do público, e a atuação inexaurível do setor educativo mostra como o projeto museológico foi bem estruturado. Porém, é necessária a crítica frente aos espaços de memória do país, por isso sucesso desses espaços de memória não podem ser pontuais, mas sim, expandidos e espalhados por todo território nacional.

Tendo em vista as concepções dos papéis a serem exercidos, o Memorial da Resistência se mostra como um exemplo concreto e de sucesso no que diz respeito às políticas de memória. Assim, está localizado no centro histórico da cidade de São Paulo, mais precisamente no bairro de Santa Efigênia, e a instalação é vinculada a Pinacoteca de São Paulo, o que faz com que seus princípios, metas e planejamento estratégico sigam às Diretrizes da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

O edifício que abriga o Memorial, nos tempos atuais, carrega consigo uma enorme carga

¹⁵ Moniz, Edmundo (2001) Canudos a luta pela terra (S.I) Gaia/Global.

¹⁶ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 10 anos: presente! 1 . ed. São Paulo, 2018. p. 40-41. Disponível em: https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LIVRO_Memorial-da-Resistencia-10-anos.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

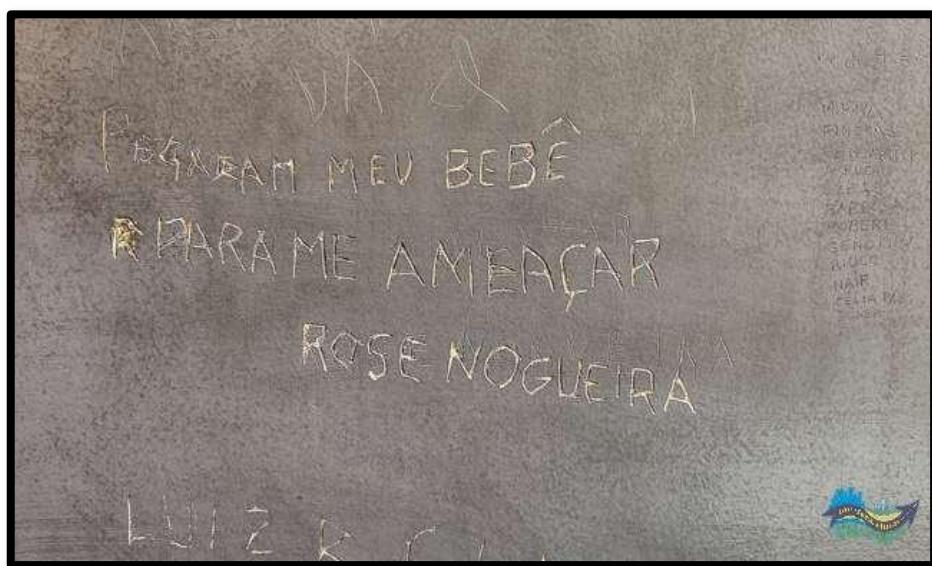
simbólica da história brasileira, principalmente no que se refere à repressão estatal. Projetada em 1906, com a finalidade de ser o escritório técnico de Ramos de Azevedo, um engenheiro e arquiteto com renome nacional e internacional, e a edificação foi ocupada a partir de 1914 pela administração da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, função que foi submetida até 1938.

No ano de 1940, o edifício passa a ser parte da Secretaria de Justiça de São Paulo, e é nesse momento em que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), maior símbolo da repressão institucional do país, ocupa as instalações até o fim de seu funcionamento em 1983.

O processo de transformar o ambiente, que antes abrigava o DEOPS, num espaço em que a política de defesa da memória e dos direitos humanos sejam valorizados foi demorado, tendo a atuação de ex-perseguidos políticos, familiares e órgãos de defesa da condição humana, como uma parte essencial. As reivindicações da sociedade civil passaram a ser consideradas no ano de 2005, momento em que o projeto museológico começou a ser debatido.

O percurso de instauração de um espaço de memória demorou cerca de quatro anos, tendo início com o projeto do então chamado Memorial da Liberdade. Porém, levando em consideração o significado histórico da construção, os expressos políticos refutaram aquele nome, com o argumento de que seria um paradoxo nomear um ambiente que antes teria como função básica justamente o oposto de liberdade, e ao invés dela, foi a resistência que marcou a sobrevivência de quem ali estava preso. E partindo desse pressuposto, a sociedade civil ganhou a primeira disputa política sobre o que viria a ser o Memorial, pois, mais do que o nome, o que estaria em jogo seria a funcionalidade e o objetivo da instituição que se buscava construir.

Imagen 3 Escrituras nas paredes do DEOPS



Fonte: Memorial da Resistência. Acessado em 10/12/2024

A foto acima quanto a foto abaixo, mostra celas na época do DEOPS, e expõe um pouco com os depoimentos de ex-presos. Nas paredes é possível ver frases e nomes de pessoas que foram aprisionadas, como também há colchões no chão representando o período da carceragem. Com isso, percebe-se que, logicamente, as coisas não eram tão “bonitinhas” como estão expostas, já que o Memorial foi reorganizado para funcionar como museu, e nas celas somente as portas são originais da época.

Imagen 4 Celas na época do DEOPS



Fonte: Museu da Resistência. Acessado em 10/12/2024

Somente em 2009 o memorial da resistência teria suas portas abertas, e com isso tinha como projeto para privilegiar uma história, até então sufocada pelo oficialismo estatal, onde a repressão e a resistência do período republicano, essencialmente no contexto ditatorial, seriam preservadas¹⁷. Assim, como havia acontecido com a implementação da Lei dos Desaparecidos, novamente o Estado reconheceu seu passado violador de direitos, assumindo uma política de ressignificar um espaço, que antes era o símbolo de repressão, para tornar-se um ambiente em que a resistência seria valorizada.

De acordo com o Plano Museológico do Memorial/ MRSP (2019 – 2023), existem

¹⁷ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, Projeto Museológico Memorial da Resistência de São Paulo / MRSP – 2019-2023, São Paulo, 2019. p.4 Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/wpcontent/uploads/2021/03/Plano-Museologico-Memorial-da-Resistencia-2019.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

quatro pilares geradores que guiam o funcionamento da instituição, dos quais são:

- a) Evidenciar os vetores de memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno;
- b) Difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança patrimonial;
- c) Problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um estado republicano, tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo, a partir dos seguintes segmentos: memórias silenciadas / apagadas / destruídas /exiladas. Assim como, as pesquisas sobre a construção da memória e de memória e herança patrimonial;
- d) Atualizar e expandir as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais, com especial dar ênfase para as evidências identificadas na paisagem cultural do entorno do Memorial.

O Memorial da Resistência não deve ofuscar a luta por mais espaços do mesmo tipo em território nacional, pois não se pode esquecer que cada estado do país teve uma sede do DEOPS, porém, apenas em São Paulo houve a ressignificação das estruturas que abrigavam tal instituição. Ao analisar o cenário brasileiro, verifica-se a ausência de órgãos, públicos ou privados, que visem tanto a difusão dos Direitos Humanos, quanto a luta contra a repressão e a valorização da democracia. Sendo assim, é possível citar dois entre alguns dos poucos espaços voltados a essas metas, que são: o Memorial de Democracia, em Recife (PE); e o Memorial das Ligas Camponesas, em Sapé (PB).

I.3. O golpe civil-militar de 1964 e suas tensões e memórias atuais através de imagens

Imagen 5: Praça da Sé, em São Paulo 1964.



Fonte : <https://historiaupf.blogspot.com> acessado em 11/09/2024

Imagen 6: Pedido de golpe militar em manifestação bolsonarista no ano de 2022.



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/> acessado em 12/09/2024

As imagens acima têm uma diferença de exatamente de cinquenta e oito anos, das quais trazem contextos muito parecidos, ou em outras palavras, pode-se afirmar que são semelhantes em suas bandeiras ideológicas e reivindicações, visto que ambos pregam ser conservadores nos costumes ao exaltar Deus e a manutenção da família tradicional, assim como, são de extrema

direita ao pedir o golpe de estado. Dessa forma, a clássica diferença nos objetivos alcançados está nas legalidades do ato a figura nº 1, onde pede intervenção militar e destituição do STF (Supremo Tribunal Federal), que é a maior instância do judiciário nacional, e é considerado crime pela Constituição Federal de 1988 no seu artigo 366, ao tentar contra o funcionário público civil ou militar, de depor contra o governo constituído ou impedir o funcionamento das instituições constitucionais pena: reclusão de quatro a doze anos.

Estudar o passado simplesmente pelo passado, não faz sentido. Visto que, o aluno precisa despertar a capacidade crítica, para uma reflexão sobre as relações humanas e sobre as consequências de suas ações. Naturalmente, é importante ressaltar que cada época tem sua própria maneira de ver o mundo e que cada grupo social tem seu próprio modo de interpretar a realidade. Por isso, estudar os acontecimentos do passado desencadeia a compreensão para entender quais foram as contribuições que houve no passado para a atualidade, que de alguma forma serviu para a construção, a organização e o funcionamento da sociedade. E historicamente, para essas compreensões, há poucos registros de referências sobre a utilização de imagens, como afirma Circe Maria Fernandes Bittencourt

Para o ensino de História não existem muitas referências sobre o uso de imagens, apesar da ampla produção, a partir dos anos 50 e 60, de psicólogos, sociólogos e especialistas em semiologia ou teorias de comunicação, os quais tinham como principal preocupação o rádio, o cinema e a televisão na configuração de uma cultura de massa. Na trilha desses pesquisadores, historiadores vêm-se dedicando ao estudo da iconografia, incluindo análise das denominadas “imagens tecnológicas” (Bittencourt, 2005, p. 361)

Para a construção do conhecimento em história, é importante dar ênfase no aprendizado de fatos que digam respeito à vida cotidiana, que são os fatores: políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos, e com isso, sempre procurar estabelecer uma relação entre esses diversos aspectos. Sendo assim, vale lembrar que os fatos são frutos de ações dos indivíduos que fizeram escolhas, mais ou menos conscientes, em suas vidas, e perceber que essas escolhas afetam a coletividade, pois é um elemento chave para perceber a questão do sujeito, e da responsabilidade dos indivíduos, para entender que os cidadãos não são somente produtos da sociedade, mas que sejam parte dela e que, portanto, são responsáveis por ela. Dessa forma, a construção da sociedade é o resultado das ações e das decisões humanas, e cada um dos sujeitos contribui de alguma forma para essa construção (Litz, 2002).

As rupturas políticas demonstram que o país tem um histórico de autoritarismo que

resultou em golpes e tomadas de poder, seja por atos políticos ou pela força, como foi colocado em 1964. E muitos atos, tentativas e frases de ambiguidade foram presenciados no período do governo de Jair Bolsonaro na presidência da república (2018-2022), como diz a historiadora Lilian Schwartz “o Brasil sempre foi autoritário”, e ela assim admite:

O atual governo e o atual presidente são caricatura de tudo, isso segue a mesma receita do que já não deu certo no país, em uma crença infundada de que “Agora vai, tá oquei?”. O receituário inclui a reiterada menção ao hipotético “passado mítico e glorioso” (elogios rasgados ao período da ditadura militar e ao general torturador e homicida); campanha aberta contra a intelectualidade e imprensa livre (corte de bolsas de pesquisa, incautos à frente do Ministério da Educação); “retorno à sociedade patriarcal de maneira a elevar conceitos como hierarquia e ordem” (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos) (Schartz, 2018).

Nessas circunstâncias, apesar dessa tentativa de resgate histórico, pró-regime militar, ao associar algumas situações do passado com o presente, sendo uma delas que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi derrotado nas eleições presidenciais de outubro de 2022, pois a retórica de combate aos comunistas continuou, e até nos dias atuais se repete através de seus fanáticos seguidores, principalmente com a utilização das redes sociais usadas para propagar falsas notícias, ódio e a incentivar confronto contra inimigos invisíveis (qualquer pessoa que não pense como esses radicais), e esses fatos aconteceram logo depois do ex-presidente deixar o palácio do planalto em dezembro de 2022.

As massas nunca tiveram a sede da verdade. Requerem ilusões, as quais não podem renunciar. Nelas o irreal tem primazia sobre o real, o que não é verdade. Elas têm a visível tendência de não fazer distinções entre os dois. Assim, as necessidades da massa a tornam receptiva ao líder, mas esta precisa corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa idéia), para despertar crença na massa, ele tem que possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar. (Freud, 1921, p.127).

A figura n° 2 mostra um contexto social um pouco diferente, até mesmo no sentido da aceitação do golpe de estado, que nesse caso foi consolidado no dia 31 de março de 1964, o qual é visto no contexto internacional:

É preciso considerar essa época de uma forma diferente dos dias de

hoje. Nós estávamos em plena Guerra Fria, existia Cuba com a vitória de uma revolução que seguiu para um certo tipo, digamos, de socialismo autoritário. Então, é nesse contexto que a gente pode entender a preocupação de setores militares. Ameaça imediata de implantação de um regime comunista não havia. O que havia era uma situação de divisão do país, de uma radicalização às vezes efetiva, às vezes mais verbal do que efetiva. Agora, evitar essa situação por um golpe que durou 20 e tantos anos, aí as coisas pesam de um modo diferente na balança. Se houvesse uma convicção de que era preciso enfrentar, sim, uma situação muito difícil, mas preservar de qualquer forma as instituições democráticas a gente não teria chegado ao ponto que chegou, e, enfim, com o fechamento que foi grave em 64 e se tornou gravíssimo em 68 e resultando num período triste, difícil da nossa história (Fausto, 2019).

É importante lembrar, também, que na Constituição de 1946 não existe a tipificação de crime de golpe de estado, como se refere à figura de nº1 na Constituição de 1988, que ainda permanece vigente no país. Assim, depois de doze dias da passeata, foi ratificado o golpe que derrubou João Goulart, com o qual teve apoio de grande parte da população civil, imprensa, empresas e a igreja católica (na sua maioria). Nisso, os estados brasileiros ficaram unidos, pois existia neles o medo do comunismo, e em uma combalida mais existente democracia brasileira, que foi muito comemorado em grandes partes do país.

O golpe civil-militar de 1964 que geralmente tem sua memória coletiva reivindicado por Jair Bolsonaro, embebido pela disputa ideológica que remete aos cidadãos ao período da guerra fria¹⁸, como um bem para o Brasil, e que salvou a nação do dito “comunismo” e não deixou o país virar uma “Venezuela”.

As características da ditadura militar instituída após um golpe de estado, foram às seguintes: publicações de diversos atos¹⁹, restrição de liberdades individuais, fechamento do

¹⁸ Para Eric Hobsbawm, historiador inglês, a guerra fria estaria inserida no espaço de tempo intitulado por ele mesmo como “breve século XX”, período entre 1914 (início da primeira guerra mundial) e 1991 (dissolução da URSS). A guerra fria se iniciou após a segunda guerra e tinha como característica principal as competições principalmente nos campos tecnológicos, militares e ideológicos) entre as potências hegemônicas EUA E URSS. Os sistemas econômicos sócias de potências eram antagônicos os EUA se organizavam a partir do sistema capitalista neoliberal, prezando o individual e a liberdade, e a URSS, do sistema socialista, prezando o coletivo e a igualdade.

¹⁹ Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), perduraram os Atos Institucionais. Essas normas, com poder constitucional conferido pelo governo militar, eram criadas como instrumentos para manter a aparência de legalidade durante esse período. Esses atos provocaram mudanças na sociedade, o mais famoso deles, o AI-5 é conhecido como o “golpe dentro do golpe” e o AI da repressão. Esses nomes se dão porque ele é Ato Institucional que deu início aos anos mais duros da ditadura militar. Estes atos foram criados pelos comandantes do Exército, marinha e Aeronáutica, sem consulta à população ou participação do Poder Legislativo. Eles tinham força constitucional e serviram para legitimar a Ditadura e suas ações ao longo desse período histórico. Esses Atos

congresso nacional, controle da imprensa, perseguições, prisões de estudantes e de trabalhadores ou de qualquer outro seguimento da sociedade que era contra os militares. Assim como, diversas prisões, desaparecimento, torturas e mortes eram comuns nesse período histórico nacional, e tudo em nome de um patriotismo, conservadorismo e neoliberalismo econômico para salvar o Brasil da ameaça vermelha, que no dia 13 de dezembro de 1968 o que era para ser um período curto, só fez trazer a ditadura escancarada:

Costa e Silva baixa o AI 5 A gota d'água foi o discurso do deputado federal Marcio Moreira considerado ofensivo as Forças Armadas, ao contrário dos atos anteriores este ato não vinha com prazo de vigência era *a ditadura escancarada* o congresso e colocado em recesso assim como assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país, mais de 69 vereadores são cassados (ARNES, 1988).

Os atos institucionais foram somente o início de várias barbaridades causadas pelos militares no país, e uma marca registrada que a população brasileira tentar saber exatamente o motivo de tanta crueldade, foram às torturas²⁰ praticadas indiscriminadamente por esse regime de exceção, que tomou conta do poder político brasileiro através do golpe civil militar de 1964.

As chamadas “torturas atípicas” expressavam de certa forma, a demência dos militares, sua fixação em produzir suplícios inimagináveis para extrair confissões e “confissões”. Vários torturados de modo especial as mulheres, relatam o uso de animais nos interrogatórios (jacaré, cobras, cães) uma prisioneira do regime declarou que teve colocadas sobre seu corpo de inúmeras baratas, e uma delas foram introduzidas no seu ânus. (Arnes, 1988, p. 36)

Nesse ínterim, é notório que, durante a ditadura militar, desejava-se que através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não haverá confissão, não haverá capitulação e sobretudo não haverá admissão do poder do

Institucionais são de grande importância, pois por meio deles a Ditadura Militar buscou legitimar seu poder. Eles marcaram a transição para um Estado autoritário e, posteriormente, com o AI-5, para um Estado de repressão absoluta. Fonte: <https://www.politize.com.br/atos-institucionais/> visitado em 09/04/2024

²⁰ Tortura, método repressivo amplamente utilizado durante o período da ditadura militar no Brasil (1964 1985) com a justificativa do combate ao comunismo e a “subversão”, em todas as regiões dos nossos pais.

torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação limite, e é impossível, na qual se destrói a humanidade das pessoas durante todo o restante de suas vidas.

Esse tipo de prática, ocorrida nesse período da história brasileira, sempre é resgatado através da memória dos extremistas de direita e dos seus discursos de ódio. Na contemporaneidade, um indivíduo se lembrou do pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro dentro do parlamento brasileiro, “onde todos são eleitos através do voto direto do cidadão” de forma democrática, o extremista lembrou dos momentos de tortura sofrida pela então militante Dilma Rousseff, no seu cárcere no momento da votação do impeachment que foi transmitido para todo território nacional:

Perderam em 1964, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o fora de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim BOLSONARO, Jair Messias (BRASÍLIA, 2016).



Imagen 7: Forças nas ruas, Intervenção Militar já!

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/> Acessado em 15/11/2024

Nesse contexto, a coleta feita na página O Retrógrado, foi realizada entre julho de 2016 e agosto de 2017, portanto, os primeiros indícios dessa imagem de ação popular remetem ao período das manifestações pró-impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Além das palavras de ordem “Intervenção militar já!! O Brasil exige: ordem e progresso”, é possível ver em uma placa sobre o caminhão vermelho, na imagem da esquerda acima, o pedido de “Fora Dilma!!!”, que clama por uma intervenção militar, e atua em conjunto com outras palavras de

ordens populares em memes políticos de direita após o ano de 2013, como: “Vai pra Cuba!” (Dos Santos, 2019)²¹ e “O Brasil vai virar Venezuela” (Chagas et al., 2019).²²

A imagem de número cinco demonstra claramente a intenção de um engajamento coletivo a título de evocar a memória do golpe civil militar de 1964 a 1985, sob o viés de uma “nova direita”, que surgiu no Brasil, e que precisava tirar do poder uma esquerda totalmente corrupta. O pedido de intervenção militar, como solução para a crise e para um momento de instabilidade política, atribui ao período ditatorial brasileiro a um caráter justo e necessário.

Nessas circunstâncias, quando geralmente se fala neste período histórico, muitas pessoas fazem questão de esquecer determinados contextos e acontecimentos, ou até mesmo criar teses históricas sem nenhum embasamento científico, como já foi mencionado neste trabalho. Então observa-se alguns momentos da “justiça” do período militar:

Nos anos pós-1979, lembrar para esquecer, olhar sem ver. [...] O conhecimento da tortura era de poucos, sobretudo daqueles que a viveram, de suas famílias e de seus amigos. Os demais não sabiam. Sabiam sobre – e viviam – o fechamento do congresso nacional, a violação da constituição, os atos institucionais, as cassações etc., mas não sabiam da tortura, dos assassinatos. Diante da barbárie – ou quando a barbárie é a disponibilidade de convivência com a barbárie –, recorre-se à inocência (Rollemberg, 2006, p. 89)²³.

O trecho em evidência de Rollemberg (2006) citado acima, abre uma visão discordante dos manifestantes romantizados pela ditadura militar no período contemporâneo, e tem uma tentativa de programar uma memória coletiva a pretexto de salvação do país, de um comunismo imaginário, de corrupção, de roubo, e tudo aquilo que a “esquerda” pode proporcionar.

Ao fazer uma análise sobre a memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990)²⁴ sublinha a importância dos pontos de referência que estruturam a memória dos indivíduos, oferecendo a eles a sensação de pertencimento a um determinado grupo. Esse tipo de memória procura construir uma continuidade no tempo, além de um sentimento de coerência e de identidade, que se produz como referência e em oposição a outro grupo. Na opinião de Pollack (1992)²⁵, o ato

²¹ DOS SANTOS, M. A. #Vaipracuba!: A gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.

²² CHAGAS, V., MODESTO, M., MAGALHÃES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. p. 1-17, Esferas, ano 8, n. 14, 2019.

²³ ROLLEMBERG, D. **Esquecimento das memórias**. In: FILHO, J.R. M. (org.). O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 81-91.

²⁴ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos tribunais, 1990.

²⁵ Pollak, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v 2 n 3, 1989.

de transmissão é, portanto, de preservação da lembrança, que não é espontâneo e inconsciente, mas deliberado, com a intenção de servir a um fim determinado por quem o executa. Sendo assim, os fenômenos socialmente construídos, como memória e identidade, são valores disputados em conflitos sócios.

Imagen 8: O comunismo paralelo



Fonte: Site Memes políticos do *Facebook*.

Acessado em 23/09/2024

A Imagem de número 8 que circulou pelas redes sociais em 2014, indicava uma suposta entrada do Brasil no comunismo, caso a atual candidata da época, Dilma Rouseff, fosse reeleita para presidência da república, situação essa que ocorreu e o país estaria afundado em uma eterna pobreza, situação essa que estaria sendo divulgada em jornais oficiais em cuba, pois bem, observou-se a distorção histórica passada por este meme nas redes sócias.

Ao fazer o resgate histórico desse contexto, e que está fora da proposta deste trabalho, mas que é importante ressaltar que o projeto de reeleição no Brasil para o executivo foi proposto e aprovado pela câmara e pelo Senado Federal em 1994. No primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso do PSDB (1994-1997), foi considerado pelos historiadores como um neoliberal defensor do estado mínimo, com várias privatizações de estatais no seu governo, e ele utilizou da lei para conseguir aprovar, para entrada da história do Brasil, como o primeiro presidente reeleito em 1998- 2002.

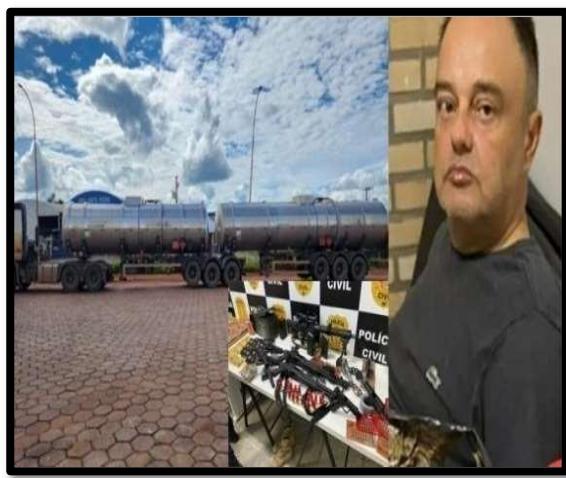
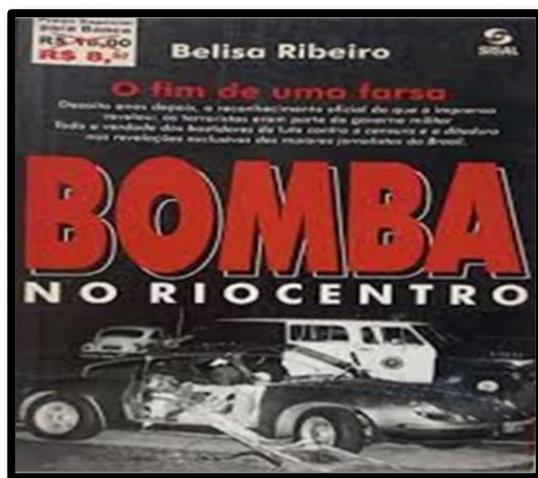
Nesse sentido, permanece algumas dúvidas: O Fernando Henrique era comunista? O Brasil naquela época, depois desta reeleição, passou a ser comunista? Vale ressaltar que o conceito de comunismo já é tratado neste trabalho, mas torna-se fundamental fazer retomadas para mostrar as análises realizadas ao longo deste texto.

E, ainda no que diz respeito a figura de número 8, é importante destacar que o discurso anticomunista se apropria de uma tradução que está presente no Brasil desde o início do século XX. Visto que, o anticomunismo se consolidou no país na década de 1930, na sequência da insurreição revolucionária de novembro de 1935, que na memória oficial chamou de “intentona comunista”. Essa tentativa fracassada da esquerda, liderada por comunistas, mas com participação de pessoas sem militância também, provocou respostas violentas do estado e dos setores sociais dominantes que capricharam na repressão e nas propagandas. (Mota, Rodrigo, 2022). Os autores ainda esclarecem que

Em 1964 ocorreu nova mobilização contra o “perigo vermelho” que se apropriou da tradição preexistente e de modo semelhante aos anos 1930 levou a implantação de uma ditadura. Assim tanto a ditadura do estado novo como a de 1964 tiveram o pano de fundo o fantasma do comunismo como forma de legitimar o golpe (Mota, Rodrigo 2022).

Diante disso, na atualidade, é fundamental destacar que todo aquele que se coloca como oposição a extrema direita ou contra a própria pátria, no Brasil é taxado como comunista. Esse assunto é debatido com imagens e citações dentro deste trabalho, com o intuito de mostrar todo o embasamento teórico utilizado para a construção deste texto.

Imagen 09 – Bomba no Riocentro Imagem 10 – Atentado ao Aeroporto de Brasilia



Fonte: Site Memes políticos do Facebook. Acessado em 25/09/2024

Para terminar a análise dos *memes* (imagens) na internet, dentro das problematizações

de história nos tempos atuais, se fará, por meio das imagens, uma citação de um artista atemporal, “Cazuza”, e se explanará um trecho de seu clássico de 1988, com o título “O tempo não Para”, que diz: *“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para”*. O fragmento apontado trata-se de uma música, e foi citada a título de uma analogia histórica envolvendo as duas fotos que estão separadas temporalmente por exatamente quarenta e um anos, mas que tem o mesmo princípio, que é causar através do terrorismo, que desencadeiam motivos para um golpe de estado. E a partir desse momento, se fará uma análise histórica das duas imagens.

A imagem a direta, mostra uma pessoa morta dentro de um carro destroçado por uma explosão, da qual foi realizado por um atentado terrorista, e está registrado nos livros de história como “atentado do rio centro”, ocorrido em abril de 1981, e arquitetado por setores do exército brasileiro e policiais militares do Rio de Janeiro, com o objetivo de incriminar grupos que se opuseram à ditadura militar no Brasil, e que está em processo de reabertura democrática no governo de João Figueiredo. (Batista e Liz, 2021)²⁶

O terrorismo foi realizado em um momento de um show de MPB, em que se tinha mais de 20 mil pessoas em comemoração ao Dia do Trabalhador. Diante disso, para não chamar a atenção do público, que era essa a intenção dos terroristas, Sargento Guilherme do Rosario, falecido no atentado, e do capitão Wilson Dias Machado, que ficou ferido na ocasião, de aproveitar o momento para cometer o ato de terrorismo. E vale ressaltar que ambos pertenciam ao departamento de operações internas do Centro de Operações para Defesa Interna para Defesa Interna (DOICODI). (Casado, 2014)²⁷

Assim, além da explosão dentro do carro, outra bomba foi detonada na caixa da estação elétrica, que continuou com a energia, e por não chamar atenção o show não foi interrompido, pois as pessoas ficaram vivas. E, depois do ocorrido, em entrevista ao Jornal Estadão em 06 de maio de 1981, o presidente Figueiredo disse: *“Apesar de soldado, não aceitava guerra, e em tempos de paz que o combate tinha que ser de idéias e condenava qualquer ato terrorista, fosse da direita ou da esquerda”*.

Por outro lado, ao falar do contexto histórico da imagem da esquerda, do texto onde aparece um homem preso em uma delegacia, e ao lado dele algumas armas e no fundo um caminhão de combustível, trata-se do terrorista George Washington morador da cidade de Xinguara (PA), que foi preso após tentar explodir um caminhão de combustível com 63 mil

²⁶ Batista Liz; atentado do rio centro: as bombas que tentaram para a abertura política ano 2021.

²⁷ Casado Jose: Riocentro documentos revelam que Figueiredo encobriu o atentado 2014

litros de querosene de aviação, em plena véspera de Natal em 24 de dezembro de 2022. Diante disso, se observa o depoimento dele:

Na manhã²⁸ do último sábado, 24, as polícias civil e militar de Brasília desarticularam uma tentativa de atentado terrorista, nas imediações do aeroporto da cidade. O responsável por essa tentativa, o empresário paraense George Washington, havia instalado uma bomba com temporizador por acionamento remoto ao lado de um caminhão tanque, com 63 mil litros de querosene de aviação armazenados, que estava estacionado nas imediações do aeroporto JK. O atentado teria como objetivo “provocar a intervenção das forças armadas e decretação do estado de sítio para impedir a instauração do comunismo no Brasil”, segundo o próprio acusado declarou em depoimento (DEPOIMENTO DE GEORGE WASHINGTON).

Nessas circunstâncias, foi encontrado, no apartamento do terrorista, várias armas de fogo que ele confessou ser de sua propriedade, e até o momento da produção desta dissertação o senhor George Washington já estava condenado por terrorismo, de acordo com o código penal brasileiro.

Com esse contexto, teve-se a intenção de fazer essa analogia histórica com o intuito de mostrar que o tempo passa, mas as práticas de tentativas de golpes no Brasil ainda persistem, e são históricas, momentos esses citados neste trabalho, simplesmente pelo fato dos indivíduos não aceitarem o momento político do país, e em consequência disso os atos extremistas se repetem de 1981 a 2022. Visto que, é notório que a história está sendo repetida e reescrita no calor do ódio e do extremismo político sem medir as consequências de mortalidade, das quais, por esses motivos, causaram esses dois atentados terroristas. Hobsbawm (2002, p. 311) destaca que “a maioria dos historiadores sabem que ao investigar o passado até mesmo o passado remoto estão igualmente pensando e expressando opiniões a respeito do presente e suas questões, e falando a respeito delas.

A exaltação e a recuperação da memória através dos horrores, ganhou repercussão tanto na imprensa quanto na mídia digital nacional e internacional. Além disso, a ordem dos advogados do Brasil (OAB), ingressou com um pedido de cassação do mandato e abertura de um processo penal contra o deputado Jair Bolsonaro, pela apologia a um crime citando um torturado já reconhecido, e com isso violou os direitos humanos. E em 2018, boa parte da população concordou com as declarações do deputado extremista e nada aconteceu com Jair

²⁸ ⁴¹<https://esquerdaonline.com.br/2022/12/26/depois-de-tentativa-de-atentado-a-bomba-e-preciso-prender-todos-terroristas-bolsonaristas/> consultado em 24/10/2023

Bolsonaro, que ainda se elegeu a presidente do Brasil, e nas suas redes sociais tiveram um crescimento expressivo, estando nas ondas dos algoritmos digitais. Dessa forma, percebe-se que a batalha na política, após as eleições de 2018, tiveram que ser travadas nas ruas e nas redes sociais, onde a temática da ditadura militar estava presente.

1.4 O revisionismo ideológico para as disputas de memória de forma virtual

O revisionismo ideológico, segundo Napolitano²⁹, está ligado à atuação dos grupos de conservadores que emergem no contexto de uma nova fase no processo de construção social da memória sobre a ditadura militar, que está inserida na conjuntura dos governos petistas a partir dos anos 2000.

Em linhas gerais, ela coincide com os três governos petistas (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), durante os quais se percebe dois movimentos contraditórios: de um lado, o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo, em alguns casos, partilhado por historiadores reconhecidos e de viés progressista, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970. (Napolitano, Marcos. Op. cit., p. 32)

O período³⁰ tem sido marcado pela aparição pública, com grau crescente de legitimação no debate e de infensa a qualquer execração pública, de memórias da extrema direita, cuja faceta mais hipster se esconde na crítica ao “politicamente correto”. Dessa forma, a versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor, e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) negacionismo, que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia, que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo, conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo, como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo, que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo ‘lulopetismo’.

A rememoração, enquanto ação, só é possível se levar em conta os quadros sociais nos quais a memória se assenta. Pois, esses quadros dão sustentação à memória, e são os referenciais

²⁹ NAPOLITANO, Marcos. Op. cit.

³⁰ Ibidem, p. 34.

sobre a memória brasileira, e se ampara para localizar e se abstrair das experiências sociais vividas e recebidas.

Assim, Halbwachs⁴⁵ discute memória como uma produção localizada nos quadros sociais, segundo os quais os brasileiros estiveram submetidos. Dessa forma, a recordação, por mais íntima que seja, só é possível a partir de referências que se encontram no âmbito da vida social.

Todo recuerdo, por personal que sea, incluso aquellos de los acontecimientos de los cuales hemos sido los únicos testigos, incluso aquellos de pensamientos y de nociones que muchos otros también poseen, con personas, grupos, lugares, fechas, palabras y formas del lenguaje, también con razonamientos e ideas, es decir con toda la vida material y moral de las sociedades de las cuales formamos o hemos formado parte. (Halbwachs, Maurice. Los Marcos Sociales... Op. cit, p. 55)

Diante do exposto, pode-se afirmar que há quadros elementares, como espaço, tempo, família, religião, linguagem, classe social, entre outros, que constituem os quadros que são construídos os valores balizadores dos cidadãos para a reconstrução das memórias individuais (sociais e coletivas), ou seja, memórias que, sobretudo, revelam as visões de um mundo que é comungado.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (Halbwachs, Maurice, 1990, p. 51)

Nesse sentido, ao falar de memória coletiva significa que há memórias individuais identificadas como visões de dados dos grupos, ou como representantes desses grupos sociais, que, afetivamente, podem ser localizados por meio dos posicionamentos que compartilham. Dessa forma, pode-se dizer, então, que as memórias individuais são produções coletivas comuns, próximas de dentro de uma sociedade, e tratar de memória social e coletiva perpassa também a relação entre história e memória. Nesse aspecto, destaca-se as proposições

de Aróstegui³¹, que considera a relação entre história e memória como múltipla e complexa, em que ambas são um reservatório da experiência humana, não necessariamente correlatas, mas convergentes. Dessa maneira, o autor considera que:

[...] la relación de la memoria con la historia como operación intelectual es inestable. Memoria e Historia son categorías del conocimiento de orden diverso, sobre todo porque, frente a la pretensión de ‘objetividad’ que toda construcción historiográfica debe tener ineluctablemente, no hay memoria neutral, ni inocente, como no ninguna facultad humana lo es enteramente [...]. Por lo general, los sujetos y los grupos organizan su memoria como autojustificación y autoafirmación, pero no necesariamente como contribución histórica desinteresada. Ibidem, p. 32 (grifo do autor).

Ricoeur discute os “usos e abusos” dessa memória é “exercitada”, pois o autor faz uma tipologia dos usos e dos abusos da memória em três planos: o primeiro é o plano patológico terapêutico, que trata da “memória impedida”; o segundo plano é o nível prático, que interessa os indivíduos mais de perto, pois trata das “formas concertadas de manipulação ou instrumentalização da memória [...]. E é nesse nível mediano que as noções de abuso de memória e [...] de abuso de esquecimento, são mais pertinentes”; o terceiro plano³², o nível ético-político, da “memória obrigada”, trata, mais especificamente, sobre o “dever de memória”, que passa a ser requerido no contexto do pós-guerra na Europa, em meados do século XX.

No segundo plano, o nível prático, o autor aborda a problemática de uma “memória manipulada”. Ricoeur³³ se detém nesse momento sobre uma “memória instrumentalizada”, que resulta da manipulação da lembrança e do esquecimento por detentores do poder, tanto em sua dimensão coletiva, quanto individual. E esse abuso da memória está, para o autor, intrinsecamente ligado à questão da identidade, em que: “o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda e da reivindicação da identidade³⁴”.

Para o filósofo francês, essa mobilização da memória para a conformação da identidade

³¹ ⁴⁶ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. Pasado y memoria. Revista de Historia Contemporánea, Madrid, n. 3, p. 5-58, 2004. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/742/1/Arostegui-Retos%20de%20la%20memoria.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020

³²⁴Ibidem, p. 83

³³ Idem.

³⁴ RICOEUR, Paul. A memória, a história... Op. cit., p. 94.

reclama algumas questões, tendo como sintoma os abusos da memória, tanto pelo seu excesso, quando pela sua insuficiência (abuso do esquecimento). Assim, a identidade forjada no contraste com o outro (eu/nós e outro/outras), tem a sua fragilidade no seu “caráter puramente presumido, alegado e pretenso”. Dessa forma, o confronto³⁵ com o outro se torna uma das causas de sua fragilidade. Além disso, a relação da identidade com o tempo coloca a memória como “componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro³⁶”.

A partir dessas constatações, o autor explica que o mau uso da memória, ou a manipulação da memória como recurso para a reivindicação da identidade, se deve ao fenômeno da ideologia que, para ele, trata-se de um fenômeno dissimulado, mascarado, e que atua em três níveis operacionais: a distorção da realidade; a legitimação do sistema de poder; e a integração, por meio de sistemas simbólicos, do mundo comum.

A ideologia gira em torno da legitimação do poder, e é nesse nível, como justificação do poder, que o autor situa a mobilização de recursos de manipulação da memória vinculando “os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia³⁷”. Por sua vez, Traverso³⁸ discute as mudanças de perspectiva com relação à memória nas últimas décadas, tomando como referência as memórias do Holocausto e do comunismo.

Nessa conjuntura, por ocasião do cinquentenário da libertação do campo de Auschwitz, o enfoque estava no perigo do esquecimento, em seu sexagésimo aniversário, e a discussão se pautava nos perigos dos “excessos de memória” e do uso apologético do passado, calcado no antagonismo entre o nazismo e o ocidente liberal. “O Holocausto funda assim uma espécie de teodiceia secular que consiste em rememorar o mal absoluto para nos convencer que o nosso sistema encarna o bem absoluto³⁹”.

O autor também discute a mudança na “paisagem memorial” do comunismo, especialmente, após o fim da União Soviética, quando o comunismo e a própria ideia de revolução passaram a ser associados ao conjunto dos regimes totalitários da primeira metade do século XX, na Europa. Entre outros autores, Jelin⁴⁰ também se preocupa com os usos do passado ao tratar das lutas políticas pela memória e, mais especificamente, desse embate no que

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 98

³⁸ TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

³⁹ Ibidem, p. 111.

⁴⁰ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de... Op. cit.

diz respeito aos processos ditoriais da segunda metade do século XX, na América Latina. Diante disso, sobre a conformação de uma narrativa oficial no contexto das ditaduras do Cone Sul, a autora explica que a monopolização do espaço público por uma narrativa política dominante, imposta pela censura explícita, empurra para a clandestinidade as memórias alternativas, e sedimenta os relatos oficiais a partir das vozes do próprio Estado.

Por lo general, los relatos de lasdictadurasdan a los militares un papel ‘salvador’ frente a la amenaza (en el Cono Sur, en los setenta, se trataba de la amenaza del ‘comunismo’) y al caos creado por quienes intentan subvertir a la nación. En este contexto, los relatos posteriores ponen el énfasis sobre los logros pacificadores [...] o sobre el progreso económico (Jelin, p.42).

No caso da ditadura militar no Brasil, Cardoso⁴¹ aponta essa disputa pela memória do período a partir da recuperação de elementos, como o apoio de parte da sociedade civil aos militares, o crescimento econômico e a relativização da tortura presente em produções memorialísticas de autoria de civis e militares conspiradores. No contexto atual, esses elementos são recuperados a partir dos interesses políticos conservadores, de forma que, sessenta anos após o golpe, “as diversas narrativas construídas por militares e civis golpistas voltam a eclipsar o presente”.

A justificativa para o golpe, a partir de uma suposta tomada de poder pela esquerda, também está bastante presente no documentário de “1964: o Brasil entre armas e livros”, como no trecho a seguir, em que o jornalista Aristóteles Drummond comenta o papel desempenhado pela imprensa: “E eles se reuniram, a rádio Jornal do Brasil, a rádio Tupi e a rádio Globo. E aí vieram as estações do interior, aderiram a esse programa diário defendendo a democracia e alertando para o golpe que as esquerdas planejavam com o apoio do presidente João Goulart”.

Assim, entre o conjunto de comentários levantados, verificou-se que parte dos (as) usuários(as) ratifica essas informações e perspectivas revisionistas, anticomunistas e de contraposição à educação escolar. E suas manifestações se amarram numa memória familiar, nas visões de mundo de quem viveu a partir de um quadro de memória conservador. O excerto a seguir, referente ao Guia Politicamente Incorreto, que é o representativo dessas visões de mundo. Como é visto em⁴²:

⁴¹ CARDOSO, Lucileide Costa. “Volta à ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. Contenciosa, Santa Fé, n. 8, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8594/12016>. Acesso em: 21 fev. 2024

⁴² Os comentários foram transcritos ipsius litteris e estão referenciados com as iniciais dos usuários e o ano em que

Meu pai viveu o regime desde o começo ele me dizia: os militares eram duros nas suas decisões, mas eles gostavam das coisas corretas por isso o país crescia muito!!! eles não toleravam a bandidagem seja ela qual fosse e isso trazia muita confiança para os cidadãos que se sentiam seguros.⁴³

Nos comentários do vídeo de “1964: o Brasil entre armas e livros”⁴⁴, não é diferente da referência à memória vivida que valida as perspectivas anticomunistas e revisionistas, como ilustra o trecho a seguir:

[...] Vivi 64, quantas mentiras, aliás é o que fazem sempre, mentir, mentir, mentir. Foram os melhores anos que o Brasil viveu. Morreram aqueles que não exitavam matar...nunca vi pessoas de bem morrerem por causa política. Anistia foi a maior traição com aqueles que combateram está praga chamada comunismo⁴⁵.

Ao se apropriar das teorias de Ricoeur⁴⁶, pode-se dizer que há um “uso da memória” ligado à sua utilidade enquanto recurso para uma reconstrução pública e uma revisão ideológica da história, que toma como fonte a memória. O uso apologético dopassado, como ressalta Traverso⁴⁷, translada-se para uma “paisagem memorial”, de base conservadora, que justifica a existência de governos autoritários como uma necessidade, a exemplo das ditaduras no Cone Sul. No caso do Brasil, tal uso permite considerar sua ditadura mais branda, comparada a de outros países latino-americanos, como é visto no trecho a seguir, relacionado ao Guia Politicamente Incorreto:⁴⁸“[...] a ditadura militar brasileira não sendo uma das ditaduras mais sangrentas (que nem a Argentina, Chile, Paraguai), foi uma coisa boa para o Brasil, porque isso foi uma forma de fazer para o povo dar a sua opinião e começar a fazer a diferença⁴⁹”.

Diante do exposto, observa-se que há, nos comentários, uma recuperação das experiências vividas com o intuito de negar o passado, ou para revelar o sentido desse passado

⁴³ C. H. Re: A lei da anistia | ditadura à brasileira | guia politicamente incorreto history, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁴⁴ 1964: O Brasil entre ... Op. cit. 1964: O Brasil entre ... Op. cit.

⁴⁵ 1964: O Brasil entre ... Op. cit.

⁴⁶ RICOEUR, Paul. A memória, a história... Op. cit.

⁴⁷ TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar... Op. cit.

⁴⁸ GUIA Politicamente... Op. cit.

⁴⁹ M. E. S. Re: O BRASIL TEVE UMA DITABRANDA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA

POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: Fev. 2024. (grifos do autor(a))

no presente.⁵⁰ Do qual pode ser visto no trecho a seguir, de um comentário sobre o vídeo ”1964: o Brasil entre armas e livros”⁵¹:

[...] fui jovem na época Médici, vivi toda minha juventude num regime militar, nunca uma ditadura, [...] estudei, trabalhei, me tornei um cidadão de bem, e pai de família Por outro lado, quem não queria trabalhar, era detido, preso por vadiagem, se bandido pagaria pelo crime sem mordomia, se fosse anarquista (político) quase sempre desaparecia ou melhor era enterrado nos fundos da (DOPS), uma antiga delegacia carioca Resumo, andou direito? Vc vivia feliz e seguro Andou torto? adeus [...].

É perceptível, a partir da declaração do usuário, que ele viveu sua juventude e parte da sua vida adulta durante a ditadura militar, quando ele afirma: “Vivi toda minha juventude num regime militar [], estudei, trabalhei, me tornei um cidadão de bem, e pai de família”. A partir desses quadros de referência, a escola, o trabalho e a família, ele mobiliza essa memória como recurso testemunhal para validar as ações dos militares à época. Sendo assim, o período da ditadura militar adquire, dessa forma, um sentido positivo expresso no argumento de que os militares enfrentaram uma “ameaça” à sociedade considerada ética e moral, e que precisa ser defendida. De modo semelhante, o(a) usuário(a) a seguir, ao comentar o vídeo do Brasil Paralelo, também reivindica uma memória referente ao período ditatorial, sob o qual viveu sua juventude e parte da sua vida adulta.

Parabéns, belo trabalho. Hoje com 68, agradeço aos Militares pelo tempo que no governo permaneceram. Após sua saída tivemos, infelizmente, o retorno de inúmeros anti-patriotas, ladrões, baderneiros, etc... que apenas o próprio interesse visavam. Felizmente estamos agora vendo a chama da liberdade, da democracia, voltando a instalar-se no país.⁵²

Diante dos expostos, evidencia-se uma noção de que a ditadura deveria ter sido mais severa, perseguindo, matando e torturando mais de acordo com o site da internet Brasil Paralelo,

⁵⁰ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de... Op. cit

⁵¹ 1964– O Brasil entre ... Op. cit.

⁵² L. B. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: FEV. 2024

assim, como ressaltam Halbwachs⁵³, Ricoeur⁵⁴, Jelin⁵⁵ e Traverso⁵⁶ não há memória social neutra. Para Aróstegui, “*toda espécie de memória colectiva encuanto representativa de un grupo es la expresión de unosostros, y está ligada a los intereses de quienes la expresan*”⁵⁷. Ainda com base em Aróstegui, pode-se dizer que as visões da história e da memória, como categorias relacionadas ao passado, são tomadas nos comentários como “autoafirmação” ou “autojustificação” de sujeitos e grupos sociais. É o que, de certo modo, fica evidenciado nos comentários a seguir que são relacionados ao Guia Politicamente Incorreto⁵⁸, e ao vídeo do Brasil Paralelo, respectivamente:

Se existiu ditadura no Brasil não sei porque não vi. Devia estar vivendo em outro país. Nós não temos identidade, pois não sabemos o que somos e o que queremos nesta terra ⁵⁹chamada Brasil. E para psicanalista nos analisar.

Boa Noite. Parabéns por trazer à tona a realidade dos fatos de nossa história, deturpados sistematicamente. [...] Quem viveu este período e é Patriota, concorda com estes fatos, que o documentário Brasil Paralelo narra. Eu sei porque vivi esta época⁶⁰.

Nesse ínterim, verificou-se que o revisionismo ideológico e o uso político da memória, convergem para a legitimação de valores e normas de grupos sociais conservadores, em um contexto de intensa luta política que vem sendo travada no Brasil atual. Considerando esse aspecto, o comentário a seguir, referente à série Guia Politicamente Incorreto⁶¹, é representativo desses valores e de grupos sociais conservadores, que enxergam no Estado ditatorial militar um modelo e um caminho para a política no país: “Amaldiçoado seja Geisel e Figueiredo. Viva Médice e Ustra!!!!”. “Assim, no ano de 2018 clama por ordem, e por menos bandidos! É engraçado como os mesmos coitadinhos de antes são os mesmos que não roubaram, corromperam e acabaram com Brasil de atualmente!”.⁶²

⁵³ HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva... Op. cit.

⁵⁴ RICOEUR, Paul. A memória, a história... Op. cit.

⁵⁵ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de... Op. cit

⁵⁶ TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar... Op. cit.

⁵⁷ ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria... Op. cit., p. 32-33 (grifo do autor)

⁵⁸ GUIA Politicamente ... Op. cit

⁵⁹ V. S. N. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: fev. 2024.

⁶⁰ J. S. S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: FEV. 2024.

⁶¹ GUIA Politicamente... Op. cit.

⁶² S. A. Re: A LEI DA ANISTIA | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO

Não obstante, entre os comentários referentes ao vídeo de 1964 “O Brasil entre armas e livros”⁶³, também são recorrentes as declarações apologéticas à ditadura: “O maldito lixo comunista. Deveriam ter sido extermínados ...viva o grande herói USTRA, o terror dos vermes comunistas”.⁶⁴ Desse modo, observa-se, assim, as manifestações de conformação de sentido do passado ditatorial em um cenário de confrontação e lutas políticas⁶⁵, ao entender que os usos e abusos da memória⁶⁶ revelam, sobretudo, características do presente e perspectivas futuras, na construção e na busca por determinados modelos de sociedade.

Essas são expressões do embate que se dá no campo midiático, especialmente, na internet. Dessa forma, a análise dos dados, a partir da memória em sua perspectiva social, demonstrou como uma memória, que busca positivar a ditadura militar, expressa nos comentários corresponde àquelas narrativas apresentadas nos vídeos. Assim, elementos comuns aos vídeos também aparecem nessas memórias como: o anticomunismo e o anti- esquerdismo; a desvalorização do conteúdo aprendido na escola; as críticas ao professor de história; e a legitimação do Estado ditatorial. Dessa maneira, o excerto a seguir, relacionado ao Guia Politicamente Incorreto⁶⁷, é um exemplo:

Foi uma “ditabanda”. E tem mais, não foi um golpe, foi uma intervenção, visto a quantidade de espiões e articuladores internacionais como os poloneses [...], que estavam aqui infiltrados para apoiar os guerrilheiros e os infiltrados no estado brasileiro que até hoje estão. (CANAL HISTORY BRASIL, 2018).

Assim, pode-se citar exemplos mais cristalinos para mostrar como a direita neoliberal “revisionista da história” contemporânea age para as distorções a seu bel prazer político, como é visto no exemplo de um canal do *Youtube* chamado de “Brasil Paralelo”, onde seu editorial tenta a todo o custo criar novas versões sobre a história:

A ótica é a mesma que a da Revolução Francesa. Os padres jesuítas formavam o clero, os capitães hereditários e seus descendentes eram a nobreza, e o resto da população eram escravos. Não se considera a relação dos bandeirantes com os índios, a relação dos índios uns com

⁶³ HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: 21/02. 2024.

⁶⁴ 1964: O Brasil entre ... Op. cit.

⁶⁵ O. F. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: Fev 2024-02-19

⁶⁶ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de... Op. cit.

⁶⁷ RICOEUR, Paul. A memória, a história... Op. cit.

⁶⁸ GUIA Politicamente... Op. cit.

os outros, a relação dos índios com os europeus, a relação dos negros uns com os outros. As relações são complexas e, na Brasil Paralelo, os sócios se recusaram a absorver a interpretação marxista de que havia apenas uma classe dominando a outra. A série “Brasil – A Última Cruzada”, foi o material mais visto da história brasileira no país, e permitiu projetar para todos a vontade que tinham de trabalhar a cultura sem o viés marxista, sem ideologias. Isto chocou todos aqueles que estavam dominando a cultura. Por essa razão, começaram a acusar a Brasil Paralelo de ser revisionista, quando tudo o que fazia era mostrar fontes diferentes. Diante de uma visão tradicional da história, as pessoas perceberam que existem aqueles que pensam de forma diferente, que as fontes não são as mesmas, que não existe uma única forma de narrar os acontecimentos.⁶⁸

Ao desconsiderar a apreensão deficitária sobre os significados de revisionismo e de negacionismo na historiografia, observa-se que, de modo contraditório, a produtora assume a possibilidade de diferentes fontes e interpretações sobre a história, mas apenas para afirmar a sua versão como a única benemérita do qualificativo de “verdadeira história”. De outra parte, associa a historiografia acadêmica a uma análise demasiadamente simplificadora e economicista dos processos históricos há muito superada, não verificável sequer no campo da historiografia marxista acusada de hegemônica no meio universitário.

A despeito do golpe civil militar de 1964, a empresa com um canal no Youtube a “Brasil Paralelo”,⁶⁹ enquanto principal projeto de revisionismo histórico do campo da nova direita neoliberal no país, foi o lugar da produção de maior alcance da produtora e que seria ocupado pelo filme de “1964:O Brasil entre Armas e Livros”, descrito como o “maior documentário já feito sobre o período da ditadura”, e é o “documentário brasileiro mais visto da história”. Tal documentário, foi lançado em 2019 no dia que os grupos militares celebravam o aniversário do golpe, e a propaganda do filme foi amplamente disseminada nas redes e anunciava: “*Os fatos⁷⁰ que as escolas e as faculdades esconderam sobre o regime militar foram revelados*”. Segundo Araujo⁷¹, Douglas p.234, afirmam que:

⁶⁸ GUIA Politicamente... Op. cit.

⁶⁹ A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim. Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigo/brasil-paralelo> Acesso em: 20 out. 2023.

⁷⁰ MAZZA, Luigi. No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política. Piauí, 27 maio 2021. Disponível em: .<<https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/>>. Acesso em 24 de outubro de 2023

⁷¹ “Histórias e mitos em um Brasil paralelo” Um aparelho de ação político-ideológica na “guerra cultural” da nova direita. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Ano 2023.

O documentário propõe uma releitura dos eventos e processos que desencadearam na instauração da ditadura militar e das condições que levaram à sua queda. A narrativa se inicia com a abordagem do cenário internacional bipolar no período da Guerra Fria, regressando à Revolução Russa de 1917 e à formação do “Reino do terror vermelho”, e então chega ao contexto nacional a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1920 para desembocar na conjuntura política e ideológica da década de 1960. A partir daí, a argumentação do documentário é praticamente toda construída em torno do que seria a descoberta inédita de um acervo documental secreto do serviço de inteligência da antiga Tchecoslováquia (StB), submetido à KGB, que demonstraria a existência de uma conspiração “para transformar o Brasil em um país comunista”. Tal tese se baseia no livro “1964 – O elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista”, lançado em 2017 por Mauro Abranches e Vladimir Petrilak e prefaciado por Olavo de Carvalho.⁷²

Segundo os distintos senhores citados acima, o golpe civil militar seria a última tentativa de salvar o Brasil das garras “comunistas”, e nesses termos seria mais justo falar em uma “contra ofensiva” executada em 1964. Enquanto isso, a narrativa do filme⁷³ também procura desconstruir o fato largamente baseado em evidências de que o golpe ocorreu sob influência da CIA e do governo estadunidense, uma ficção que, de acordo com a BP,⁷⁴ teria sido construída em cima de documentos forjados. A conclusão da narrativa é que os comunistas foram derrotados nas armas, mas venceram no terreno cultural. E nos livros, relata que a partir da “estratégia gramscista”, ocuparam as universidades, as escolas, os meios de comunicação, as instituições etc., para estabelecer as bases para a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder a partir da construção da Nova República, como é mencionado na frase: “A revolução socialista deixou o campo das armas e foi para o campo das ideias, para as universidades, para as escolas e enfim para os livros”, e com isso encerra a narração do filme:

Agora imaginem esse tido de “aberração histórica”, sem ser compartilhado em redes sociais, mas através de aplicativos nos celulares, quantas pessoas tiveram acesso a essa desinformação? Quantos comentários em todos os lugares da sociedade foram gerados através dessa “fake news” historiográfica? Por isso, uma parte da sociedade começou a renegar a educação em todos os níveis com medo de uma suposta doutrinação dos professores, onde o antro ideológico de esquerda estaria nas universidades.

⁷² Brasil Paralelo.1964 A história é bem diferente do que você imagina <https://www.youtube.com/watch?v=1F2BKqK9kCU&t=39s> acessado em 20 de junho de 2023.

⁷³ Brasil Paralelo. 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO). YouTube, 2 abr. 2019 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t>>. Acesso em: 24 de outubro 2023

⁷⁴ Brasil paralelo

Dessa forma, ficam evidentes as disputas pela memória, a partir de uma perspectiva política que defende um projeto de sociedade em muitos aspectos coincidentes com o período ditatorial, e reivindicando uma memória oficial forjada durante os seguintes períodos: dos militares que agiram para salvar o país; e um período de prosperidade, segurança e valores morais. Assim, o comentário a seguir, no vídeo de “1964: o Brasil entre armas e livros”⁸⁹⁷⁵, é representativo dessa questão. Como é visto a seguir:

[...] Os militares nos davam segurança, liberdade, bastava andar com documentos, mesmo possuindo armas. Meu pai ia armado para outras cidades. Nunca foi bandido nem polícia. Apenas bandidos e comunistas temiam os militares. O povo teve trabalho, infraestrutura, saúde e educação, mas por isso houve um crescimento desordenado, com a migração do campo para as cidades, pelas oportunidades de emprego, pela energia, e os governantes não impediram o crescimento das favelas, que foram superdimensionadas nos governos de esquerda ao fim do regime militar, causando uma classe de indivíduos sem chance, à mercê do crime⁷⁶.

As disputas em torno das memórias da ditadura, adquiriram uma nova dimensão na atual conjuntura política e social do Brasil, como adverte Cardoso⁷⁷. E considerando esse aspecto, o confronto entre diferentes memórias sociais sobre o período também aparece nos comentários. Enfim, com isso observa-se que há uma recorrência à memória, vivida ou recebida, a partir de dadas visões de mundo, de quadros sociais, que aparecem nos comentários como elementos de disputa na construção de sentidos da ditadura militar. A maior parte desses comentários recupera memórias individuais e coletivas com base em quadros sociais de natureza conservadora.

Nesse sentido, a temática da ditadura militar é um tema sensível a ser trabalhado no interior, e reforça a necessidade de debater questões caras ao ensino de História, como o “valor da democracia”, dos “direitos humanos” e da “liberdade de expressão”. E o professor-pesquisador em sala de aula torna-se um mediador da aprendizagem, e para isso, precisa dialogar nas aulas com documentos e interpretações desse evento histórico.

⁷⁵ 1964: O Brasil entre ... Op. cit.

⁷⁶ S. C. S. G. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: março. 2024.

⁷⁷ CARDOSO, Lucileide Costa. “Volta à ditadura”? ... Op. cit.

CONCLUSÕES DA SESSÃO 1

Ao fim desta primeira sessão chegou-se à conclusão de que o debate historiográfico sobre a memória da ditadura militar ficou bastante ativo em uma grande parte da sociedade brasileira, principalmente depois das jornadas de junho de 2013, e se fortaleceu em 2014 ao ter um crescimento significativo por todo o restante da segunda década do século XXI, e são colocados em pautas nesse momento para a construção deste trabalho.

Com isso, percebe-se, de uma forma bastante objetiva, que essa memória foi destravada a título de uma luta contra a corrupção, que naquele momento era exposta com várias denúncias nos meios de comunicação como a rádio e a televisão, e principalmente era o início da “era digital”, que foi popularizada com uso de celulares, e com isso várias mensagens sendo expostas com uma velocidade instantânea. E não se pode esquecer que nesse período houve o “impedimento” da presidente Dilma Rousseff em 2016, que abriu um vasto caminho para a extrema direita no Brasil colocar suas ideias para circular no país.

Então, torna-se necessário saber como e o porquê esses acontecimentos do passado foram resgatados como bandeira política de luta de uma parte da população que se identificou com a chamada extrema direita política, que foi através de uma memória coletiva histórica totalmente distorcida da realidade científica para justificar atos políticos, e até mesmo criminosos, perante a constituição brasileira. No entanto, isso foi explanado no decorrer desta dissertação ao analisar a “*história do tempo presente*”, e foi citado no capítulo acima.

E para relembrar essas situação que é de vital importância através da análise deste capítulo, é imprescindível citar, também, que a utilização do negacionismo e do revisionismo historiográfico relacionado a ditadura militar em tempos contemporâneos se repetiu em alguns bordões, como por exemplo: “No tempo dos militares que era bom, não havia programas na internet como o “*Brasil Paralelo*” que nega os crimes de tortura, ocultação de cadáveres e assassinatos nos chamados anos de chumbo, e tenta reconstruir a história do Brasil através de posições política de extrema direita”.

Portanto, percebeu-se a busca de uma representação do passado como memória coletiva, ou na sua ausência dentro de uma parte significativa da sociedade brasileira, que é recente de uma maior discussão sobre esse assunto. E que foi e está sendo muito requerido na contemporaneidade a título de narrativas políticas, e que pode ser feito, também, uma discussão nas escolas básicas públicas e privadas através dos seus currículos sobre esse assunto, como um tema sensível para saber como os alunos de manifestam com essa temática, como eles têm conhecimento dessa abordagem e como o assunto é chegado até eles.

SESSÃO 2 TEMAS SENSÍVEIS NA HISTÓRIA LOCAL E NA SALA DE AULA

Investigar a abordagem de temas sensíveis na história local pode contribuir para a formação crítica dos estudantes em tempos de negacionismo histórico, tomando como referência a escola Tancredo Neves II e seu papel como espaço de construção do sujeito histórico, com ênfase na relação entre a ditadura militar na Amazônia e sua conexão com a história nacional.

O debate de temas sensíveis na sala de aula é um dos grandes desafios da educação contemporânea, especialmente em tempos marcados pelo negacionismo histórico e pela polarização ideológica (Fico, 2022, p. 56). Esses temas são frequentemente evitados, seja por receio de controvérsias ou pela falta de preparo dos professores para lidar com assuntos delicados (Fico, 2022, p. 56). Contudo, eles são essenciais para a formação de uma consciência crítica e cidadã. Entre esses assuntos, destaca-se a ditadura militar no Brasil (1964-1985), que, apesar de sua relevância, ainda enfrenta resistências quanto à sua abordagem no âmbito escolar. Quando se trata da Amazônia paraense, o tema ganha dimensões específicas, uma vez que a região foi palco de acontecimentos marcantes que revelam as particularidades do regime autoritário na história local.

2.1. Temas sensíveis na sala de aula em tempos negacionistas e a questão local.

Nos últimos anos, os professores de História do Ensino Fundamental e Médio têm discutido uma questão de cunho pedagógico, ético e político: como tratar, nas escolas, os temas considerados “sensíveis”? A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina), por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul) ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa - tanto na memória como na história.

Os militares chegaram ao poder através de um golpe civil militar em 1964 e que perdurou por 21 anos e nosso foco nesta pesquisa justamente por todos os atos do estado brasileiro contra seus opositores políticos que foram contra as regras dos direitos humanos como, por exemplo, prisão arbitrária torturas, mortes e ocultação de cadáveres e exumação dos mesmos como na operação limpeza proveniente da guerrilha do Araguaia.

Abordar esse “tema sensível” é importante não apenas para professores e alunos de todos os segmentos de formação escolar, mas para toda sociedade brasileira. Pois apenas conhecendo, discutindo, analisando, revelando os fatos e as experiências ligados à ditadura militar, podemos efetivamente tornar esse momento da nossa história em tempo passado (Araujo, 2018, p 40).

Tutiaux- -Guillon define questão sensível como aquela carregada de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum. Geralmente, implica o confronto de valores e interesses e pode ser, para um grupo, um constrangimento na tomada de decisões. Talvez fosse interessante abordar os temas sensíveis com a especificidade de estarem relacionados à violação de direitos humanos, embora uma questão pode ser controversa exatamente por isso. Mas um tema pode gerar controvérsia sem, necessariamente, envolver situações extremas de violência.

Já Verena Alberti (2014, p.2) cita o relatório da Associação de História da Inglaterra sobre o ensino de temas sensíveis ou controversos para destacar que sua abordagem implica o reconhecimento de injustiças que foram cometidas no passado contra pessoas ou grupos, provocando o choque de diferentes versões do passado ensinado na sala de aula com memórias familiares ou comunitárias: “observa-se que estamos no terreno das memórias em disputa, que tem na escola um de seus palcos políticos talvez mais evidentes”.

Assuntos relacionados ao regime militar sempre estão acrescentado nas discussões fora da academia em memórias coletivas passadas geralmente em meios sócias da existência e convivência das pessoas que acabam entrando em rota de colisão no meio escolar principalmente nos dias atuais que o resgate do passado do regime militar virou uma bandeira política cheia de tentativas de reescrever a historia através desta disputa e o professor de história tem que estar preparado para lidar com essa situação:

Entrar em contato com a história das ditaduras de segurança nacional instauradas na América Latina, percebendo a violência praticada deliberadamente pelos Estados através da documentação de Carlos Gutierrez, amplia a dimensão do terror vivido pelas vítimas. Nesse momento, quando os estudantes percebem o desespero de Gutierrez e a forma pela qual pode evitar sua prisão e retorno ao Brasil, surgem tensionamentos, comentários, reflexões. Antes mesmo dos encaminhamentos finais da oficina, quando os estudantes respondem algumas perguntas para esquematizar o que conseguiram compreender a partir dos debates e análises das documentações, fui interpelada por esta conclusão: “Para alguém sofrer todas essas sevícias, não poderia haver Direitos Humanos?”. Tão logo o grupo começou a problematizar

esse questionamento, o mesmo estudante prosseguiu: “Mas meu pai sempre diz que nessa época era muito bom, era só não andar na rua, não se meter em confusão. Nessa época não tinha corrupção, nem bandidagem como a gente vê hoje” (Cardoso, 2016).

Em uma memória totalmente diferente da exaltação do regime militar temos uma outra declaração sobre o período, “Não, cara, meu pai diz justamente o contrário, que nessa época nada era permitido, nem mesmo conversar na rua. Tudo era motivo para ser preso e torturado. Não dava pra discordar do governo” essas declarações foram dadas por dois alunos que estavam assistindo a mesma aula, no inicio do texto com essas declarações já da para entender que trabalhar com esses temas sensíveis em sala de aula com alunos “bombardeados” por varias informações que não sua maioria não são verídicas vai dar um pouco de trabalho e muita habilidade didática.

Essa habilidade parte da analise de documentos “fontes historiográficas” em conjunto com os alunos (estamos citandos um exemplo de unidades escolas do ensino fundamental e médio) para trazer a luz do seu conhecimento os fatos ocorridos neste período historiográfico que durante muito tempo ficou preso as versões oficias de mocinhos e bandidos e datas comemorativas sem trazer a realidade cotidiana dos alunos e comunidade, só que com o passar do tempo essa filosofia educacional esta mudando.

Na escola,⁷⁸ não só no Brasil (falamos aqui na América Latina), por muito tempo teve relevância uma História oficial com a qual se intentou construir um sentido de identidade para o projeto de nação em curso, cuja meta era formar o patriota defensor dos valores universais “branco, católico e masculino”. Tradicionalmente, o ensino da História legitimou as pretensões dos dirigentes políticos. Hoje, vivemos em uma tensão permanente para não ensinar uma *história universalista, centrada em homens, etnocêntrica⁷⁹, elitista e preocupada com os objetivos políticos dos acontecimentos. Cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história.*

Acreditamos que a História escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade e, a partir disso, permitir a reflexão sobre o que nos configura hoje como nação.

Geralmente essas demandas dos temas sensíveis partem das classes sócias menos

⁷⁸ Carmem Zeli de Vargas Gil : * Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

⁷⁹ Jonas Camargo Eugenio : Mestre em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil: **Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas**

desfavorecidas que não tem o controle da mídia para expor e explicar para sociedade em geral sua situação de total silenciamento de sua memória que questiona essa homogeneização passada adiante como idéia de Nação, a intenção de manter viva essa idéia de reparação parte do princípio de manter viva uma memória e não deixar que os conhecimentos históricos sejam explicados de forma simplória sem conhecimento científico, pois isso causa um esquecimento proposital que acaba com a possibilidade da análise do Brasil através de uma visão historiográfica plural.

Sem duvidas quando se fala de temas sensíveis em relação ao período da Ditadura militar (1964 1985) são as prisões, torturas desaparecimento, censuras, perda de direitos civis relatados em vários trabalhos acadêmicos em todo território nacional através dos currículos escolares que por sua vez os professores tentaram explicar para os alunos colocarem suas análises alem do que esta previsto no documento oficial .

Entre trabalhar ⁸⁰com os testemunhos de violações cometidas pelo Estado às vítimas das ditaduras na região e questionar suas condições de possibilidade, preparando as bases para a condenação de qualquer novo intento de violação a abordagem recorrente opta pela memorização dos nomes dos presidentes e seus atos institucionais. Entre discutir políticas afirmativas de reparação para afrodescendentes e responder por que têm os vivos que se responsabilizar pelas infâmias do passado, destaca-se a influência africana em nossa alimentação, na religião e nos ritmos musicais. Entre explicar que a identificação das pessoas com determinados papéis sociais são construções históricas, que mudam ao longo do tempo e de sociedade para sociedade, e abrir espaço para a discussão sobre as relações de gênero socialmente ocultadas, a história das mulheres se resume à luta pelo direito ao voto.

Nesse sentido, a experiência vivida cotidianamente no espaço escolar por crianças e jovens nos permite reafirmar o papel da história no processo de formação humana dos sujeitos, conforme salienta Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “a história serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas, para lapidar e esmerilhar espíritos, para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado, mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado” (Albuquerque Júnior, 2012, p.31).

⁸⁰ Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis : autores Juliana Alves de Andrade* Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Recife, PE, Brasil. Docente da Universidade FCarmem Zeli de Vargas Gil* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

Juliana Pirola Balestra Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (Ilaach). Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Reforçando a atuação do ensino de história como o campo da educação em direitos humanos, Seffner e Pereira (2018, p. 17) assumem que a escrita da história e seu ensino “não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos”. O estudo de Temas Sensíveis traz para o centro do debate reflexões profundas que dizem respeito a memórias em disputa e que, as vezes, envolvem a violação de direitos humanos. São temas que, em grande medida, possuem como eixo a insistência de um passado que não passa e que é sentido cotidianamente.

A primeira relação e entender o que são os direitos humanos que por si essa pronuncia nos dias atuais já podem ser considerados como uma grande polemica chegando ate mesmo ser um “tema sensível” por causa de tantas distorções políticas que levaram muitas pessoas a acreditar no obscurantismo da ignorância para se relacionar sobre o assunto:

E um conjunto de leis que são sugeridos a todas as nações depois da Segunda Guerra Mundial através da ONU (Organizações das Nações Unidas) órgão justamente criado para ser um mediador de conflitos bélicos entre as nações e nortear a convivência pacifica ate mesmo dentro do território de cada pais que fazem parte de conglomerado de países.

Dentre 30 artigos alguns serão citados neste trabalho para o conhecimento do publico em geral:

1º artigo Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

3º artigo Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

7º artigo Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

9º artigo Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

18º Artigo Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

19º Artigo Todo ser humano⁸¹ tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

⁸¹ Eis aqui, na íntegra, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10/12/48.

No Brasil, os **direitos humanos** recebem, na Constituição de 1988, a nomenclatura de direitos fundamentais, expressão preferida das constituições democráticas. Nossa Carta Maior declara e estabelece de forma cristalina o direito de todos a uma vida digna, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à moradia, à educação.

I. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.[5]

Art. 5º, I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

II. Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Além disso, não se fará distinção alguma baseada na condição política, jurídica ou internacional, do país ou do território cuja jurisdição dependa uma pessoa, quer se trate de país independente, como de território de administração fiduciária, não autônomo ou submetido a qualquer outra limitação de soberania.[6]

Art. 5º, XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais:

Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.[7]

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...

IV. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. [8]

Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 5º, III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Art. 5º, XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Art. 5º, XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Art. 5º, L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

A constituição de 1988 foi promulgada os constituintes tiveram a sabedoria de fazer as leis como se fosse uma analogia dos direitos humanos universais depois de tempos muito turbulentos e obscuros politicamente onde todos os brasileiros a partir daquela data tinham a obrigação de respeitar aquela “tabua de leis” dentre essas leis destacada está a da tortura que foi uma prática recorrente nos governos militares, que hoje é considerado um tema sensível lembrando que a constituinte de 1988 é pós regime autoritário e foi fruto de um grande acordo político, prova disso a lei da anistia que até hoje está em vigor.

O Brasil historicamente não tem constituído políticas de memória, ou tem feito de maneira muito frágil. Em grande parte da população brasileira ainda prevalece a visão de querer “virar a página” e enterrar a memória do período. Durante o período das atividades da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014)⁸² que procurou investigar as violações de direitos humanos no período ditatorial, embora sem poder de punição, o que se viu foi uma verdadeira batalha de memórias em que a negação e o revisionismo ideológico ganharam grande repercussão (PEREIRA⁸², 2015), o que ocorre ainda atualmente.

Oportuna a perspectiva de Jaime Ginzburg (2012, p.220) ao afirmar que no Brasil, país marcado por processos históricos violentos, torna-se importante uma abordagem da história voltada à ética e aos direitos humanos. Nesse sentido, será que o currículo escolar pode contribuir de alguma forma para o enfrentamento da violência? Ou ainda, a literatura pode contribuir para a constituição de políticas de memória, em especial quando vemos o crescimento de negacionismos históricos?

Neste sentido nesta disputa da memória temos que trabalhar nas unidades escolares a consciência histórica dos alunos através de trabalhos em cima de fontes historiográficas de diversos lugares para estimular a pesquisa entre os alunos e o entendimento da história, temas sensíveis para entender como estão entrelaçados com direitos humanos, pois bem vamos analisar historiograficamente dos casos bastante “conhecidos” na historiografia brasileira como

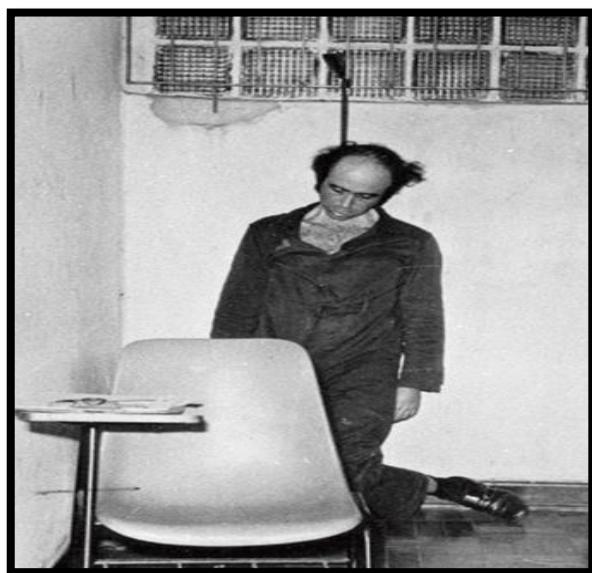
⁸² PEREIRA, N. M. Ensino de História, dever de memória e os temas sensíveis. Anais do II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/index>. Acesso em: 08/agosto/2024

a morte de Wladimir Erzogue e a guerrilha do Araguaia na Amazônia.

No Brasil, cerca de 50.000 pessoas foram presas durante o período da ditadura militar; 7.367 indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4.862 foram cassadas; 130 banidas; milhares de exilados e, pelo menos, 426 mortos e desaparecidos políticos (incluindo 30 no exterior), segundo os dados levantados pela historiadora Janaína Teles. As famílias destes mortos e desaparecidos políticos foram algumas das primeiras vozes que se levantaram, ainda na década de 1970, contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura em relação aos opositores políticos do regime e, ao longo das últimas décadas, se tornaram protagonistas na luta pelo direito à verdade e à justiça e na defesa dos direitos humanos no país.

No primeiro momento da atuação destes familiares, a dificuldade em obter informações sobre seus parentes desaparecidos era intensificada pela conjuntura autoritária da ditadura militar. Antes mesmo de se estabelecerem como um grupo atuante na causa desses perseguidos políticos, a procura por pais, irmãos, filhos, maridos e esposas engajados na resistência passou a fazer parte da vida dessas pessoas que, por vezes, sofriam ameaças dos órgãos da repressão para que interrompessem suas buscas. Percorriam tribunais, delegacias e quartéis na tentativa de encontrar seus parentes. Utilizavam vários artifícios para atingir este objetivo, inclusive a solicitação de habeas corpus como forma de registrar a responsabilização do Estado por aquela pessoa. Buscavam apoio na ala progressista da Igreja Católica e nos escritórios.

Imagen 11 - Jornalista Wladimir Herzog é assassinado de São Paulo



Fonte: Jornal do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo acessado em 23/01/2024

Na versão oficial do governo o jornalista se suicidou na cadeia caso esse que teve grande

repercussão ate mesmo fora do Brasil que não teve como o regime militar abafar ou colocar “panos quentes” para esconder a situação:

Conforme o Laudo de Encontro de Cadáver expedido pela Polícia Técnica de São Paulo, Herzog se enforcara com uma tira de pano - a "cinta do macacão que o preso usava" - amarrada a uma grade a 1,63 metro de altura. Ocorre que o macacão dos prisioneiros do DOI-CODI não tinha cinto, o qual era retirado, juntamente com os cordões dos sapatos, segundo a praxe naquele órgão. No laudo, foram anexadas fotos que mostravam os pés do prisioneiro tocando o chão, com os joelhos fletidos - posição em que o enforcamento era impossível. Foi também constatada a existência de duas marcas no pescoço, típicas de estrangulamento⁸³

Vladimir⁸⁴ era judeu, e a tradição judaica manda que suicidas sejam sepultados em local separado. Mas quando os membros da Chevra kadisha⁸⁵ – responsáveis pela preparação dos corpos dos mortos segundo os preceitos do judaísmo – preparavam o corpo para o funeral, o rabino Henry Sobell, líder da comunidade, viu as marcas da tortura. "Vi o corpo de Herzog. Não havia dúvidas de que ele tinha sido torturado e assassinado", declarou.¹ Assim, foi decidido que Vlado seria enterrado no centro do Cemitério Israelita do Butantã, o que significava desmentir publicamente a versão oficial de suicídio. As notícias sobre a morte de Vlado se espalharam, atropelando a censura à imprensa⁸⁶ então vigente. Sobel diria mais tarde: "O assassinato de Herzog foi o catalisador da volta da democracia".

O caso de Herzog teve uma repercussão nacional e ate mesmo internacional vamos observar outro exemplo que causou tanta indignação e sofrimento relacionado aos parentes da vitimas desta ausência de direitos neste período de exceção.

Imagen 12 - Vítimas de tortura da ditadura militar.

⁸³ Banco de Dados Folha. Acervo on line. Testemunhas confirmam torturas no caso Herzog. Publicado na Folha de S.Paulo, 17 de maio de 1978.

⁸⁴ Sem nome. "[Herzog, torturado e morto em outubro de 1975 <http://www.unificado.com.br/calendario/10/herzog.htm>]". Acesso: 21 de dezembro de 2023-12-21

⁸⁵ Chevra kadisha (do aramaico חברה קדישא "sociedade sagrada") é a sociedade de homens e mulheres judeus dedicados que executam as preparações dos corpos dos mortos de acordo com a halachá.

⁸⁶ **Censura no Brasil**, tanto cultural como política ocorreu durante todo o período após a colonização do país Embora a maioria da censura estatal tenha terminado pouco antes do período da redemocratização que começou em 1974, o Brasil ainda experimenta uma certa quantidade de censura não oficial hoje. A legislação atual restringe a liberdade de expressão em relação ao racismo,^[2] tipificado como crime,^[3] e a Constituição atua, promulgada em 1988, proíbe o anonimato^[4] embora a liberdade de expressão seja cumprida.



Fonte: <https://fichacorrida.wordpress.com/tag/paulo-malhaes/> visitado em 25/01/2024.

Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 205) vai registrar que “a campanha de imprensa contra a tortura em 1964 foi o primeiro exemplo de um movimento organizado de oposição da opinião pública suficientemente forte para impor modificações nas estratégias do Estado de Segurança Nacional”. Assim, com a força da ditadura, logo a tortura se tornou uma arma de cunho político, sendo institucionalizada a partir de 1969. “Logo em seguida ao golpe teve início a “Operação limpeza” por meio dos IPMs - Inquéritos Policiais-Militares, que tinham como meta reprimir a qualquer custo, os grupos de esquerda, desarticulando toda e qualquer manifestação de apoio ao governo Goulart” (Goulart, 2009, p. 26-27). Convém apontar que, em tal período, ocorreram prisões de cerca de cinquenta mil pessoas, trazendo à tona as primeiras denúncias de tortura e mortes de opositores políticos. Reza o artigo 5º da Declaração Universal de Direitos Humanos, assinada pelo Brasil: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento de castigo cruel e desumano ou degradante”.

Em vinte anos de ditadura militar esse princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa revelou quase uma centena de modos diferentes de torturas, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. A documentação processual recolhida revela com riquezas de detalhes essa ação criminosa exercida sob auspício do estado, como por exemplo: (...) O eletrochoque é dado por um telefone de campanha do Exército que possuía dois fios longos que são ligados ao corpo, normalmente nas partes íntimas, além dos ouvidos dentes, línguas e dedos (...) ⁸⁷

⁸⁷ Augusto Cesar Salles Galvão , estudante , 21 anos, Belo horizonte, carta de próprio punho , 1970 BNM n° 30

A título de um combate a uma oposição política no Brasil proporcionou essas ações desumanas dentro dos órgãos de segurança bastante utilizados na ditadura militar para obter delações sobre possíveis planos comunistas de subversivos que estavam prontos para implementar a ditadura do proletariado na nação brasileira através de preceitos comunistas.

Logo veremos uma declaração contrária ao que foi exposto nas citações acima por uma "figura bastante" conhecida e exaltada por políticos de extrema direita no Brasil "em respeito a mim mesmo, no momento em que sou caluniado, achincalhado, vilipendiado, chamado de monstro e comparado com os assassinos nazistas que horrorizaram a humanidade" (Ustra, 1987, p. 15).

O livro ilustra à perfeição o não dito aqui analisado. No capítulo chamado "Guerra é guerra", tem-se a impressão de que ele vai tudo dizer, ao argumentar logo no primeiro parágrafo: "É necessário explicar [...] que não se consegue combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para um cidadão comum. Os terroristas não eram cidadãos comuns" (*Idem*, p. 157). Pois bem: e como eram então tratados esses cidadãos incomuns? O relato de Ustra sobre o que acontecia durante o "interrogatório" chega a ser um achado de humor involuntário: "Os presos, ao serem interrogados, iam 'entregando', isto é, iam contando tudo a respeito de suas organizações" (*Idem*, p.73).

(...) Que foi conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e pro todo o corpo (...) foi lhe amarrado um dos terminais do magneto um dedo de seu Pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas a ponto de cair no chão (...) ⁸⁸

O que precisamos pensar é como trabalhará esta relação do passado com direitos humanos no estudo da história sem correr o risco de sermos anacrônicos ou silenciados pelos nossos próprios interesses políticos e ideológicos. Colocar em prática no ensino e aprendizagem de História uma "pedagogia da memória" significa incluir o problema dos direitos humanos na atualidade a partir do princípio de que esses direitos não nos são concedidos de modo definitivo, mas são o produto de lutas coletivas permanentes.

O reconhecimento dessa dimensão é fundamental no sentido de transmitir aos alunos de

v.2 , p 448 a 450

⁸⁸ Jose Milton Ferreira de Almeida id. BNM

diferentes etapas do Ensino Fundamental e Médio a idéia de que a luta por liberdades fundamentais não ficou para trás. Exige responsabilidade e participação no presente. Ou seja: se os direitos humanos existentes surgiram a partir do reconhecimento das lutas de homens e mulheres, sua expansão e cumprimento dependerão da responsabilidade de cada um de nós no presente.

Vladimir Safatle e Edson Teles (2008) apontam que são muitas as maneiras pelas quais o passado assombra e contamina o presente: nos traços de uma cultura política autoritária, nas múltiplas estratégias de esquecimento, nas formas insidiosas de elogio da tortura e da intervenção militar e nos usos insustentáveis do passado. O que se vê é um passado que não passa, impertinente, como herança que nos resta de passados autoritários e inconclusos, como se algo “desse passado e de como se tornou parte do nosso presente nunca terá sossego” (Gumbrecht, 2014, p.50)

E quanto aos direitos humanos, de que maneira é possível despertar nos alunos, desde o ensino fundamental, a capacidade de refletir e reconhecer violações de direitos? Na prática escolar, a construção de um conhecimento histórico comprometido com a Educação em direitos humanos, significa que o professor deve não apenas abastecer os alunos de informações e dados sobre os acontecimentos, fatos, personagens e processos, mas, sobretudo, instigá-los a uma problematização dos acontecimentos.

Mais especificamente, quando se trata de catástrofes históricas, cabe aos professor orientar os alunos no sentido de perceber a violência e as violações de direitos humanos que caracterizam os fatos, acontecimentos e processos constitutivos de tais circunstâncias. O objetivo do processo é que, por meio do estudo das catástrofes e tragédias históricas, o aluno possa ser despertado e conscientizado dos valores relacionados à liberdade individual, a partir de um processo indutivo de conhecimento em que o próprio aluno, orientado pelo professor, torna-se sujeito do conhecimento e passa a se reconhecer como sujeito histórico e sujeito de direitos.

Ao professor de História cabe, portanto, assumir uma proposição investigativa nas aulas de História, o que implica em construir uma atitude reflexiva e questionadora diante do conhecimento historicamente produzido, sem se deixar cair no mero reproduтивismo que ainda predomina em muitas aulas de História. Essa proposição investigativa implica assumir uma concepção de conhecimento em que alunos e professores são sujeitos capazes de investigar e produzir saberes sobre suas próprias realidades históricas, estabelecendo

relações críticas com o saber histórico construído no âmbito acadêmico e a “História oficial” (*Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passados traumáticos.*) Adrianna Cristina Lopes Setemy De Santis.⁸⁹

Colocar em prática esses ensinos significa incluir uma ideia de pensamento crítico para esses alunos para o melhor entendimento onde os direitos humanos não são incluídos de uma forma fácil na sociedade eles são muitas das vezes conseguidos através de suor e sangue como vimos exemplos acima O reconhecimento dessa dimensão é fundamental no sentido de transmitir aos alunos de diferentes etapas do Ensino Fundamental e Médio a ideia de que a luta por liberdades fundamentais não ficou para trás. Exige responsabilidade e participação no presente.

Para esses questionamentos historiográficos entrarem nos currículos das escolas do ensino básico é necessário que todos os docentes da disciplina História se comprometam a colocar em pauta a discussão da matriz curricular da disciplina, ou continuaremos sendo “engolidos” por uma visão política curricular pronta e acabada geralmente construída no sul e sudeste do país que não leva em consideração em nada as particularidades e a cultura de outras regiões (principalmente a nortista) onde ficamos somente repetindo estereótipos de visões historiográficas que muitas das vezes já estão ultrapassadas e obsoletas.

A Educação em direitos humanos no ensino História deve ser considerada como objetivo fundamental para a construção de um mundo justo, habitada por cidadãos ativos cuja responsabilidade em relação aos outros surge, entre outras coisas, ao reconhecer-se como parte de um passado comum que não requer ser adorado e reverenciado, mas estudado, compreendido e questionado.

2.2 A Escola Tancredo Neves II: o sujeito histórico e a escola.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo Neves II está localizada na área rural, na rodovia PA 150 km 06 – Vila Sarandi, no município de Marabá, foi fundada no ano de 1991, pelas professoras Maria Ivonete Alves dos Santos, Maria Arlete Amador dos Santos e

⁸⁹ Graduada em História pela Universidade de Brasília (2005), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013), com Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e pela Universidade Federal do Paraná (2018). Atua principalmente nos seguintes temas: memória social, violência política e ensino de História em Direitos Humanos. Atualmente, é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Mestrado Profissional em História, Prof-História, da PUC-Rio.

Mari Edithe Alves dos Santos, esta última merendeira. Antes da data de fundação mencionada a escola funcionava como anexo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Fé em Deus, do bairro Morada Nova. Com a mudança da gestão da Escola Fé em Deus, a qual não concordava com a extensão da unidade de ensino, então surgiu a necessidade de transformar o anexo em uma Escola Sede.

A estrutura da escola era precária, uma casa de madeira, sua estrutura física não apresentava condições adequadas para o funcionamento, sendo assim, a partir de 2001 foi municipalizada e passou a ser de responsabilidade do município de Marabá na gestão do prefeito Geraldo Veloso, também foi nomeada para diretora, a Professora Maria Ivonete Alves dos Santos.

Em 05 de abril de 2006 o sonho se tornou realidade, a comunidade foi grandemente privilegiada com uma nova escola. Após a construção com um estrutura digna, foi implantado o sistema modular de ensino atendendo 5^a a 8^a série (hoje, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Atualmente, o prédio tem uma boa estrutura física, conta com quatro salas de aula, secretaria, sala de professores, sala de leitura, cantina com despensa, quatro banheiros, diretoria e sala de informática. O funcionamento da escola acontece nos turnos da manhã e tarde.

E de onde veio o nome Tancredo Neves direcionado a uma escola localizada em Marabá no sudeste do Pará, distante do sul e sudeste do país onde atuou o político mineiro? Segundo a diretora e fundadora da unidade escolar professora Maria Ivonete fala que sua denominação ocorreu “no momento que estávamos tentando a regularização da escola para podermos receber nossos vencimentos e escutamos via rádio notícia da morte do político Tancredo Neves e como a escola necessitava de um nome o mesmo foi escolhido no mesmo momento”.

Será explanado a frente que a comunidade escolar em geral tem sérias dificuldades sobre o assunto ditadura militar e até mesmo saber quem foi o Tancredo Neves e suas ações políticas relacionadas à redemocratização do nosso país. Falar sobre os caminhos políticos de Tancredo Neves não é o objetivo principal desta dissertação acadêmica, mas uma pequena parte da história deste cidadão tem quer ser levada em consideração neste trabalho pelo fato da escola centro desta pesquisa ter o nome dele como homenagem e ficar em uma área da zona rural de Marabá.

Tancredo de Almeida Neves ⁹⁰ nasceu em São João del-Rei (Minas Gerais) no dia 4 de

⁹⁰ As informações sobre a vida do político Tancredo Neves foram extraídas do verbete Tancredo Neves, disponível no acervo eletrônico do CPDOC. Ver: RAMOS, Plínio de Abreu; CAMPOS, Patrícia. Tancredo Neves [Verbete].CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em:<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 04 ago. 2015.Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.v. 7, n. 3 (set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.SN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

março de 1910 e, desde cedo, foi introduzido à política, notadamente pela influência do pai, Francisco de Paulo Neves. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (FDUMG), Tancredo participou ativamente da política de São João del-Rei durante os anos 1930, atuando como vereador na cidade e, posteriormente, com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, dedicando-se à advocacia. A partir de 1945 a sua atuação tornou-se mais intensa, uma vez que se filiou ao PSD (Partido Social Democrático) e se elegeu deputado estadual, atuando na Assembléia Legislativa de Minas Gerais como relator geral da Constituinte Mineira.

Em 1950, candidatou-se a deputado federal, conseguindo se eleger. Na condição de deputado federal, foi membro da Comissão de Transportes e de Obras Públicas e da Comissão de Justiça. Em 1953, licenciou-se da Câmara para se tornar ministro da Justiça do governo Vargas, acompanhando de perto a grave crise política ocorrida no final do governo de Getúlio.

Com o suicídio do Presidente, Tancredo reassumiu a sua cadeira na Câmara dos Deputados. Quando o seu mandato chegou ao fim, assumiu o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e atuou como conselheiro político do presidente Juscelino Kubitschek. Posteriormente, se tornou diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e assumiu a presidência da mesma instituição. Ao fim dos anos 1950, exerceu o cargo de secretário de Finanças do Governo de Minas Gerais e candidatou-se, em 1960, ao governo de Minas, mas perdeu a eleição. No início dos anos 1960, participou ativamente das negociações políticas em andamento no país quando da renúncia de Jânio Quadros, exercendo, inclusive, o cargo de primeiro-ministro durante a curta experiência parlamentarista. Tancredo acabaria deixando o cargo em 1962, elegendo-se deputado federal.

Com o Golpe de 1964, o político passou a atuar na Câmara dos Deputados na condição de membro da oposição ao governo, filiando-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no sistema do bipartidarismo. Durante os anos da Ditadura, teve uma destacada atuação política dentro do Congresso Nacional. Foi presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, em 1971, eleito terceiro vice-presidente nacional do MDB, em 1975, e eleito Senador da República por Minas Gerais, em 1978. Durante o mandato no Senado, fundou o PP (Partido Popular) e articulou a fusão do referido partido com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em 1982, mesmo ano em que se elegeu Governador de Minas Gerais.

No mandato como governador de Minas, participou da campanha das Diretas Já!, candidatando-se posteriormente à Presidência da República pela Aliança Democrática.

Tancredo Neves se elegeu presidente nas eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, vencendo Paulo Salim Maluf no Colégio Eleitoral. Todavia, acabou não exercendo o mandato de presidente, uma vez que foi hospitalizado na véspera da posse, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985, depois de passar pela agonia de ser operado diversas vezes. Sua agonia foi acompanhada pelo povo brasileiro através de uma intensa cobertura por parte da mídia. Sua morte gerou uma grande comoção em várias partes do país. O ideário político de Tancredo: conciliação e “mineiridade”

A trajetória de Tancredo Neves foi de fato marcada por sua atuação e presença em momentos considerados importantes da história do Brasil. Formado politicamente no estado de Minas Gerais, Tancredo tinha um ideário político no qual eram muito importantes a idéia da conciliação e o discurso da “mineiridade”. Segundo Tancredo,

O horror de Minas ao radicalismo é histórico. [...] Ser mineiro não é ser radical, e ser radical não é ser mineiro. Mas a natureza conciliadora dos mineiros tem, ao meu ver, fatores de natureza sociológica, fatores psíquicos e fatores históricos. A condição de Estado central, e o isolamento em que Minas viveu durante séculos, levam o mineiro a maior reflexão, maior ponderação, maior peso na suas decisões. Todo cidadão que realmente busca uma posição de segurança, ele é inclinado, naturalmente, a evitar o conflito, a evitar a competição e busca sempre as soluções que evitem o atrito, que evitem o choque. Foi esse o comportamento tradicional dos mineiros em razão mesmo da sua situação de Estado central. Há razões de natureza histórica porque aposição de Minas, de centro de gravidade da política brasileira, sempre obrigou os mineiros a conviverem com todos os seus vizinhos. Minas é o Estado que possui o maior número de limites com os demais Estados da Federação. [...] E fatores psíquicos, que o fato do mineiro ter vivido isolado obriga o mineiro a uma introspecção muito profunda. Todo mineiro é um meditativo, todo mineiro é um homem voltado para a sua interiorização ou o aprofundamento de suas forças internas, suas forças interiores.⁹¹

Em buscar de utilizar a memória de Tancredo Neves nas eleições de 2014 o seu neto e candidato a presidência da república Aécio Neves procurou fazer essa relação buscando utilizar as redes sócias para que as pessoas concordassem com sua analogia política. Uma imagem que chamou atenção para esta situação e foi bastante compartilhada em redes sócias. Nela as

⁹¹ NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: a trajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985, p. 103-104.

imagens do mineiro Tancredo Neves de Almeida e Aécio Neves também político e aquela época candidato a presidência da república estavam lado a lado. Abaixo das imagens lia-se “Tancredo acabou com uma ditadura e “Aécio acabara com outra”⁹².

Imagen 13 Comparação avô e neto no combate a “ditadura” (2014)



FONTE: <http://4.bp.blogspot.com> acessada em 22/07/2024

Em uma memória totalmente diferente da exaltação do regime militar temos uma outra declaração sobre o período, “*Não, cara, meu pai diz justamente o contrário, que nessa época nada era permitido, nem mesmo conversar na rua. Tudo era motivo para ser preso e torturado. Não dava pra discordar do governo*” essas declarações foram dadas por dois alunos que estavam assistindo a mesma aula, no inicio do texto com essas declarações já da para entender que trabalhar com esses temas sensíveis em sala de aula com alunos “bombardeados” por varias informações que não sua maioria não são verídicas vai dar um pouco de trabalho e muita habilidade didática.

Essa habilidade parte da análise de documentos “fontes historiográficas” em conjunto com os alunos (estamos citando um exemplo de unidades escolas do ensino fundamental e

⁹² NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: trajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985, p. 105-106.

médio) para trazer a luz do seu conhecimento os fatos ocorridos neste período historiográfico que durante muito tempo ficou preso as versões oficiais de mocinhos e bandidos e datas comemorativas sem trazer a realidade cotidiana dos alunos e comunidade, só que com o passar do tempo essa filosofia educacional esta mudando.

Na escola, não só no Brasil (falamos aqui na América Latina), por muito tempo teve relevância uma História oficial com a qual se intentou construir um sentido de identidade para o projeto de nação em curso, cuja meta era formar o patriota defensor dos valores universais “branco, católico e masculino”. Portanto, tradicionalmente, o ensino da História legitimou as pretensões dos dirigentes políticos.

Hoje, vivemos em uma tensão permanente para não ensinar uma *história universalista, centrada em homens, etnocêntrica⁹³, elitista e preocupada com os objetivos políticos dos acontecimentos*. Cada vez mais a escola é chamada a ensinar o trauma, a injustiça, o preconceito e o sofrimento de forma que alunos e professores possam se encontrar com os debates que se apresentam na produção da história.

Acreditamos que a História escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornaram possíveis o racismo, a violência e a desigualdade e, a partir disso, permitir a reflexão sobre o que nos configura hoje como nação. Geralmente essas demandas dos temas sensíveis partem das classes sócias menos desfavorecidas que não tem o controle da mídia para expor e explicar para sociedade em geral sua situação de total silenciamento de sua memória que questiona essa homogeneização passada adiante como idéia de Nação, a intenção de manter viva essa idéia de reparação parte do princípio de manter viva uma memória e não deixar que os conhecimentos históricos sejam esquecidos.

Mas, afinal, qual foi o papel desempenhado pelo político mineiro Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos 1980? É a esta pergunta que o presente trabalho acadêmico neste capítulo pretende responder. Não é nossa intenção elaborar uma resposta definitiva para ela, mas sim analisar criticamente a atuação de Tancredo naquela conjuntura política. Buscaremos nas próximas páginas problematizar certa memória a respeito daquele processo que coloca Tancredo como o grande responsável pelo fim da Ditadura Militar

⁹³Jonas Camargo Eugênio, Mestrado em Ensino de História (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Graduação em História - Licenciatura Plena (2012) também pela UFRGS. Desenvolve estudos e pesquisas na área de formação de professores, atuando na formação e acompanhamento de professores de História, Filosofia, Geografia e Sociologia nas Escolas SESIRS. Tendo especial interesse pela relação entre a formação de professores e as políticas públicas voltadas para a Educação, de modo especial àquelas que dizem respeito à educação básica.

no Brasil. Assim, a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, da qual participaram vários sujeitos, será trazida para o centro de nossas reflexões.

Ademais, daremos uma especial atenção a estratégia política criada em torno do nome de Tancredo Neves na arena eleitoral e suas alianças para poder chegar ao poder eleito indiretamente pelos parlamentares em 1985, após a derrota da emenda Dante de Oliveira que pedia a eleição direta para presidente.

Para além dos arranjos no interior da arena política que conduziram à vitória de Tancredo Neves, comumente caracterizada como sendo resultado de um mero pacto entre elites políticas, nosso objetivo aqui é ir além dessa corrente de interpretação dominante nas Ciências Sociais. Interpretação que, diga-se de passagem, não deixa de ser parcialmente correta, como afirma Scott Mainwaring:

Embora a eleição de Tancredo tenha marcado o fim do regime militar, a oposição conseguiu essa vitória apenas com o apoio de grande segmento de defensores do regime que formou a Frente Liberal. O estilo e conteúdo do novo governo, pelo menos no início, reconheciam claramente o caráter negociado da transição (Mainwaring, 1988:309).

Interpretação correta, porém, incompleta, uma vez que precisamos incorporar nela um elemento fundamental: o apoio popular. Nesse sentido, procuraremos demonstrar nesta seção que a “opinião pública” foi imprescindível para a vitória esmagadora de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral⁹⁴. Para tanto, é importante mencionar que Tancredo Neves não foi um candidato popular desde o início da campanha.⁹⁵

Nesse ponto, aliás, Luiz Eduardo Soares posicionou-se corretamente acerca da imagem pública “pouco entusiástica” que Tancredo Neves possuía logo no início de sua trajetória ao Palácio do Planalto:

A trajetória de Tancredo Neves rumo à vitória no Colégio Eleitoral teve início, do ponto de vista do público mais amplo, com a derrota do movimento popular e congressional pelas Diretas-Já. A opção Tancredo nasceu da frustração democrática e, portanto, condenada a carregar o

⁹⁴ A importância da participação popular era percebida na época, como mostra esse trecho de matéria da revista Veja: “Esses comícios devem se realizar semanalmente em várias capitais. Os três últimos, próximos ao dia 15 de janeiro, serão no Rio de Janeiro, em São Paulo e, por fim, em Belo Horizonte. Se houver necessidade, um outro grande comício na Praça da Sé em São Paulo, poderá encerrar a campanha. Reeditando o movimento pelas diretas já, Tancredo espera criar um clima de pressão sobre os membros do Colégio Eleitoral que o favoreça em 15 de janeiro” (Veja nº 835, 05/09/84, “Sem intermediários”:22).

⁹⁵ A revista Isto É enfoca num editorial, com muita precisão, o clima de descrédito popular em relação aos candidatos no início da campanha indireta: “Estes, por sua vez, tentam um louvável mas algo ingênuo esforço de aproximação com a opinião pública, criando uma espécie de ensaio geral para a eleição direta” (Isto É nº 398, 08/08/84, “Teste de Liderança”:15).

fardo que lhe impôs a imagem pública do mal menor. O fardo foi pesado e a assimilação popular da candidatura, lenta e pouco entusiástica (Soares, 1993, 154).

É fundamental, portanto, termos presente essa imagem “pouco entusiástica” que Tancredo portou durante toda sua vida pública e, por consequência, no início da corrida eleitoral indireta em 1984. Isso porque, com o decorrer da campanha, sua imagem tomou rumo diverso. Tancredo Neves transformou-se durante o período eleitoral num candidato popular, numa unanimidade incontestável, o que foi fundamental para sua votação arrasadora no Colégio Eleitoral. Dois fatores explicam o crescimento da popularidade do candidato da Aliança Democrática.

O primeiro, de caráter mais geral, fora às condições de enunciação de um discurso de oposição ao regime militar, proporcionadas por um longo processo de transição política que em 1984 já duravam dez anos, aliado ao fato de ter ocorrido, nesse mesmo ano, a maior campanha popular de oposição ao autoritarismo desde o golpe de 1964, as “diretas já”.

O segundo fator, tendo em vista o espaço de enunciação oposicionista criado principalmente pelas “diretas já”, foi a estratégia deliberada da Aliança Democrática para popularizar a campanha eleitoral de Tancredo Neves, sob dois eixos discursivos principais: oposição ao regime autoritário e a proposta da “Nova República”.

2.2 A estratégia das ruas para vencer nas indiretas.

Somar o maior número de votos que Paulo Maluf no Colégio Eleitoral era condição necessária, nos termos da legislação eleitoral em vigor na época, para Tancredo Neves sagrarse presidente da República. Entretanto, essa simples condição matemática mostrava-se insuficiente. Isso porque a vitória pretendida pela Aliança Democrática foi planejada para ocorrer, tanto no âmbito do Colégio Eleitoral, como em termos de apoio popular.

Aos articulistas do candidato do PMDB estava claro, aliás, que era preciso também que a campanha oposicionista ganhasse as ruas para construir uma legitimidade popular em torno de Tancredo capaz de pressionar os membros do Colégio Eleitoral a votarem no candidato da oposição. A construção dessa legitimidade popular mostrava-se possível tendo em vista que em 1984 completava dez anos do início do processo de abertura instaurado pelo ex-presidente Ernesto Geisel. Além disso, nesse mesmo ano, o “Imaginário Popular Oposicionista⁹⁶” já havia se condensado em torno da Campanha das “direta já”, ocorrida no primeiro semestre.

⁹⁶ O “Imaginário Popular Oposicionista” é uma categoria construída em nossa dissertação de mestrado. Trata-se

Dessa forma, cabia à Aliança Democrática refazer o caminho da Campanha das “diretas já” na busca de apoio popular. Paradoxalmente, agora, o objetivo da campanha da oposição representava exatamente o contrário da proposta das “diretas”: desta vez, o que se buscava era justamente o respaldo popular para uma eleição indireta. O discurso político empreendido pela oposição, no entanto, era o mesmo: vencer o regime autoritário e instituir a democracia.

Portanto, a ideia que a campanha de Tancredo Neves trazia em seu bojo era a de que, se não havia sido possível anteriormente derrubar o regime autoritário através da Campanha das “diretas já”, agora a candidatura de Tancredo Neves apresentava-se como o segundo round de uma mesma luta. Tratava-se de um discurso político plausível diante de uma população francamente oposicionista ao regime autoritário. A candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral apareceria à população em geral como uma nova oportunidade ao povo de “sagra-se vencedor” na luta contra o regime.

A força da ideia de romper definitivamente com o regime autoritário podia ser traduzida numa expressão cunhada pelo próprio Tancredo: sua vitória e seu consequente governo seriam o início de uma “nova era”, de uma “Nova República”. Essa clareza premeditada, do rompimento de algo velho (o regime autoritário) e da inauguração de um novo momento (a “Nova República”), podia claramente ser observada no discurso do próprio Tancredo num comício realizado na cidade de Vitória, em novembro de 1984:

A posse do presidente eleito vai marcar, em 15 de março, uma fase de ordem, de paz, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político e social. Ela será iluminada pelo futuro poder constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo (...) Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico (Veja, nº 846, 21/11/1984, “A Nova República, o projeto de um velho moderado” 37).

Em outra passagem, continuou o candidato da Aliança Democrática:

Teremos que lançar os alicerces da Nova República. Primeiro o alicerce da Federação, a refazer-se autêntica, sem sentido conservador e localista. (...) A Nova República não se coadunará com qualquer

de uma série de demonstrações de insatisfação política oriundas da população em relação ao governo autoritário, espontâneas 183 ou não, dispersas durante todo período de transição. Esse sentimento oposicionista manifestou-se principalmente de duas formas: pela via eleitoral, a partir da vitória do MDB nas eleições de 1974 – e pelo contínuo crescimento eleitoral da oposição partidária durante toda a fase de transição – bem como em razão da emergência dos “novos movimentos sociais” do final da década de 1970. Constatamos que esse “Imaginário Popular Oposicionista” foi condensado primeiramente na Campanha das “diretas já”, o que foi um fator explicativo fundamental para o sucesso desse movimento. (Mendonça, 2001).

experiência de presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo (Veja, nº 846, 21/11/84, “A Nova República, o projeto de um velho moderado”, 37).

Essas duas passagens revelam à intenção do candidato da Aliança Democrática de “refundar” a República brasileira, através da expressão “Nova República”. A ideia de “rompimento”, seguida de uma posterior “refundação”, foi a reedição das ideias de “rompimento” e “refundação” defendidas na campanha das “diretas já”.

Entretanto, uma diferença fundamental deve ser destacada. O discurso de Tancredo Neves, apesar de propor uma “Nova República”, não se apresentava com o mesmo grau de radicalidade que baseava o discurso refundador da Campanha das “diretas já”. O tom mais moderado do discurso “refundador” de Tancredo Neves pode ser facilmente constatado se levarmos em consideração o fato de que a campanha pela realização de eleições diretas para Presidência propugnava um corte radical em relação à situação autoritária. Liderada fundamentalmente pelas alas mais esquerdistas do PMDB¹⁶, o que incluía também organizações políticas clandestinas como o PCB, PCdoB e MR-8, sob a liderança de seu presidente nacional, o deputado paulista Ulysses Guimarães, com apoio do Partido dos Trabalhadores e de inumeráveis movimentos sociais urbanos e rurais, a campanha das “diretas já”, a cada comício, colocava violentamente a autoridade e o futuro do regime autoritário em xeque.

Além disso, a Campanha das “diretas já”, apesar do apoio recebido por lideranças expressivas do PDS, como o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, não representou o momento político de maior dissensão no partido governista⁹⁷. Isso pode ser constatado pelo fato de que estava claro que o PDS e o Palácio do Planalto eram contrários à aprovação da emenda Dante de Oliveira, porque, se aprovada, representaria certamente uma derrota política muito maior do que a sofrida com a eleição de Tancredo Neves. Isso é verdadeiro tendo em vista que, se as eleições diretas tivessem sido aprovadas, o governo perderia totalmente o controle do processo da sucessão presidencial. As consequências desse fato mostravam-se imprevisíveis à elite política autoritária que, enfraquecida se fosse aprovada a emenda Dante de Oliveira, poderia sofrer represálias em função de uma possível vitória eleitoral, em eleição

⁹⁷ Certamente, a formação do grupo pró-diretas no PDS, representou uma dissensão importante na base de sustentação do governo Figueiredo. Entretanto, a vitória de Paulo Maluf sobre Andrade na convenção do PDS representou um rompimento com proporções muito maiores. A vitória de Maluf provocou a imediata formação da Frente Liberal e a consequente coligação desses dissidentes com os moderados do PMDB. (artigo)

direta, de um candidato oposicionista, como Leonel Brizola ou Ulysses Guimarães, ambos os nomes vetados pelo regime⁹⁸

Já o discurso da campanha de Tancredo Neves enunciava uma “Nova República”, mas certamente não na forma radical como o movimento das “diretas já”. A “Nova República” de Tancredo buscava a paradoxal conciliação entre povo e regime autoritário. Razões para esse discurso conciliatório não faltavam à Aliança Democrática. Em primeiro lugar, pela própria característica que Tancredo Neves tinha de fazer política. O ex-governador mineiro percorreu uma longa trajetória política sempre propondo medidas conciliatórias para cenários políticos geralmente conturbados como foram os do Brasil do século XX.

A segunda razão deveu-se em razão do próprio desdobramento da primeira. A Aliança Democrática, realizada entre o PMDB e os dissidentes do PDS, a “Frente Liberal”, foi fruto direto de uma engenharia política conciliatória. Basta termos presente que o candidato a vice-presidente na chapa da oposição, José Sarney, havia sido presidente nacional do partido governista no intervalo de pouco mais de seis meses entre o lançamento das candidaturas e a eleição no Colégio Eleitoral.

A terceira razão era a de que Tancredo Neves teria ainda de buscar os votos dos partidos oposicionistas que não celebraram a coligação oposicionista. Dessa forma, era preciso convencer o PT, o PDT e o PTB de que sua candidatura, apesar de não se apresentar como um “rompimento” completo com o status quo, pois ainda mantinha membros que até a pouco defendiam o regime autoritário, era, ainda assim, melhor do que a da situação, representada por Paulo Maluf. Nesse ponto, o peso da “opinião pública” era fundamental. Tancredo precisava do apoio popular para receber a adesão de deputados e senadores, principalmente do PT e do PDT, partidos tidos mais à “esquerda” pelo cenário político da época. A estratégia dos comícios, que rememorariam a Campanha das “diretas já”, servia para, dentre outros objetivos, aumentar a adesão de parlamentares à candidatura da oposição.

Os comícios pró-Tancredo, portanto, tinham como objetivo principal afirmar ao seletor eleitorado de 686 membros do Colégio Eleitoral que Tancredo Neves, candidato da oposição ao regime militar, possuía um amplo respaldo popular, numa clara “revisita” ao episódio das “diretas já”. É importante salientar que a busca desse respaldo não tinha como objetivo único angariar apoio da população. Implícito a essas manifestações cívicas estava o interesse de

⁹⁸ As revistas *Veja* e *Isto É* noticiavam que Leonel Brizola e Ulysses Guimarães eram políticos que representavam a possibilidade de “revanchismo” contra a elite autoritária. Assim, os membros da cúpula governamental queriam ver “riscados das cédulas os nomes de Brizola e Ulysses” (*Veja* nº 792, 09/11/1983, “As diretas no páreo”:39). Já Tancredo Neves, não era visto pelos membros do regime como uma ameaça em caso de vitória no Colégio Eleitoral.

utilizar a “opinião pública” para interferir no voto de cada parlamentar na eleição de 15 de janeiro de 1985. Buscava-se, com a pressão popular, “ameaçar” cada membro do Colégio Eleitoral que, independentemente de sua ideologia, se não votasse em Tancredo Neves, sua carreira política correria sério risco, tendo em vista que em 1986, ou seja, um ano após a eleição do Colégio, esses próprios parlamentares estariam enfrentando novamente as urnas.

Essa pressão tornou-se evidente a partir do comportamento da imprensa. Pesquisa de opinião pública realizada em outubro de 1984 pela revista Isto É buscava justamente medir isso. Com a seguinte pergunta: “Votaria em um deputado ou senador que votou em Maluf/Tancredo?”, surgiram as seguintes respostas. Em relação a Maluf, 34,7% dos entrevistados continuariam votando nos parlamentares que escolhessem Paulo Maluf no Colégio Eleitoral; 54,7% não votariam e 10,6% não souberam responder. Quando formulada a mesma pergunta mencionando o voto de cada membro do Colégio Eleitoral a Tancredo, as seguintes respostas ocorreram: 73,4% dos entrevistados reelegeriam os deputados e senadores que votaram em Tancredo no Colégio Eleitoral; 16,7% dos entrevistados não votariam e 10,0% não souberam responder⁹⁹.

Suprimindo as possíveis críticas decorrentes da validade das pesquisas de opinião pública, três fatores imediatamente devem ser considerados: 1. a preferência popular em torno de Tancredo Neves e a rejeição de Paulo Maluf; 2. mesmo considerando que os eleitores poderiam facilmente esquecer os votos dos parlamentares “malufistas”, em pleitos parlamentares posteriores, ainda assim a cifra de 54,7% de respostas que não reelegeriam esses parlamentares, foi mais um fator de pressão para votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral; 3. a óbvia conclusão de que mais do que o fato de Maluf “tirar” votos, votar em Tancredo significava “ganhá-los”, aumentar a popularidade do parlamentar que escolhesse o candidato da Aliança Democrática.

As pesquisas de opinião pública refletiram uma tendência que se consolidou no decorrer da campanha: Tancredo Neves paulatinamente se tornou um candidato popular. Uma forma simples e fácil de notarmos esse fato foram as manifestações públicas organizadas pela Aliança Democrática que, em muitos lugares, superaram até a presença de manifestantes que no início de 1984 reivindicavam por “diretas já”.

⁹⁹ Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, Isto É, Gazeta Mercantil e Rede Bandeirantes de Televisão, entre os dias 12 a 16 de setembro de 1984, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e na cidade de Salvador (Isto É n° 405, 26/09/84, “Sólida liderança”, p. 16-19).

O comício de Goiânia configurou uma reedição quase perfeita das manifestações pela volta das eleições diretas para a Presidência que movimentaram o país entre janeiro e abril. O locutor foi Osmar Santos. Fafá de Belém cantou a música “Menestrel de Alagoas”. Na praça, estandartes de partidos clandestinos misturavam-se a bandeiras brasileiras. E o comício, transcorrido em permanente clima de festa, foi encerrado com o Hino Nacional entoado em coro (VEJA nº 837, 19/09/84, “A volta das multidões”, 20).

O sucesso do primeiro comício pró-Tancredo realizado em Goiânia, foi superado pelo segundo, realizado em Belém:

O segundo grande comício do candidato da oposição à Presidência da República, Tancredo Neves, transformou-se em mais uma evidência de que as multidões da campanha pelas diretas hoje torcem pelo ex-governador de Minas Gerais no Colégio Eleitoral. Na sexta-feira passada, havia na Avenida 1º de dezembro, em Belém do Pará, uma multidão três vezes maior que a reunida em fevereiro no comício em favor das diretas já (Veja nº 841, 17/10/84, “A praça muda de cor”, 26).

A popularização da imagem de Tancredo deveu-se a uma estratégia político-eleitoral de duas ordens. A primeira, a partir do discurso da Aliança Democrática que enfatizava o caráter oposicionista da candidatura de Tancredo Neves. A segunda estratégia que, marcando a candidatura de Tancredo como de oposição ao regime autoritário, propunha, na linha da refundação republicana já aqui mencionada, a “Nova República”, um projeto político de conciliação nacional.

Realizada¹⁰⁰ essa situação descrita no parágrafo acima e por meio de uma articulação política, setores democráticos e antigos membros da ditadura militar se abraçaram naquela eleição. Desta forma com uma larga diferença de 300 votos, Tancredo neves derrotou a chapa de Paulo Maluf e assim, foi eleito presidente da república. Apesar das estranhas feições deste acontecimento histórico, um civil voltou ao poder após 21 anos de ditadura militar no Brasil, um novo momento de expectativas e discussões se formulava no Brasil.

2.3 Uma leitura historiográfica da ditadura militar na Amazônia.

Ainda que seja inegável o protagonismo da cúpula das Forças Arma das, sobre tudo do Exército, no vitorioso golpe de estado iniciado no dia 31 de abril de 1964 e na posterior

¹⁰⁰ <https://www12.senado.leg.br/interlegis> acesso em 12/11/2024

instauração e consolidação da ditadura militar, a relativa facilidade da vitória dos militares golpistas seria impensável sem o apoio de amplos setores da sociedade civil liderados pelos políticos conservadores, empresários e fazendeiros, entre outros atores e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e pelos meios de comunicação de massa. Foram esses setores que alimentaram durante anos, sobre tudo a partir de 1961, a luta contra os reformistas- populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Tal constatação se impõe sem desmerecer, nunca, o apoio ideológico, econômico e militar do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da Revolução Cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo. Estas páginas sintetizam os resultados e reflexões das pesquisas realizadas pelos autores sobre a ditadura militar no Pará (1964-1985) e se alimentam, além de fontes oficiais e hemerográficas (jornais e revistas de Belém), de livros de memórias, artigos que examinam a produção historiográfica sobre o regime militar e entrevistas realizadas em 2011 com alguns líderes do movimento estudantil e dos partidos de esquerda no Pará em 1964.

Entre os livros de memórias destacamos o intitulado *A Planície* (1990), escrito pelo principal articulador do golpe de estado no Pará, o ex-governador e ex-ministro Jarbas Passarinho, e sobre tudo 1964: relatos subversivos – os estudantes e o golpe militar no Pará (2004), no qual se recolhem os textos de oito pessoas que tiveram destaque na participação no movimento estudantil paraense e que apresentam algumas das suas recordações e reflexões sobre os acontecimentos políticos ocorridos no Pará em 1964.

A edição de mil livros financia da pelos próprios autores, foi rapidamente consumida pelo público, ávido por novidades na produção sobre a ditadura civil-militar instalada no país 40 anos antes. Carlos Fico explicava, em 2004, que o crescente número de publicações, seminários e debates sobre a ditadura militar relaciona-se ao fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um “desprendimento político” que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas como “reacionárias”.

Ao mesmo tempo, também vão sendo abandonados clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime, como a ideia de que só após 1968 houve tortura e 170 Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012. Pere Peixot e Jaime Cuéllar censura; a ver são de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato

político; a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc.

Por tudo isso, podemos falar em uma nova fase da produção histórica sobre o período (Fico 2004: 30). Passa dos 27 anos do fim da ditadura civil-militar, o Brasil está, certamente, bem distante de me dos de represálias típicos dos tempos de práticas ditatoriais. Hoje, as testemunhas daqueles anos emergem das “zonas de silêncio” (Pacheco, 2011) nas quais ficaram mergulhadas por forçadas circunstâncias. Entre memória e história existem entrelaçamentos e autonomias. Quanto à memória, sabemos todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-la inexoravelmente seletiva, às vezes unilateral e, sempre, condicionada pelo momento no qual as falas são emitidas e os textos são escritos e retocados para serem feitos públicos.

O que importa não é propriamente a correspondência entre as memórias e o processo histórico que pretende mos “reconstruir” e “refletir”, mas a lógica e a consistência in ter na das versões e in - formações fornecidas pelos indivíduos escolhi do como “material histórico”, seja nas entre vistas, nos seus discursos ou nos seus textos autobiográficos, os quais no fornecem verdades parciais que usamos como materiais para construir nossos textos após dialogar com nossas visões de mundo, subjetividades e pretensões de científicidade.

No dia 31 de março, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4º Região Militar, se dirigiu a Belo Horizonte, Minas Gerais, ordenou às tropas sob seu comando que se dirigissem ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart. Iniciava-se o vitorioso golpe de 1964 que instauraria a ditadura civil-militar que perduraria, em suas diferentes fases de governo, sempre controlada pelas Forças Armadas, até março de 1985, quando, pela primeira vez desde abril de 1964, um civil, José Sarney, assumiu a presidência da República. Em Belém, no dia 1º de abril, o general Orlando Ramagem, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), se reunia com o tenente-coronel Jarbas Passarinho e os membros do Exército, Marinha e da Aeronáutica que integravam o CMA.

Jarbas Passarinho foi quem intermediou a conversa por rádio-amador entre Ramagem e o QG do II Exército (São Paulo-Mato Grosso), sob comando do general Amaury Kruel, considerado um militar “legalista” como o general Ramagem. Pela manhã Ramagem ainda estava muito reticente em apoiar o golpe Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012. 171 O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará de estado, mas a partir da conversa com o general Kruel, considerado até aquele dia um dos homens de confiança do esquema militar do presidente Jango, por volta das 15 horas aderiu ao golpe.

A figura do general Orlando Ramagem [...] parecia uma incógnita para os líderes da conjura local. Ramagem era anticomunista e participara da Cruz da Democrática, grupo que se antagonizou a Estrela Leal e a Lott nas disputas dos anos 50 no Clube Militar. Mas nada indicava uma vocação golpista. Seu comportamento por isso foi expectante e aderente ao golpe de pois de sua consumação (Barata, 2004.p.29).

Para Aurélio do Carmo e o vice governador Newton Miranda, relutava em manifestar publicamente o seu apoio aos golpistas, como fora sugerido pelo estado maior do comando militar da Amazônia. Entretanto, já na noite daquele mesmo dia, o governador manifestou através de um telegrama enviado a Belém o seu apoio a “Revolução”, assim como escreveu o cientista político Amílcar Tupyassu: “Quando uma atitude foi explicitada, a situação no Centro-Sul do país já se definira – o governo paraense do [Partido Social Democrático] PSD/ [Partido Trabalhista Brasileiro] PTB optou pelos vitoriosos” (Tupyassu, 1968: 31). Aurélio do Carmo também aceitou que seu nome fosse incluído no manifesto signatário através das autoridades civis e militares mostrando sua solidariedade aos militares, cuja a relação foi organizada por Jarbas Passarinho e Orlando Ramagem, Lia-se :

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoadado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais [...], que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, liga dos pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à 172 Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012. Pere Pe tit e Jaime Cuéllar. Nação brasileira a sua firme e inabalável de terminação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiadas e enxovalhadas pela mais despudorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público (Passarinho, 1990: 105-106).

No dia 4 de abril, os jornais de Belém reproduziam uma nota oficial do presidente do PSD no Pará e prefeito de Belém, Moura Carvalho:

No momento em que a nação retorna à plenitude do seu regime democrático como resultado do esforço patriótico das nossas gloria Forças Armadas, o que representou a aspiração de todo povo brasileiro, de sejo na qualidade de militar e com a responsabilidade de uma liderança partidária proclamar a incontida vibração de que me acho possuído por esse acontecimento histórico que significa o esmagamento definitivo da traição e dos inimigos da Pátria. Desde os primeiros instantes da crise coloquei-me ao lado daqueles que de sejam devolver a tranquilidade e a paz ao nosso povo, dentro dos postula dos constitucionais que fixaram como base da organização das Forças Armadas, o princípio da disciplina e da hierarquia. Acompanhei, aliás, nessa atitude, aposição lúcida assumida pelo governador Aurélio do Carmo, que não faltou nessa hora com sua palavra de fé no regime democrático e na defesa da Constituição (A Província do Pará, 4//4/1964).

Após seu retorno a Belém, o governador Aurélio do Carmo também apoiou a proposta de que o novo presidente da República fosse o general Castelo Branco. Vejamos, a seguir, o telegrama remetido por ele a Castelo Branco, no mesmo dia em que este foi escolhido, pelo Congresso Nacional, presidente da República:

Combatendo a inflação, criando condições essenciais à urgente reconstrução econômica, promovendo a regulamentação de nosso crédito externo, e restabelecendo as liberdades públicas, dentro das contingências impostas pelos últimos acontecimentos, a autoridade do novo presidente da República e suas normas trança das de governo constituem uma segurança para todos os brasileiros. começando com as esperanças gerais, em nome da coletividade que nos honrou com sua Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012. 173 O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará confiança nas urnas, congratulo-me com o Excelentíssimo Senhor General Humberto de Alencar Castelo Branco pelo período administrativo que hoje se inicia e formulou os mais vee mentes votos pela sua felicidade pessoal (A Província do Pará, 15/4/1964).

A cassação dos mandatos de Aurélio do Carmo e sua mudança de atitude. As declarações de Aurélio do Carmo em favor da “Revolução” durante e após o dia 1º de abril, a sua presença, em Brasília, na posse do presidente Castelo Branco, nem tampouco a cooperação da Polícia Militar e Civil estadual na “caçada aos comunistas”, levaram aos militares golpistas a esquecer a sua viagem oficial à Tchecoslováquia e à União Soviética, o apoio do PSD paraense às denominadas Reformas de Base e às mudanças no sistema partidário e eleitoral. Afirma Aurélio

do Carmo que os Pa“militares nunca me perdoaram porque quando eles prenderam meus secretários, mandei que a bandeira do rá fosse hasteada a meio-pau, na frente do Palácio do Governo, em sinal de luto” (Bahia, 2008, p. 106).

Os trabalhos da Comissão de Investigação Sumária (CEIS) se iniciaram, em Belém, no dia 21 de maio de 1964, formada por oficiais das três Forças Armadas e presidida pelo general Bandeira Coelho, então interventor na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em junho, os integrantes da CEIS concluíram seu relatório que foi entregue, no Rio de Janeiro, ao marechal Taurino Rezende, presidente da Comissão Geral de investigações (A Província do Pará, Belém, 06/06/1964). Aurélio do Carmo se negou a depor na Comissão de Investigação Sumária:

Eu me neguei a depor porque os atos do meu governo só poderiam ser revistos pela Assembleia Legislativa e pelo poder judiciário. Não reconhecia no Exército funções fiscalizadoras do meu governo, achava que a Comissão era inconstitucional (Carmo, 2018).

No dia 9 de junho de 1964, acusados de favorecer atividades subversivas, suborno, corrupção e malversação de fundos públicos, clientelismo e recebimento de vultosas quantias derivadas do jogo do bicho, o governador e vice-governador, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente, o prefeito de Belém, Moura Carvalho, e o vice-prefeito, Isaac Soares, teriam seus mandatos cassados. Também perderam seus mandatos e tiveram seus direitos políticos suspensos: Alberto Nunes (PTB), vereador de Belém; Agenor Moreira (PDS), prefeito de Cametá; Raimundo Jinkings, liderança do PCB e suplente de vereador em Belém pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); e os deputados estaduais, Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN) (A Província do Pará, 10/06/64).

Também em junho de 1964, os vereadores da Câmara Municipal de Belém elegeram o tenente-coronel do exército Alacid da Silva Nunes para exercer o cargo de prefeito da capital do 1/10 Pará em substituição a Moura Carvalho. Ao perder o PSD o controle do governo estadual e a prefeitura da capital do Pará, ficou facilitada, assim, a tarefa dos seus tradicionais ou novos opositores — militares e outras pessoas sintonizadas com o “regime revolucionário” — de liquidar a máquina político-eleitoral pessedista.

Nas eleições para governador realizadas no dia 3 de outubro de 1965, o candidato dos partidários da “Revolução” no Pará foi Alacid da Silva Nunes. Para poder ser candidato, Alacid Nunes filiou-se à UDN, e o PTB, cujos deputados estaduais apoiavam o governo de Jarbas Passarinho, indicou o nome do candidato a vice-governador: Renato Franco. Uns dias antes das

eleições, Alacid Nunes fez distribuir uma Mensagem ao Eleitor Paraense, que seria posteriormente reproduzida pelos jornais de Belém que apoiavam a sua candidatura, no qual podia ser lido:

“A Revolução de 64 derrubou o Presidente da República porque o mesmo havia permitido que a subversão atingisse no País um grau insuportável. No Pará o problema da corrupção era mais grave que o da subversão e foi ela que provocou a queda dos governantes locais. O que se apurou na maioria dos órgãos federais, estaduais e municipais, foi de estarrecer. Era o paraíso da inépcia, da estagnação e da desonestade [...]. Em quinze meses, o Governador Jarbas Passarinho demonstrou como era possível dirigir o Estado por novos caminhos. Implementou a moralidade, o idealismo, a eficiência. Sua administração exemplar apresenta um dos saldos mais positivos, jamais obtidos em período tão curto por qualquer dirigente paraense.¹⁰¹

Falando sobre sua deposição do governo do Pará, Aurélio do Carmo afirma que “aqueles que não ganhavam no voto, aproveitaram o movimento popular e se uniram a militares aqui no comando da região e fizeram aquele trabalho que todos sabem” (apud Carneiro, 1991, p. 123). No entanto, se no Pará o baratismo foi derrotado pelo golpe de 1964, no dia 12 de junho, a Assembléia Legislativa elegeu, por unanimidade, como novo governador do Pará ao tenente-coronel Jarbas Passarinho e, para vice-governador, ao médico Agostinho Monteiro, ex-deputado estadual e federal eleito em 1946 pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Segundo Aurélio do Carmo:

A direção, na época, pensou que apoiando o Jarbas Passarinho o partido teria melhores e teria condições de se perpetuar como força política. Ao meu entender foi um erro [...], foi uma incoerência [...]. Eu saí do partido quando apoiaram a Jarbas Passarinho (Carmo, 2018.p.25).

Em uma entrevista anterior, Aurélio do Carmo informava:

Eu, ainda, respondi a um inquérito. Fiquei em Belém por um tempo, até que não perdurasse mais nenhuma dúvida sobre o meu Governo [...]. Hoje está provado e comprovado que aquilo que era criticado no meu governo como o jogo do bicho [...], permaneceram e permanecem até hoje. Eles falavam que no nosso governo havia corrupção, mas um jornalista disse, que em matéria de corrupção, nós apenas

¹⁰¹ TUPIASSU, Amilcar. As eleições paraenses de 1966. Revista brasileira de estudos políticos, Belo horizonte UFMG, nº 23 24 1968 p 23 -64 (2012)

engatinhávamos, diante do que se viu depois do meu governo [...]. Sabemos o que aconteceu na SPVEA, sabemos de elementos ligados à revolução que até ficaram conhecidos pelo apelido de “Dez por Cento” (Bahia, 2008, p. 104-116).

Após perder seu mandato de governador, Aurélio do Carmo optou por residir e trabalhar como advogado na cidade de Rio de Janeiro, retornando a Belém em 1974 após recuperar seus direitos políticos. Em junho de 2012, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará restituui simbolicamente o mandato de governador a Aurélio do Carmo²⁰. Aurélio do Carmo morreu, em Belém, aos 98 anos de idade no dia 1º de maio de 2020.

Aproveitndo a corrente historiografica historia do tempo presente ja citada nesta dissertaçao vamos mostrar como a comissao nacinal da verdade atuou no estado do pará nos meads do ano de 2014 e algumas declarações do relacionadas ao periodo da ditadura civil militar em marabá.

Nesse mesmo ano foi criado no estado do Pará a Comissão Estadual da Verdade e Verdade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), através da lei nº 7.802 de 31 de março de 2014, portanto, quando se rememorou os eventos ocorridos em âmbito nacional, para construir uma política de memória histórica neste estado da região houve se a necessidade através da Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos, a finalidade de apurar os crimes políticos ocorridos no período de 1964 a 1985, a referida legislação estadual assim destaca

Art. 3º. São objetivos da Comissão Estadual de Verdade e Memória: I – Esclarecer os fatos e circunstâncias dos casos de grave violação aos Direitos Humanos; II – Promover os esclarecimentos circunstanciados de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver, e de suas respectivas autorias, ocorridos no território do Estado do Pará, atingindo paraenses ou residentes no Estado na época dos fatos. III – Identificar e tornar público as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas às práticas de violações aos Direitos Humanos, mencionados no caput 1º desta lei, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais, e na sociedade; IV – Encaminhar os órgãos públicos e competentes todas e quaisquer informações obtidas que possam auxiliar na localização e na identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da lei federal nº 9.140 de 4 de dezembro de 1995. V – Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violação dos Direitos Humanos, especialmente como a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. VI – Recomendar a adoção de políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, bem como assegurar sua

não repetição e promover sua efetiva reconciliação nacional; VII – Promover com base nos informes obtidos a reconstrução da história dos casos de grave violação aos Direitos Humanos, colaborando para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (PARÁ, 2014, cad. 1, p. 5).

O governador do Estado do Pará Simão Jatene (PSDB-PA) ao instituir a referida CVM-PA no dia 31 de março de 2014, e ao publicar no Diário Oficial do Estado do Pará, autorizou a referida comissão a realizar um trabalho com diversas instituições envolvidas por um período de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para observar as graves violações direitos humanos ocorridas no Estado do Pará.

Percebe-se que a intenção era demonstrar que os estudos de ditadura civilmilitar no estado do Pará deveriam ir além da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), evento que marca a região sul do Estado do Pará, ou seja, evidenciar novas luzes sobre a ditadura civil-militar do Pará permite colocar como protagonistas outros fatos e eventos que marcam a história recente do Estado do Pará, apresentando homens e mulheres em sua maioria anônimos como sujeitos históricos.

Portanto, como pode-se perceber as ações da Comissão de Verdade e Memória do Estado do Pará estava alinhada aos acontecimentos recentes com a instalação pela presidente Dilma Rousseff (2011-2014) da chamada CNV. No entanto, os caminhos da historiografia recente brasileira vêm no sentido de apresentar as heranças e os traumas do período autoritário brasileiro referente ao período de 1964 a 1985, pois, sabemos que há muito ainda o que se conhecer desse passado “escuro”.

Enquanto isso as seções da comissão da verdade em marabá funcionaram para “colocar o dedo na ferida” com relatos emocionantes e reais sobre os desmandos, tortura, desrespeito aos direitos humanos, assinatos e ocultaço de cadaveres na cidade do ferro e da castanha.

(...) O livro “Direito à memoria e a verdade” destaca que nessa primeira campanha os militares prenderam e intimidaram os moradores, além do incentivar com dinheiro a delaçao sobre os paulista”

“Nos depoimentos tomados pelo ministerio público federal quando da investigaçao, realizada em 2001, os moradores da regiao relatam que os militares agiram com brutalidade nos povoadose cidades, aterrorizando a todos. Muitos camponeses foram presos e espancados, e pelo menos dois foram mortos nessa primeira campanha militar.

(...) Encerrada a trégua, a terceira campanha 7 de outubro de 1973.

Batizada como operação marajoara, essa nova campanha mobilizou, além do efetivo já presente local de 250 a 750 militares, especificamente treinados para o combate a guerrilheiros na floresta. A presidência da república encabeçada por medice assumiu diretamente o controle sobre as operações repressivas. A ordem era não fazer prisioneiros. Segundo o relatório arroyo as forças voltaram se bruscamente sobre a população local”.¹⁰²

Voto do Sr. José Vaqueiro dos Santos:

“(...) Sabe-se que, após 1975, foi realizada na região uma espécie de operação limpeza, que durou até meados de 1978, com a finalidade de eliminar focos de militantes remanescentes na região. Os militares para evitar a disseminação do movimento mantiveram-lo encerrado em limites específicos, utilizando chamadas táticas de combate à guerra revolucionária.

Essa limpeza¹⁰³ aparentemente aparentemente se deu em relação a vestígios de documentos e corpos. O jornalista Hugo Stuart apresenta que as forças armadas ordenaram aos membros do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), a atear fogo em todos os documentos operacionais da terceira campanha, a operação marajoara”. No Centro de Informações do Exército (CIF), mesma ordem teria sido¹⁰⁴ dada”.

Enquanto os capas pretas do PCdoB combatiam numa guerrilha que não tinha mais história, o CIE (Centro de Informação do Exército) combatia a história, para que nela não existisse guerrilha. Equipes militares mandados ao Araguaia abriram sepulturas, retiravam os corpos espalhados pela região e levaram nos de helicóptero para a serra das Andorinhas, onde foram queimados em fogueiras de pneus carecas (Cabral, 1993, p. 243)

Imagen 14- Bolsonaro, parlamentar que defende a ditadura

¹⁰² Brasil, CNV p. 71272.

¹⁰³ Brasil, CNV p. 712713.

¹⁰⁴ Brasil, CNV p. 712714



Fonte:<https://brasilpagina1.wordpress.com/2009/06/27/jairbolsonaro-sobre-os-mortos-do-araguaia-quem-procura-osso-e-cachorro/> acessado em 02 janeiro. 2025.

Único parlamentar a defender abertamente a ditadura militar, Bolsonaro afirma que está fazendo um protesto contra as indenizações ‘bilionárias’ concedidas aos ex-presos políticos. ‘A mentira deles não é a verdade da história. O povo tem de dar graças a deus aos militares. Tenho o direito de me expressar’, diz o parlamentar. O cartaz da discordia foi feito em 2005 para provocar o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, que havia feito um discurso na Casa. Ele disse: ‘vamos atrás dos ossos...? Na ocasião não houve repercussão’, diz Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo, 28 mai. 2009, p. A11).

Para fazer o constraste dos relatorios da Comissão da Verdade a imagem acima descreve o entao deputado federal Jair Bolsonaro fazendo uma comparação entre um cachorro e as buscas por desaparecidos na guerrilha do Araguaia em meados de 2009 e com essas frases de efeito extremistas e se colocando como defensor da ditadura militar mesmo sendo parlamentar onde o congresso foi fechado pelo ditadura (grande contradição), foi ganhando adeptos e conseguiu a eleição para presidente no ano de 2018.

Exerceu seu mandato de 2019 a 2022 e até o momento desta dissertação está inelegível e indiciado pela polícia federal por ser chefe de uma organização criminosa que pretendia dar um golpe de estado no país apos a vitória de seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições presidência de outubro de 2022 algumas passagem desta tentiva de golpe de estado sao citados neste trabalho nas páginas acima. É bom ressaltar que este dito cidadão enquanto era parlamentar de depois de deixar a presidência da república fazia aquele papel de tentar reescrever a história a seu “bel prazer” negando os feitos da ditadura militar ou simplesmente minimizando os fatos sem nenhum pudor moral e muito menos intelectual, jutastamente o nosso

trabalho vem mostrando como isso acontece nos dias atuais fazendo essa paralelo do ontem com o hoje.

CONCLUSÕES DA SESSÃO 2

A sessão 2 desta dissertação discute a abordagem de temas sensíveis na história local e na sala de aula, enfatizando sua importância na formação crítica dos estudantes em um contexto de negacionismo histórico. O ponto de partida da análise é a escola Tancredo Neves II, que serve como espaço de construção do sujeito histórico. O foco está na relação entre a ditadura militar na Amazônia e sua conexão com a história nacional, evidenciando como a repressão e a violência estatal marcaram a região.

A sessão destaca que a abordagem de temas sensíveis em sala de aula representa um grande desafio para os educadores, especialmente diante da polarização ideológica e da resistência social em tratar de assuntos controversos. Muitos desses temas são evitados por medo de represálias ou falta de preparo dos professores, mas são fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos. A ditadura militar no Brasil (1964-1985) é um exemplo emblemático, pois, apesar de sua relevância histórica, ainda enfrenta dificuldades para ser abordada no ensino formal. A especificidade da Amazônia paraense nesse contexto reforça a necessidade de tratar o tema de maneira aprofundada, dado o impacto direto do regime sobre populações locais, especialmente comunidades indígenas e camponesas.

Outro ponto central da discussão é a relação entre memória e história. A sessão enfatiza que muitos dos eventos da ditadura ainda são disputados na sociedade, com diferentes versões sendo apresentadas por grupos políticos, acadêmicos e pela mídia. Essa disputa reflete um passado traumático que não foi completamente superado e que influencia as percepções contemporâneas sobre direitos humanos e democracia. O ensino da história, nesse contexto, deve se basear em fontes documentais e historiográficas, permitindo que os alunos analisem criticamente os fatos e compreendam as diversas narrativas que circulam sobre o período.

A abordagem didática de temas sensíveis requer estratégias pedagógicas que levem em consideração o impacto emocional e a carga política desses temas. A sessão cita a experiência de alunos que, ao estudarem a ditadura, se deparam com versões familiares divergentes sobre o período. Enquanto alguns pais relatam que "era uma época boa para quem não se metia em confusão", outros afirmam que "tudo era proibido e havia censura e repressão". Esse tipo de confronto de memórias exige que o professor tenha habilidades para mediar o debate e contextualizar os diferentes pontos de vista, evitando tanto o silenciamento quanto a imposição de uma única narrativa.

Além disso, o estudo da ditadura militar na Amazônia é particularmente relevante por revelar um aspecto frequentemente marginalizado na historiografia nacional. A repressão na região foi marcada por operações militares como a Guerrilha do Araguaia e pela perseguição a lideranças sindicais e movimentos sociais. A documentação histórica desses episódios, incluindo relatos de tortura e desaparecimento de militantes, é essencial para que os estudantes compreendam a complexidade da repressão e suas consequências para as populações locais. O texto reforça que a inclusão desses eventos no currículo escolar é uma forma de garantir que a história seja estudada de maneira mais plural e representativa.

Por fim, a sessão 2 reforça a importância de se trabalhar com uma educação voltada para os direitos humanos. O ensino da história não deve apenas transmitir informações, mas incentivar reflexões sobre justiça, cidadania e democracia. O desafio dos professores é encontrar formas de lidar com a resistência social e política à abordagem desses temas, garantindo que os estudantes tenham acesso a uma visão crítica e fundamentada da história do Brasil. Dessa maneira, o conhecimento histórico se torna uma ferramenta para a formação de cidadãos conscientes e preparados para atuar na sociedade de forma ética e responsável.

SESSÃO 3 A DITADURA MILITAR EM MARABÁ

3.1 Historia local e regional um debate historiográfico.

Como já foi colocado aqui neste trabalho acadêmico Marabá fica no norte do Brasil na região sudeste do Pará e principalmente na Amazônia brasileira, onde ocorreram eventos relacionados a política nacional entre (1964 -1985) e que para o entendimento melhor destes acontecimentos e necessário olhar pra dentro da visão local e regional da sociedade e questão por isso uma análise historiográfica através da história local e regional se faz necessária, não que o regionalismo e muito menos o bairrismo explicaram todos os acontecimentos sociais do período, só que a partir desta visão o morador amazônico poderá entender a sua importância no processo histórico começando uma compreensão a partir de sua vivência para facilitar o entendimento do local, regional para o nacional .

Durante muito tempo, a história local foi praticada com cuidado e dedicação, pois era vista como uma forma de preservar a identidade e a memória de uma comunidade. No entanto, nos séculos XIX e na primeira metade do século XX, os defensores da história geral menosprezaram a história local, considerando-a menos relevante em comparação com os eventos e tendências globais, conforme esclarece Goubert (1992, p.70) ao dizer que:

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou plays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a histórica local foi mais tarde desprezada – principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX – pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentadal (Goubert, 1992, p.70).

Estudos de Schmidt e Cainelli (2009), enfatizam que uma realidade local não pode ser completamente compreendida olhando apenas para ela isoladamente, visto que os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma determinada localidade são influenciados e explicados não apenas pelos fatores internos àquela localidade, mas também pelas interações e relações com outras localidades, países e até mesmo por processos históricos mais amplos. É fundamental considerar o contexto mais amplo em que ela está inserida.

Ampliando o estudo, adentra-se na ótica da História regional, que tem a missão de

examinar e compreender o desenvolvimento, as características e as interações sociais, políticas, econômicas e culturais de uma determinada região geográfica. A este respeito Neves (2002, p. 89) assevera que:

O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sócio-cultural, político e geo-ambiental, na interação com os grupos sociais em todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominados, conectando o individual com o social (Neves, 2002, p.89).

Fica evidente que ao estudar a história regional, é possível examinar a evolução de uma região desde seus primeiros assentamentos humanos até os dias atuais, levando em consideração as mudanças que ocorreram ao longo dos séculos. Ao contrário da história nacional ou mundial, que analisam eventos e processos em escala mais ampla, a história regional concentra-se nas particularidades e especificidades de uma região específica. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada da história de uma região específica, contribuindo para a compreensão mais ampla da história em escala global.

Sua importância é relevante porque reconhece a diversidade histórica e cultural, valorizando as peculiaridades de cada região e enriquecendo nosso conhecimento sobre o passado. A este respeito Constantino (2004) orienta que a história regional ou local se apresenta como uma história produzida a partir de uma perspectiva diferenciada, embasada numa concepção dialética. Sua metodologia abraça etapas de desconstrução, análise minuciosa dos elementos particulares e, por fim, a elaboração de uma síntese final, que se destaca pela sua criatividade e originalidade.

O autor destaca que quando aplicada na perspectiva da microhistória, adquire um significado especial, revitalizando as formas de produção histórica, permitindo a reconstrução do que ocorreu no entorno mais próximo de uma vivência. Essa abordagem busca incansavelmente respostas para os problemas que se apresentam no presente, em diversas esferas e âmbitos. Neste interim, é oportuno diferenciar a história regional da história local alargando o contexto dessa discussão.

A este respeito Callai (2004, p. 11) afirma que o primeiro “é o recorte geográfico” e o segundo “é uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômicas, políticas de nosso mundo”. Reforça-se, pois, que a história regional é um recorte geográfico, quando se analisa uma área

geográfica delimitada pelos historiadores regionais, eles examinam as características, as interações e as transformações que ocorreram nesse espaço ao longo do tempo. Já as análises na história local se concentram nas narrativas e eventos que ocorrem em uma determinada comunidade ou região, sendo os historiadores, capazes de examinar de perto os fatores que moldam a sociedade em que vivem. Isso permite capturar nuances e detalhes que podem passar despercebidos em análises mais amplas.

Este debate teórico de história local e regional é necessário para o entendimento da população geográfica daquele determinado espaço entender que ela está inserida em um contexto histórico que começa a ser entendido através de suas vivências cotidianas, no seu bairro, no trabalho, na família em conversas com amigos, ou seja, em todas as atividades coletivas mais próximas de seu habitat natural.

O tema abordado neste trabalho que vai ser explanado mais diretamente no outro tópico que é os acontecimentos e desdobramentos do regime civil militar instituído em 1964 e ausência de determinados fatos no currículo escolar está “vivo” nas esquinas da cidade através de relatos orais sobre a guerrilha do Araguaia, a Casa Azul, operações militares nomes de prédios públicos e com um pouco mais de restrição relatos sobre torturas.

Quando alguma pessoa se dispõe a relatar estes fatos ela se coloca através da memória dentro da história do presente através de ser um agente vivo da própria história que ajudou a construir, lembrando que a história local e regional não vai resolver em geral todos os questionamentos sobre determinado assunto estudo, mas vai permitir uma entendimento importante para entender a história nacional e geral através do entendimento cotidiano que está sempre em construção constante.

3.2 Ações da ditadura militar em Marabá

O governo militar instituído em 1964 extinguiu os partidos políticos existentes no Brasil e deixou somente o bipartidarismo (MDB) e (ARENA) o primeiro era uma “oposição” ao regime militar e o segundo era o partido da situação que apoiava o regime militar e em Marabá teve uma particularidade a Arena sempre foi predominante e “deu as cartas” políticas com a ajuda de grandes latifundiárias e famílias de grande influência política na época e que até hoje nos dias atuais se fazem presente.

“Aí o PSD acabou [...], transformou-se no MDB, e a UDN transformou-se na Arena [...]. O [Jarbas] Passarinho pertencia à Arena [...], e os Mutran sempre estão de lado do governo, quase, né? [...]. Mesmo cassado que foi, eles tentaram, assim, ficar do lado deles,

porque eles eram com Passarinho. Então o negócio é esse... Agora, em Marabá existia [...] a Arena-1 e Arena-2 [...]. Passarinho ficava puxando, observando, tudo era governo! [...], era tudo Arena, tudo Arena [...] Eles [Pedro Marinho e Nagib Mutran] já estavam separados [...], não eram mais amigos, politicamente não." (Depoimento de Otaviano Alves de Souza) (Petit, 2003).

Essa luta pelo poder político de Marabá ficou muito evidente que em meados de 1970 quando a cidade foi proclamada pelo regime militar como *área de segurança nacional*¹⁰⁵ o próprio governo federal com a intenção do presidente Emílio Garrastazu Médici queria fechar o legislativo município por causa da influência do então deputado estadual Osvaldo dos Reis Mutran:

A ata da sessão da reunião de 4 de dezembro de 1972 registra o pedido de Figueiredo para o então presidente cassar o mandato do então deputado estadual Osvaldo dos Reis Mutran (Vavá Mutran) da Arena. Ele afirmava que o mesmo desenvolvia atividades criminosas como tentativas de morte, roubo, acoitamento de bandidos, e expedições de jagunços armados, para se apoderar de terras da região. Pediu ainda o fechamento da Câmara de Marabá sob o argumento que ela era controlada por Vavá Mutran (Historia do legislativo de Marabá, p.61).

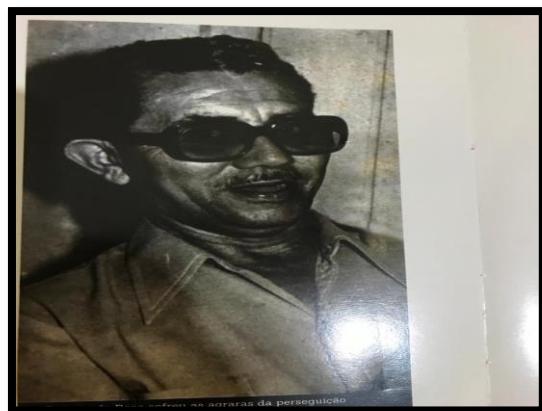
O deputado segundo Figueiredo tinha colocado obstáculo para a construção do batalhão da infantaria de selva em Marabá. Vavá teve o mandato cassado. Licio esteve na fazenda do deputado e relatou que presenciou trabalho escravo. (Historia do legislativo de Marabá pag.61). E a pesar de ter esse histórico de truculência e acusações de crimes até mesmo por pessoas do seu próprio partido político (ARENA) influência da sua família e muito grande na cidade com nomes de ruas e até mesmo no púlpito da Câmara Municipal de Marabá (poder legislativo) onde as pessoas para exercer o cargo de vereador têm que ser eleitos pela população em votação democrática de quatro em quatro anos, ficando através desta briga de memória um grande questionamento para o ensino de história por meio da contradição da "casa do povo" em Marabá ter uma homenagem a família de políticos que apesar de alguns membros desta descendência ter um histórico de opressão e turbulência sempre se fazem presente no cotidiano social de Marabá.

¹⁰⁵ Em 1970 o município de marabá foi declarado área de segurança nacional, a justificativa foi revelada em uma ata secreta que só foi liberada para o publico em 2009.

Esta ata detalhes de uma reunião do CNS em 30 de outubro de 1970 em que o presidente Médici decide classificar marabá a principal cidade da guerrilha do Araguaia. Como área de segurança nacional estava em jogo também a construção da rodovia transamazônica que ligava o nordeste ao norte e cortava o município. O prefeito passou a ser o capitão Elmano de Moura Melo, nomeado pela presidência da republica. Sua posse e primeira vista a câmara de marabá foi em 14 de maio de 1971 conforme ata da sessão da casa legislativa.
Fonte: A história do legislativo de marabá . Pag: 62

Essa memória coletiva ¹⁰⁶ se expressa no que chamamos de locais de memórias, os monumentos mais importantes , os hinos oficiais, os quadros celebres, as obras literárias e artísticas , os patrimônios e logradouros públicos etc . Esses lugares são, portanto, reservados para consolidada, “oficiais” do passado de determinada coletividade de determinada sociedade. Dentro destes acontecimentos política outra situação que merece nossa atenção foi à de Raymundo Rosa : O vereador *caçado e cassado* pela ditadura militar.

Imagen 15- Vereador Raymundo Rosa



Fonte: História do legislativo de Marabá

O vereador foi perseguido por comungar de idéias diferentes dos militares que tinham assumido o poder através do golpe, o mesmo foi humilhado perseguido e preso depois de ter ganhado o mandato através do voto popular. Como jornalista ¹⁰⁷ e escrito Raymundo Rosa era muito próximo de Benedito Monteiro um poeta e deputado estadual paraense, quando o golpe civil e militar foi consumado em março de 1964 ambos começaram a ser perseguidos pelo regime e acabaram presos na mesma semana do mês de abril. Bené estava refugiado em uma comunidade rural em Alenquer, enquanto a Raymundo estava em uma barraca de pescadores no interior de Marabá. Segundo o jornal A folha do Norte, cerca de 300 pessoas foram presas no Pará acusadas de comunismo (expressão bastante usada nos dias atuais). A maioria da imprensa que se rendeu ao golpe militar começou a explicitar a situação da prisão dos “comunistas” :

Imagen 16- Jornal Folha do Norte 19/04/1964

¹⁰⁶ Artigo: A disputa da memória coletiva e disputa pela cidade: Autora : Bruna Martins Costa doutora em direitos humanos (LADIH /UFRJ)

¹⁰⁷ História do legislativo de Marabá (pag. 54).



Fonte: História do Legislativo de Marabá- pag. 56

Se hoje nos temos as redes sociais que em uma velocidade impressionante levam notícias verdadeiras ou falsas e em questões de segundos derrubam reputações ou levantam na mesma proporção, os jornais em meados do período do golpe civil e militar faziam essa papel de forma semelhantes e como já foi dito eles eram porta vozes da ditadura militar e faziam muito bem seu trabalho de noticiar as vontades e verdades dos militares.

No recorte acima aparece a sigla DOPS vamos saber um pouco sobre essa função dentro da ditadura militar deste departamento que perseguiu e prendeu Raymundo Rosa em Marabá :

Departamento de ordem política e social (DOPS) foi criado em 1924 com objetivo de prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do estado. Instituído pela lei nº 2304 , de 30 de dezembro de 1924 , o DOPS foi um órgão fundamental e duas ditaduras que vigoraram no Brasil : *Estado novo e ditadura civil militar de 1964*.

O Dops na ditadura civil militar de 1964 tinha função e fiscalizar os atos políticos principalmente das pessoas que segundo os militares tinham tendências *socialistas e comunistas*, torturas, prisões ilegais e execuções faziam parte da rotina deste órgão que atuava em todos os estados do Brasil (Correa, 2008) .

Outro jornal da capital paraense também destacou a prisão do “agitador comunista” estampado em seus noticiários e a procura de ouros subversivos da época. Por sua vez o Jornal Liberal estampou na primeira pagina a manchete “agitador comunista preso em Marabá e outros sendo procurados” No texto outras palavras duras classificam o vereador Raymundo Rosa “contra o qual e sua certidão comprovadas que atestam sua criminosa ligação com líderes

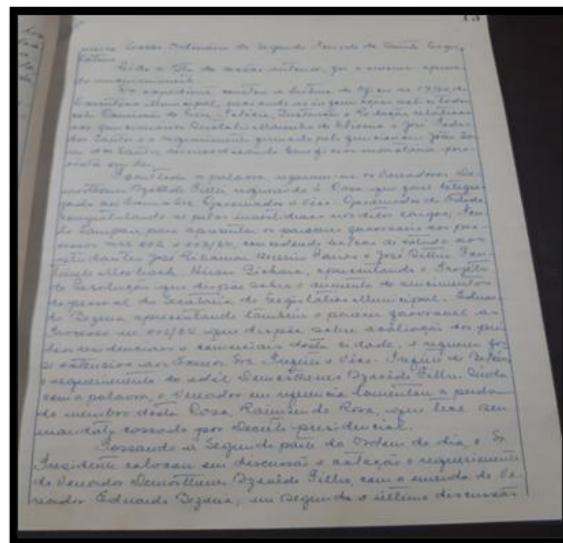
comunistas". Como Marabá sempre teve esse histórico de conservadorismo ficou evidente a passividade da ata da sessão ordinária comunicando a perda do mandato do Vereador Raymundo Rosa:¹⁰⁸

Imagen 17- Fonte : Jornal Folha do Norte (22/ 04/ 1964)



Fonte:História do Legislativo de Marabá (pág. 53).

Imagen18- Ata de sessão legislativa de Marabá (1964)



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Marabá acessado em 10/10/2023

Anos depois a Câmara de vereadores de Marabá mais exatamente em 2015 em ato simbólico devolveu o mandato para Raymundo Rosa na época já falecido e quem recebeu esta honraria foi sua filha Julia Rosa que na época era vereadora da cidade de Marabá. Acompanhar noticia no site : <https://maraba.pa.leg.br/institucional/noticias/camara-realiza-sessao-especial->

¹⁰⁸ História do legislativo em Marabá Pag.50 acessada em 09/10/2023

para desenvolver mandato de vereador cassado pela ditadura militar

Outro acontecimento que merece destaque no nosso trabalho é **a guerrilha do Araguaia** e seus desdobramentos sociais e passando pela utilização da “**Casa azul**” que segundo relatos da comissão da verdade realizada em Marabá era um centro de tortura de presos políticos perseguidos pelo regime militar em Marabá.

Marabá e a Guerrilha do Araguaia Inicialmente, a Guerrilha opôs os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e as Forças Armadas, e, cada vez mais, provocou o envolvimento direto e indireto dos moradores da região Sul e Sudeste do Pará, Norte de Tocantins (antigo norte de Goiás) e parte do Maranhão, uma região que era conhecida como Bico do Papagaio, marcada pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins. Após serem descobertos, os cerca de 70 militantes do PCdoB, partido que atuava na clandestinidade e adotara uma linha maoísta, optaram, junto com alguns poucos moradores locais, por migrarem para o interior da mata e colocarem em prática um projeto de luta armada para o qual estavam em início de preparação. Estes militantes começaram a fazer serviços assistências (consultas medicas, odontológicas e pequenos comércios) para aqueles camponeses da região com a intenção de ganhar a confiança deles para uma futura inserção deles na luta guerrilheira contra a ditadura militar.

O martelo de pilão da repressão não matou apenas moscas, mas tudo o que ousasse voar. A ditadura militar montou uma grande máquina represiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância – censura – repressão. No final dos anos 1960, este tripé se integrou de maneira mais eficaz, ancorado em uma ampla legislação represiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, a própria Constituição de 1967. Não foi a ditadura de 1964 que inventou esse tripé repressivo, em parte herdado do passado, mas sem dúvida deu-lhe nova estrutura, novas agências e funções.¹⁰⁹

Entre os municípios da região, destacava-se Marabá que, na época, passava por um período de crescimento, dado o papel que lhe estava sendo atribuído pelos governos militares no âmbito da implementação de projetos desenvolvimentistas e voltados para a integração nacional. Não à toa, assim como ocorreu em Xambioá, Marabá acabaria sendo escolhida pelos militares como um dos pontos logístico para a mobilização das tropas e como sede dos serviços de inteligência que seriam fundamentais para a vitória sobre a Guerrilha.

¹⁰⁹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

No início dos anos 1970, Marabá possuía, oficialmente, mais de 24 mil habitantes, sendo que mais de 14 mil estavam situados na área urbana concentrada no núcleo Pioneiro, hoje, conhecida como Velha Marabá e praticamente 10 mil na zona rural. Esse número crescia a cada ano devido à grande quantidade de migrantes, sobretudo vindos do Maranhão¹¹⁰, que passavam a residir no município. Um dos locais que foi alvo direto da expansão de Marabá naquele momento foi o espaço que hoje se constitui como o núcleo Cidade Nova, em cuja entrada foi instalado o DNER. Como mostra Almeida:

(...) uma outra parte da cidade encontrava-se em fase acelerada de expansão e parecia ser a continuidade natural de Marabá: o bairro Amapá e entorno. Em 1971, a Transamazônica alcançou esse bairro, tornando-se um ponto de parada do fluxo migratório vindo do Nordeste. A facilidade de ocupação dos lotes mais baratos oferecidos pela Prefeitura ajudou no crescimento da ocupação nas áreas próximas a esse núcleo (...) Alguns órgãos federais como o INCRA e o DNER instalaram-se lá. Nesse mesmo bairro havia o aeroporto que já ocupava uma área considerável e que depois foi ampliado. Em 1974, a área do bairro Amapá contava com 1.610 casas e 4.456 pessoas.¹¹¹

As ações militares começaram a ficar mais intensificadas no final da década de 1960 e inicio dos anos de 1970 quando Marabá foi decretada Área de Segurança Nacional. Na época, os guerrilheiros adentravam as matas da região para completar seus treinamentos e ficaram conhecidos como povo da “mata”, que se dividiam geograficamente em acampamentos desta forma na região:

Colocam em prática a sua organização em três destacamentos, “A”, “B” e “C”, constituídos cada um por cerca de 20 guerrilheiros, subordinados ao comando do destacamento que, por sua vez, estava subordinado a uma Comissão Militar. O destacamento “A” atuava nas proximidades de São Domingos e São João do Araguaia; o destacamento “B” atuava no entorno de Palestina, Brejo Grande, São Geraldo e outros espaços próximos ao nordeste da atualmente designada Serra das Andorinhas; o destacamento “C”, por sua vez, atuava próximo à região sudoeste da mesma serra. Cada um deles possuía bases específicas. Além disso, o translado dos guerrilheiros, antes ou depois de iniciada a Guerrilha, não se dava apenas nos locais

¹¹⁰ SILVA, Idelma Santiago. Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988).2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011; e SILVA, Idelma Santiago da. Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

¹¹¹ ALMEIDA, José Jonas. A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 76.

delimitados a cada destacamento, sendo realizado o trânsito entre boa parte do Sul e Sudeste do Pará e no local em que, à época, era o norte de Goiás.¹¹²

Entre outubro de 1972 e 1973, após terem sido malsucedidos no desmonte da Guerrilha durante as duas primeiras campanhas, os militares realizaram um recuo estratégico e mudaram a forma de operacionalização de suas ações, passando a investir na infiltração de agentes no interior da população local e em outras estratégias não mais voltadas para a mobilização massiva de tropas, mas que fundamentavam sua ação em medidas mais efetivas de inteligência e de arregimentação de membros da população da região, como a intimidação, a tortura e a oferta de lotes próximos às estradas operacionais (OPs) recém construídas, o que acabava envolvendo os mesmos indivíduos.

Nesse período, algumas táticas foram usadas pelo Exército para isolar os guerrilheiros, dentre elas, o cerco total da área para retirar os moradores dos lotes que podiam ser de acesso aos “terroristas” e transferi-los para os lotes que ficavam às margens da rodovia Transamazônica e das Ops e a destruição das lavouras dos camponeses (e dos indígenas Suruí-Aikewara, que tiveram seu território ocupado) que pudessem abastecer a Guerrilha. A terceira fase consistiu no período de ações mais cruéis vivenciado pela maior parte dos indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na luta armada, conforme descreve Corrêa:

A 7 de outubro de 1973, 750 membros das tropas especiais do Exército, escalonados em três grupo de 250 homens, operando em rodízio, entraram na selva em trajes civis com a única missão de extirpar os guerrilheiros, com máximo rigor e precisão cirúrgica. Saíram de lá em fins de setembro de 1974, com a guerrilha completamente dizimada. Foi nesse período de um ano que teriam ocorrido violações sistemáticas dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra, com tortura, decapitações e execução de prisioneiros.¹¹³

Essa campanha teve como resultado o aniquilamento da resistência guerrilheira. Nesse

¹¹² JANAILSON, Luiz. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: Desvendando as memórias sobre a casa azul.

¹¹³ Corrêa, Mauricio neves, A guerrilha do Araguaia e a produção de verdades: a versão Aikewara e a revista GQ n 45 pag. 01 (2016) acessado em 23/10/2024

momento, ganha destaque as operações realizadas no âmbito da Casa Azul, como aponta Campos Filho:

A estratégia adotada e a preocupação com o sigilo que envolvia a operação demonstram que, desde a sua preparação, o objetivo dessa terceira ofensiva era aniquilar a resistência guerrilheira e não deixar nenhum vestígio do que ali acontecera. O quartel-general da operação funcionou no DNER, em Marabá, evitando um aparato militar que chamassem a atenção. Em Xambioá, funcionava o centro de operações mais importante.¹¹⁴

Ainda segundo o mesmo autor:

Da mesma forma que nas vezes anteriores, os prisioneiros eram encaminhados para Marabá, Bacaba, Xambioá, Araguaína, e até mesmo Brasília. Os locais de tortura, pelo que se pôde constatar, eram as prisões no DNER e no Incra, em Marabá, na Bacaba e em Xambioá – nesta última cidade um dos locais em que as pessoas ficavam presas era um imenso buraco, cavado na base militar, com uma enorme grade jogada por cima (apelidado de Vietnã), onde se acotovelavam dezenas de prisioneiros. Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação, poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. Também em Marabá as condições das celas não eram diferentes: os presos passavam por essas mesmas humilhações, completamente privados de direitos, tratados como animais e torturados por negarem fatos que desconheciam.¹¹⁵

Percebe-se claramente que na época dos acontecimentos da guerrilha do Araguaia já existia uma grande preocupação em esconder da sociedade civil em geral os fatos ocorridos nas “entre linhas” desta verdadeira caçada humana na selva amazônica para livrar o Brasil do grande mal *comunista* e de fato muito pessoas no sul e sudeste dos países nem sabiam do ocorrido por causa da lei da censura imposta pelos militares que impedia qualquer divulgação de informações que não fosse autorizada pelo regime autoritário vigente no Brasil naquela época.

Findos os combates, o ano de 1975 é caracterizado como o início da fase da *Operação Limpeza*, visando à eliminação de todo e qualquer vestígio material relativo às violações

¹¹⁴ CAMPOS FILHO, Guerrilha do Araguaia..., p. 171.

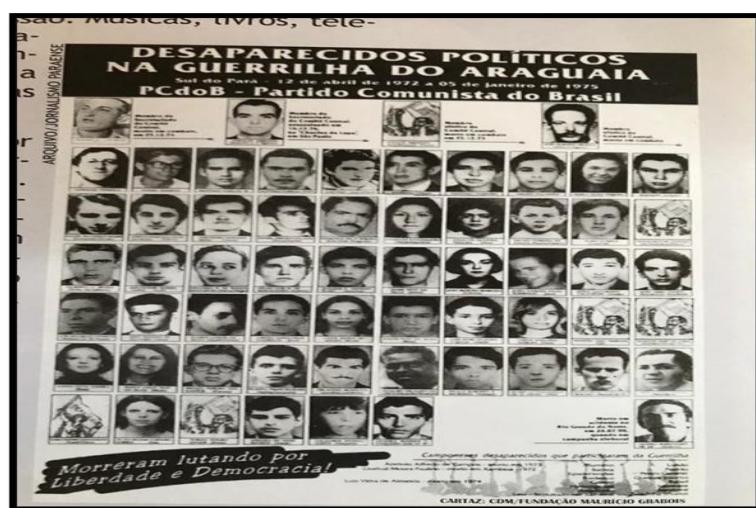
¹¹⁵ CAMPOS FILHO, Guerrilha do Araguaia..., p. 171

ocorridas durante a Guerrilha, incluindo-se o desaparecimento dos restos mortais dos guerrilheiros. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março daquele ano, mas ainda existiam marcas que poderiam, no futuro, gerar problemas para os agentes que ali atuaram, como corpos enterrados em locais clandestinos, restos mortais de pessoas que foram decapitadas após a morte e, como já dito, sinais diversos de uma sistemática violação aos direitos humanos.

Além disso, a partir do contexto da Guerrilha, Marabá e toda a área de sua atuação sofreram um processo de militarização, que exerceu influência nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra e na manutenção da população sob vigilância e controle. Tentava-se, assim, não apenas evitar possíveis reorganizações de núcleos guerrilheiros, mas também impedir que moradores tornassem públicas suas memórias dos fatos ocorridos durante a Guerrilha.

No ano de 1975, muitos dos relatos do pós-guerrilha convergem para a realização — por parte de agentes militares que atuaram no conflito, com o apoio de civis que teriam atuado como mateiros — da chamada Operação Limpeza, que guardaria o segredo do porquê até hoje é escasso o número de restos mortais localizados de guerrilheiros, limitando-se a dois: Maria Lúcia Petit (Maria) e Bergson Gurjão Farias (Jorge). Também foram localizados restos mortais atribuídos ao guerrilheiro Francisco Manoel Chaves (Preto Chaves), mas não foram identificados parentes para que se realizasse a confirmação pelo DNA.

Imagen 19 foto de guerrilheiros desaparecidos na guerrilha do Araguaia.



Fonte: Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4 (Amazônia contemporânea).

Muitos anos após a Operação Limpeza, mesmo em publicações de autoria de militares,

apareceram relatos sobre o apagamento de rastros envolvendo os restos mortais dos guerrilheiros.

O Tenente reformado Jiménez, da Aeronáutica, por exemplo, ao tratar da base de operações da Bacaba, afirma que: Num terreno bem próximo deste campo de futebol foram enterrados alguns guerrilheiros que, no término da operação em 1975, foram exumados, colocados em sacos plásticos e levados em helicópteros da FAB para a Serra das Andorinhas, onde foram cremados.¹¹⁶

No mesmo sentido, Morais e Silva destacam que:

Os brasileiros pouco souberam sobre a guerrilha nos anos seguintes à luta no Araguaia. O governo impôs a lei do silêncio e a imprensa quase nada publicou sobre o assunto. Apenas alguns familiares conheciam o destino dos militantes do PCdoB enviados ao sudeste do Pará, pelos relatos dos prisioneiros sobreviventes, apanhados no início dos combates.¹¹⁷

Esses relatos reforçam a ideia de que houve uma ação sistemática de ocultamento das evidências e de negação da memória sobre a Guerrilha do Araguaia. A exumação e cremação dos corpos, associadas ao controle da informação e à censura da imprensa, demonstram o esforço do regime militar em apagar os vestígios da repressão e impedir que a sociedade tivesse acesso à verdade sobre os acontecimentos naquela região.

De acordo com o já citado Manoel Messias Guido Ribeiro, recruta do Exército à época da Guerrilha, a operação limpeza foi realizada com o objetivo de apagar rastros do que havia ocorrido na região do Araguaia: Teve sim¹¹⁸, a operação limpeza, teve duas operações limpeza longas. Houve a operação limpeza? Sim. É inegável, não adianta dizer para o senhor, porque é inegável, quem tem conhecimento da região sabe, houve a operação limpeza. Inclusive esse saco de ossos era na operação limpeza. O que é a operação limpeza? Vocês já sabem não é, retirar tudo que venha a deixar rastros ou coisas desse gênero.

¹¹⁶ 7 JIMÉNEZ, José Vargas. Bacaba: memórias de um guerrilheiro de Selva da Guerrilha do Araguaia. Campo Grande: Edição do autor, 2007, p. 43.

¹¹⁷ 9 MORAIS; SILVA, Operação Araguaia..., p. 537.

¹¹⁸ Depoimento de Manoel Messias Guido Ribeiro, ACERVO CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>. Acesso: 15. Dez. 2016.

A casa azul serviu como centro de torturas de presos políticos em Marabá como vamos acompanhar nos relatos abaixo :

Imagen 20 Foto- Ex-soldado Guido e o camponês Pedro Mariveti compartilham memórias nas dependências da Casa Azul, atual DNIT (2014).



Fonte: Comissão Nacional da Verdade (Marabá)

A imagem fora produzida durante diligência da CNV à Casa Azul, em Marabá, realizada no ano de 2014. Na ocasião, os senhores Manoel Messias Guido Ribeiro e Pedro do Nascimento, conhecido como Pedro Marivete, apresentaram depoimentos à comissão, relatando um pouco do que viveram e presenciaram naquele espaço. Registra a permanência de ambos e de parte das instalações do espaço.

São diversas as menções à Casa Azul durante a obra, sendo feitas representações sobre o cotidiano no local durante as operações de combate aos guerrilheiros. Cabral chega a apresentar uma definição sobre a Casa Azul:

A Casa Azul era o quartel-general do comando anti-guerrilha e, agora, estava ocupada pelos agentes de inteligência do CIE – Centro de Informações do Exército - e do CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, desde a retirada das tropas da região, quatro meses atrás. Originalmente, o prédio fora construído para abrigar os escritórios do DNER, durante a abertura da Transamazônica. A residência estava plantada nos altos barrancos da margem direita do Itacaiúnas, com o fundo voltado para o rio e a frente, para um grande descampado. Na parte fronteira, uma espécie

de campo cerrado, reinava majestosa uma árvore enorme, como mais de trinta metros de altura e, seguramente, mais de um século de existência (...). A Casa Azul ganhara tal denominação por ter sua cobertura de telhas de amianto pintadas na cor azul-anil, mas suas paredes externas eram de madeira, caiadas de branco, o tom dominante. (...) Ao lado do prédio principal, havia um galpão que fora adaptado para abrigar os agentes e servidores menos graduados, bem como uma sala de interrogatório e algumas celas cujas portas eram gradeadas de ferro.¹¹⁹

Em um trecho da obra, narra o padre Ricardo Rezende sobre relatos ouvidos junto a camponeses que atuaram na Guerrilha do Araguaia:

Por volta de trezentos homens foram levados para Bacaba, povoado no quilômetro 68 da Transamazônica, no Município de São João do Araguaia (era aí o quartel-general do Curió, base tática do Exército com um campo de aviação e lugar onde foram enterrados muitos guerrilheiros), e transferidos para a sede do DNER ao lado do rio Itacaiúnas, em Marabá. Outro local de prisão foi a antiga delegacia de Marabá. (...) [No local] Tinham gravado sons de gritos e os acionavam durante a tortura aumentando a tensão. Batiam e jogavam ao chão os lavradores. Fizeram um buraco ao lado da casa azul e os dependurava pelos pés. Colocaram nu e de quatro um rapaz sobre um formigueiro. Obrigavam-no a latir como cachorro. Quando achavam que não havia latido bastante alto ordenavam que se deitasse completamente sobre o formigueiro.¹²⁰

Findos os combates¹²¹, o ano de 1975 é caracterizado como o início da fase da Operação Limpeza, visando à eliminação de todo e qualquer vestígio material relativo às violações ocorridas durante a Guerrilha, incluindo-se o desaparecimento dos restos mortais dos guerrilheiros. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março daquele ano, mas ainda existiam marcas que poderiam, no futuro, gerar problemas para os agentes que ali atuaram, como corpos enterrados em locais clandestinos, restos mortais de pessoas que foram decapitadas após a morte e, como já dito, sinais diversos de uma sistemática violação aos direitos humanos.

¹¹⁹ CABRAL, Xambioá..., p. 25

¹²⁰ A DITADURA E OS RASTROS DA REPRESSÃO NO SUDESTE PARAENSE: DESVELANDO MEMÓRIAS SOBRE A CASA AZUL. . Janailson Macêdo Luiz 1 Professor da Faculdade História, Campus Marabá, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestre em História pela

¹²¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS/USP). E-mail: janailson@unifesspa.edu.br

Além disso, a partir do contexto da Guerrilha, Marabá e toda a área de sua atuação sofreram um processo de militarização, que exerceu influência nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra e na manutenção da população sob vigilância e controle. Tentava-se, assim, não apenas evitar possíveis reorganizações de núcleos guerrilheiros, mas também impedir que moradores tornassem públicas suas memórias dos fatos ocorridos durante a Guerrilha.

3.3 “As memórias esquecidas ” da ditadura civil militar (1964 1985) através dos livros didáticos utilizados na escola Tancredo neves II.

Um breve histórico do povoamento da cidade.

A cidade de Marabá localiza-se no sudeste do Pará e é banhada pelos rios Itacaiúnas e Tocantins. Seu nome tem origens indígenas que significa “filho do prisioneiro ou estrangeiro, ou o filho de índia com branco” (Amat, 1996). Há uma lenda em torno deste nome, Marabá também é conhecida como uma ninfa protetora dos animais, mas devido à catequização dos indígenas por missionários, passaram a aplicá-lo para os filhos de índia com branco, surge então a índia Marabá, filha de Kunhãmembyra que significa “filho do contrário” com um prisioneiro de guerra (Brandão, 1998).

Consta-se que a cunhã mantinha relações sexuais com o prisioneiro, e muitas vezes apaixonava-se por ele e juntos fugiam para longe nas matas, campos e brechas incultas, a cunhã engravidava e tinha filho que era a Marabá rejeitada pela tribo. Quando a criança já havia aprendido a comer, era arrancada à força da mãe e dada a um parente para criá-lo até o tamanho próprio para ser sacrificada. Atingindo o tamanho ideal, era levado ao terreiro, onde no meio de grandes festas e alaridos, lhe quebravam a cabeça, assava-a e a mãe a comer o primeiro pedaço de carne do filho.¹²²

Anteriormente, no século XVI essa região foi explorada por portugueses, apesar disso, permaneceu por 300 anos sem ocupação definitiva. A ocupação começou a progredir a partir de 1892, com o chamado burgo agrícola, localizando-se a 11 milhas da Foz do rio Itacaiúnas. Nesse período a economia na região da colônia em seu primeiro ciclo conta com a extração de caucho e borracha (Amat, 1996). No entanto, em 1894, foi dada pelo governador ao coronel Carlos Gomes Leitão, a missão de povoar o burgo com cem famílias nacionais

¹²² Arenz, Karl Heinz Mulheres indígenas e narrativas jesuíticas da Amazônia portuguesa (século XVII – XVIII) Revista do instituto goiano de Pré história e Antropologia v.17 n 2 p. 10 (2019)

(Brandão, 1998). Além do caucho e da borracha, principais matérias para a economia do burgo, também outras atividades entram em cena como a extração da castanha, a pesca, a caça, a agricultura e a criação de gado (Brandão, 1998)

No ano de 1896 chegam ao burgo Francisco Coelho da Silva e Francisco Casemiro de Sousa tangendo uma boiada em direção à cidade de Nazaré dos Patos, a intenção desses dois boiadeiros era passar somente alguns dias na região do burgo para descansar, mas se interessaram com a descoberta do caucho e a criação da indústria extrativa vegetal, devido a isso o coronel amigavelmente convida-os a permanecer e abrir outros negócios.

Dessa forma o convite foi aceito pelos boiadeiros e assim também seus familiares vieram morar nessa área. Contudo, houve alguns problemas causados por Francisco Coelho, pois ele trouxe mulheres devida livre do Maranhão, com a intenção de servir os caucheiros, devido a isso as famílias se sentiram constrangidas e não admitiam essa situação e para apazigar o coronel Carlos Leitão leva-os a região do Pontal, lugar de junção de dois rios. Eles gostaram da região e seu casarão foi construído ali em mutirão pela população do Burgo, neste momento inspirado pelo poema de Gonçalves Dias, coloca o nome de se barracão Marabá. (Brandão, 1998)

Segundo a história contada pela população e também presente em nosso museu Casa da Cultura de Marabá, a região em que se instalou os boiadeiros hoje é chamada de Bairro Francisco Coelho em homenagem a um deles, mas também é conhecido como “Cabelo Seco”.

E o pontal, assim como a Casa Marabá, ficaram tão faladas entre os homens que ao descerem o Rio, carregados de caucho, redobravam os esforços nas pindaíbas (grandes varas para empurrar a embarcação), dizendo uns para os outros: —vamos varejar mais depressa, para podermos chegar com tempo, para festa das NEGRAS DO CABELO SECO. (As mulheres tinham os cabelos pichains, secos e penteados para cima). Daí a razão do primeiro bairro de nossa Marabá ter ficado conhecido, como até hoje o é, pelo nome de Cabelo Seco (Mutran Filho, 2000, apud Sideaux).

É necessário entender este pequeno histórico da chegada destes “colonizadores” à cidade de Marabá em busca de terras para assentamentos a título de plantação e subsistência de seus familiares, não levando em consideração as populações indígenas e ribeirinhas que já habitavam esta região há tempos atrás e que pouco e quase nunca são citados em livros escolares da rede municipal de ensino público municipal, como bem enfatizado por Kofes (2001) que “... a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimentos e, no plano

dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inarrável.” (Kofes, 2001, p.12).

E o foco principal da analise deste trabalho acadêmico e justamente analisar uma parte do período da ditadura civil militar (1964 1985) e seus acontecimentos na cidade de Marabá e seus desdobramentos políticos e sociais nos dia atuais através do negacionismo e a tentativa da reescrita da história da ditadura militar e buscar entender o nível de conhecimento deste assunto entre os alunos da escola Tancredo Neves II, nome este já citado através de sua relevancia no período da redemocratização do país.

3.4 Silenciamentos e esquecimentos no currículo através dos livros didáticos na escola Tancredo Neves II.

Gostaria de esclarcer que neste topico deste trabalho nao tenho intuito de discutir curriculo escolar que nao é o foco desta dissertação, mas mostrar que as dificuldades dos alunos da escola Tancredo Neves II acessarem o conhecimento sobre a ditadura miliatar em Marabá perpassa por justamente pela falta de garantia de direitos dos professores desta cidade que serão citados abaixo e geralmente por esse assunto não ter determinada relevância dos livros didático (que são na maioria das vezes a única fonte de informação destes alunos) que moram em uma zona rural do município de Marabá, situação esta que torna mais difícil por falta de estrutura como internet por exemplo e outros meios de comunicação onde tornam o conhecimento sobre o assunto do trabalho com um grau de dificuldade maior.

Justamnte o produto final (sequência didática) desta dissertação do profhistoria tem o intuito de fazer esse trabalho de memória com os alunos e a comunidade em geral para trazer a tona esse conhecimento “escondido”.

A complexidade da natureza desse produto cultural explica com maior precisão o predomínio que exerce como material didático no processo de ensino e na aprendizagem da disciplina, qualquer que seja ela. (...) Mas para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens dos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Pra entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições. (Bittencourt, 2001, p. 72).

Existem muitos conteúdos curriculares na área de historia que não são trabalhados com os alunos da escola Tancredo Neves II e ensino por vários motivos que podemos citar aqui como por exemplo: o único material disponível para o trabalho do docente em sala de aula e muitas das vezes somente o livros didático que são “escolhido” pelos professores a falta de

tempo para o planejamento de suas aulas, pois a rede pública citada segue na marginalidade da lei e não implementa a *hora atividade*¹²³ e também até a presente data desta atividade não cumpri a *lei do piso nacional do magistério*¹²⁴ tudo isso dificulta o trabalho do professor na as atividade diária.

E sempre bom lembrar que o Conselho Estadual de Educação tem uma lei específica que instituiu através de uma resolução de número 237/97 que os Estudos Amazônicos tornaria se disciplina obrigatória no currículo educacional do estado do Pará, mas a questão não institui um parecer que na verdade tem força de lei o interessante e fiscalizar para saber se esta sendo colocado em prática e como isso esta cegando de forma pedagógica para um estado continental como é o nosso.

Vamos tomar o exemplo da cidade que é o foco da nossa produção textual que foi conhecida por muitos anos como a terra da castanha e caucho (Marabá) onde observaremos um parecer do conselho municipal de educação que esta vigente ate hoje é da datado em 02/2017, ou seja, da data da produção deste trabalho acadêmico são seis anos apesar deste tempo considerável sem nenhuma mudança.

Os conselheiros do CME reunirão na plenária no dia 23/03/17 após a leitura do parecer e devidos esclarecimentos, aprovaram por unanimidade, a decisão das relatoras em referendar a lotação de pedagogos concursados que tenha uma segunda licenciatura na área de carência da rede municipal de ensino para ministrar em caráter excepcional, por um período de 2 anos, as disciplinas de Arte, Estudos Amazônicos e Religião para o segundo seguimento do ensino fundamental de (6º ao 9º ano) CME (Marabá- PA).

3.5 Livros didáticos e o “resumo da guerrilha do Araguaia”

A tentativa de silenciamento após o término da guerrilha não atingiu apenas os habitantes da região, como afetou diretamente o ensino de história sobre a Guerrilha do Araguaia. Assim sendo, o presente capítulo irá analisar o planejamento das disciplinas de História e Estudos Amazônicos e o livro didático de ambas, percebendo como a temática em questão é viabilizada nesses materiais. Além de que, foram realizadas duas entrevistas com

¹²³ A **lei 13.807/2002**. De acordo com esta lei, a hora atividade é o período em que o professor que desempenha funções da docência tem reservado para estudos planejamentos, preparação de aulas , dentre outras atividades inerentes ao trabalho docente.

¹²⁴ A **Lei 11738/2008**, Que regulamenta o piso nacional dos profissionais do magistério da educação básica e define sua metodologia de atualização está vigente e goza de plena validade e eficácia no ordenamento jurídico nacional. Fonte : **Site CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)**

professores da rede municipal de Marabá com o objetivo de perceber os desafios e possibilidades do ensino da guerrilha em ambas as disciplinas. 2.1 Análise do planejamento anual do componente de História e do livro didático O planejamento anual da disciplina de História é uma ferramenta construída pelo professor para melhor desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula. A grade curricular do 9º ano do Ensino Fundamental está direcionada para o estudo do século XX e XXI. No caso específico da Guerrilha do Araguaia, o conteúdo insere-se na unidade temática: “Modernização, Ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.

Quadro 1 – Planejamento anual do componente de História 9ºano.

Objetivo do conhecimento	Habilidade	Metodologia	Avaliação
-Os anos de chumbo e as resistências culturais e armadas;	(EF09H120) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar	-Apresentar as ideologias, estratégias e os protagonistas dos movimentos de resistência à ditadura civil-militar (urbanos e rurais).	-Observar, em sínteses de textos e debates, as ideologias e estratégias dos movimentos de resistência ao regime militar.

Fonte: Sala de leitura da Escola Municipal Tancredo neves II Ano 2024

Nesse sentido, antes de analisar os materiais didáticos, traçaremos algumas reflexões acerca do livro didático. O livro trata-se de um objeto cultural de difícil definição, mas é fácil diferenciá-lo dos demais livros.

Por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (Bittencourt, 2012, p. 301).

Levando em consideração que o livro didático possui inúmeras interferências, incluindo e excluindo alguns acontecimentos históricos, a historiadora Selva Fonseca (2005, p.42) ressalta que “O processo de excluir inicia-se no social, onde ‘alguns atos’ são escolhidos e ‘outros’ não, de acordo com os critérios políticos”, ou seja, “através do livro didático, os excluídos não aparecem. Perdem o direito à história.

Por isso, quando alguns acontecimentos são excluídos dos livros didáticos há uma

contribuição para o silenciamento de outras temáticas. Pois, como lembra a historiadora Katia Maria Abud (2007) “o livro didático é quase que o único material de apoio que o professor encontra à sua disposição e, por isso, apoia nele a parte central de seu trabalho” (ABUD, 2007, p. 115).

O livro didático adotado pela escola intitula-se Araribá Mais: História, 1^a edição, São Paulo, publicado pela Editora Moderna em 2018, e ao todo o livro conta com 13 autores. O capítulo que servirá de análise é o 15º intitulado de Brasil: dos “anos dourados” à ditadura. A seguir é apresentado o que o livro dispõe sobre a guerrilha Fonte: Livro Didático de História (9º ano do ensino fundamental), Araribá mais: História (2018, p. 189).

Imagen 21: Sumário do livro

CAPÍTULO 12 – A questão judaica e o conflito entre Israel e a Cisjordânia	148	UNIDADE VII – DEMOCRACIA E DITADURA NA AMÉRICA DO SUL
A CRISE DA PALESTINA	149	CAPÍTULO 15 – Brasil: dos “anos dourados” à ditadura
Ditadura militar	149	O DESenvolvimento econômico e social
Lugar e cultura	149	Documento – Os camponeses e os negros no Brasil QUADRROS
Relações internacionais	149	A versão de dados e a crise sucessória
Atividades	150	O golpe de 1964
Pará e Amazonas – Conflito entre palestinos e indígenas	150	A mobilização popular e as Lutas Camponesas
UNIDADE VI – AS INDEPENDÊNCIAS NA ÁFRICA E NA ÁSIA	152	A DEMOCRACIA ATUAL
CAPÍTULO 13 – Os processos de independência na África	152	A “Serra dourada” chega ao poder
A CRISE DO COLONIALISMO	152	O golpe militar
Os Estados portugueses e a conquista ibérica	153	O governo de Medeiros
O caso da Quênia	153	Atividades
As lutas de libertação africano	154	CAPÍTULO 16 – Brasil: a resistência à ditadura e a redemocratização
AS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS	154	REGRESSES AOS ANOS DOURADOS
A independência do Angóla	155	CANTANDO A REVOLUÇÃO
Descolonização e independências	155	O TEATRO
Integrar conhecimentos: História e Geografia –	156	UM NOVO MUNDO
História e Geografia – A África e os povos da África	156	OS INDÍGENAS NA DITADURA
O APARTHEID NA ÁFRICA SUL	156	DA DITADURA À REDEMOCRATIZAÇÃO
A África e os povos da África e os povos da África	157	Novas modificações
Atividades	157	Orquestra popular
CAPÍTULO 14 – Independências na Ásia	158	Atividades
Independências do Oriente Médio	158	CAPÍTULO 17 – Ditaduras na América Latina
A ÍNDIA E A DESCOLONIZAÇÃO DIAL	159	REGIMES MILITARES E GUERRA FRIA
A independência da Índia	159	SOB A DITADURA
Índia – Liderança, cultura e identidade na Índia Colônia	160	202
A INDEPENDÊNCIA DE COLOMBOADA A Colômbia	160	203
CONFERÊNCIA DE BANGLADESH	160	204
Atividades	161	205
Para o debate – Os processos de independência indígenas e africanos representados de maneira histórica	161	206
	176	207
		208
		209
		210

Imagen 22: Capa do livro



Fonte: Coleção Araribá mais História- Editora Moderna (2018).

Percebemos pelo sumário que não existe uma Linha que fale sobre guerrilha rural e os acontecimentos que ocorreram na guerrilha do Araguaia ficam cada vez mais distante da consciência histórica e por consequência da memória escolar dos alunos e sociedade em geral por causa de um ciclo do “vício reprodutivo da história oficial” onde podemos analisar este trecho do texto como um saída para mudança :

Assumir o¹²⁵ princípio da didática de história torna necessário que professores e alunos busquem a renovação do conteúdo, a construção da problematizações históricas e apreensão de varias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos da história silenciadas, histórias que não tiveram acesso a história.

¹²⁵ SCHMIDT, Maria auxiliadora : A formação da consciência histórica dos alunos e professores no cotidiano escolar (artigo)

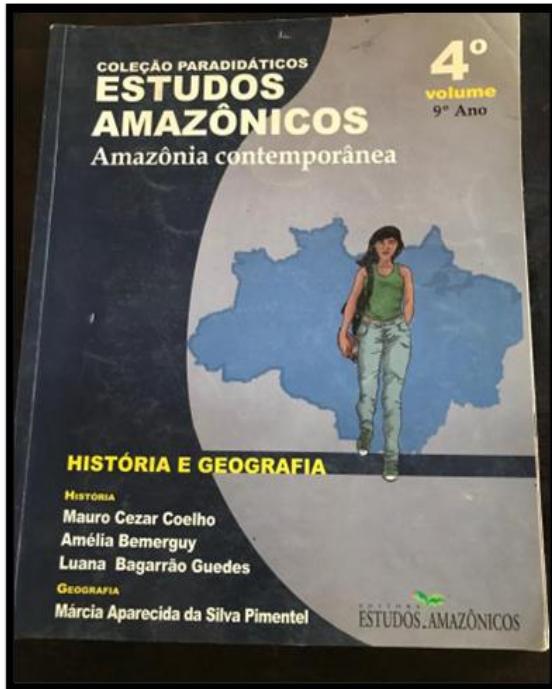
3.6 Análise do planejamento anual do componente de Estudos Amazônicos e do livro didático.

No ano de 1999 a disciplina de Estudos Amazônicos tornou-se obrigatório no Estado do Pará, em consonância com a LBD 9.394/1996, Art., 26: Art. 26: os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a disciplina foi pensada para atender as especificidades regionais e locais. No município de Marabá, a disciplina de Estudos Amazônicos é componente obrigatório curricular desde 2003 com a finalidade de: conhecer e compreender o espaço amazônico a partir da perspectiva regional, pensando o processo de ocupação, integração e reorganização desse espaço em escala nacional e global. Nesse sentido, pretende-se fornecer ao aluno uma visão crítica da realidade amazônica, ajudando-o a reformular e a desmistificar os conceitos pré-concebidos dessa região (PREFEITURA DE MARABÁ, 2003, não paginado).

No livro “Estudos Amazônicos: História e Geografia”, o capítulo que servirá de análise tem por título “O discurso centralista e o discurso regional: duas visões sobre o desenvolvimento da Amazônia”. Esse capítulo faz parte da Unidade III – A Amazônia Durante o “Regime Militar Brasileiro”, que é direcionado para os grandes projetos desenvolvimentista para região amazônica no período do regime militar. Os autores apontam as discordâncias desses projetos com a realidade regional que acirrou os conflitos pela posse de terra e a concentração de renda.

Imagen 23-Livro de Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4



Fonte: Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4 (Amazônia contemporânea).

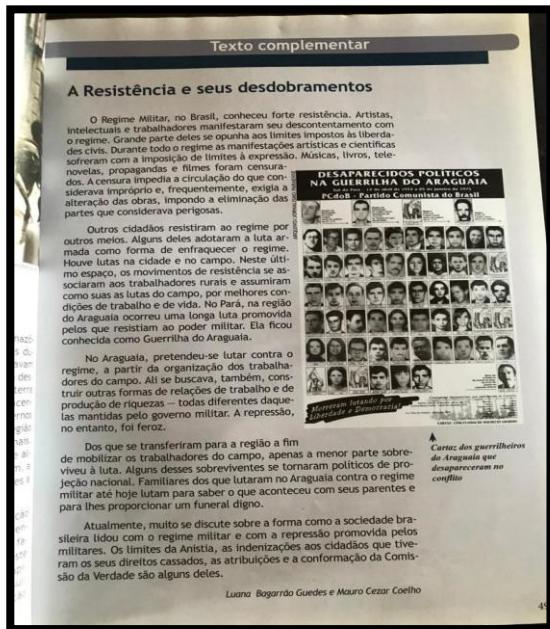
Na estrutura do capítulo há a seção Texto Complementar, apresentando o texto “A resistência e seus desdobramentos”, elaborado por Luana Bagarrão Guedes e Mauro Cezar Coelho. A autora, Luana Bagarrão Guedes, é licenciada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), possui mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em História Social da Amazônia pela UFPA. O autor Mauro Cezar Coelho é bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Nesse capítulo, é discutido de forma crítica e contextualizada os diversos movimentos de resistência ao regime militar, com especial destaque para a luta armada ocorrida no Estado do Pará, conhecida como Guerrilha do Araguaia. O texto apresenta uma abordagem histórica fundamentada em fontes e pesquisas recentes, revelando os impactos sociais, políticos e humanos desse conflito, bem como o papel desempenhado pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na organização da guerrilha. A narrativa ressalta ainda a violência estatal, os desaparecimentos forçados e o esforço das famílias das vítimas em busca por justiça e verdade.

Visualmente, o conteúdo é enriquecido com um cartaz com fotos e nomes dos guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, recurso que contribui para humanizar os personagens históricos e fortalecer a dimensão memorialística do tema. Tal escolha estética

aproxima o leitor da realidade vivida pelos militantes e reforça a importância da preservação da memória como instrumento de luta contra o esquecimento e a impunidade.

Imagen 24- Mostra do livro citando a Resistencia e seus desdobramentos



Fonte: Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4 (Amazônia contemporânea).

Esse cartaz é importante para refletirmos sobre uma pergunta que foi feita no início do trabalho: onde estão os corpos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia? O que é ser um desaparecido? Segundo a historiadora Janaína Teles (2001, p. 159).

O termo desaparecido é usado para definir a condição de pessoas que, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais não assumiram ou divulgaram suas prisões e mortes. Foram consideradas pelo Estado pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140, em 5 de dezembro de 1995. O termo morto oficial define a situação das pessoas presas cuja morte foi reconhecida publicamente pelos órgãos repressivos. Muitas vezes, porém, é ainda necessário localizar seus restos mortais enterrados sob nomes falsos, um ato de ocultação de cadáveres, pois as autoridades sabiam suas verdadeiras identidades, como comprovam diversos documentos encontrados nos arquivos dos antigos Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social).

Essa imagem é de suma importância para não deixar cair no esquecimento as atrocidades que ocorrem no período da ditadura, e o direito que ela tirou dos familiares de sepultar seus entes queridos. E até hoje busca por esclarecimento sobre o que aconteceu com os mortos e desaparecidos políticos, numa luta contra a impunidade do estado brasileiro e a busca pela reparação. Como bem canta Itamar Correia: “*ta faltando alguém que sumiu, apenas fotos nos jornais, desaparecido no cartaz, aqui brotou uma semente que reproduz eternamente*”.

Na realidade do sistema escolar, este material impresso assume a responsabilidade de apresentar o currículo aos professores, ganhando, assim, um papel significativo na definição do assunto que se vai ensinar. Isto está em consonância com a caracterização do livro didático apresentada por Martinez Bonafé (2002, p. 80):

Assim, a intervenção curricular presente nos conteúdos dos livros didáticos é fruto de entendimentos e de interpretações, nas quais se entrecruzam interesses e ideologias de diferentes grupos sociais. A partir dessa compreensão, postulamos uma abordagem crítica às suas narrativas, a fim de evitar um tratamento simplista dos livros didáticos, uma vez que – como sugerido por Martinez Bonafé (2002) – *o currículo é um dispositivo ideológico que envolve um possível discurso de institucionalização das relações saber/poder na escola*.

O professor que quiser mudar esta realidade tem que ter uma visão crítica ao fortalecimento de mecanismos de controle sobre o desenvolvimento do currículo, concebido a partir das administrações estatais do estado, orientados a direcionar a prática profissional dos docentes, operacionalizar os conteúdos e pré-estabelecer as estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas. A partir desta perspectiva, os livros didáticos, ao serem legalmente reconhecidos, estão vinculados aos interesses e objetivos político-culturais das administrações educacionais e se apresentam nas escolas com evidente pretensão de garantir que os alunos recebam em suas salas de aula as prescrições do currículo oficial.

Isto os leva a pensar e a agir de certa maneira, e a não considerar outras possibilidades, dúvidas ou ações. Os livros didáticos legitimam as relações sociais existentes e a situação daqueles que dominam, e o fazem de um modo que resulta na crença de que não há versões alternativas do mundo e que a interpretação que está sendo ensinada na escola é, evidentemente, um fato indiscutível. (Grupo Eleuterio Quintanilla 1998, p. 19).

O problema é que o livro citado acima de estudos amazonicos tem somente “disponíveis” para tratar das ações do governo militar na região amazônica apenas 7 páginas

e cita a guerrilha do Araguaia somente em uma página e também em nenhum momento fala sobre as torturas da casa azul muito menos de Raymundo Rosa e sua cassação do mandato via AI 5 e as brigas internas do partido da arena e as influências da familia Mutran na política local no período da ditadura militar.

Esse tipo de procedimento institucionalizado pelo poder público só serve para ajudar apagar da memória da população em geral esses fatos que até hoje não foram bem esclarecidos em termos nacionais e também locais, os sintomas desta situação são esses que não são da área da história tentando reescrever fatos relacionados a esse período histórico tentando resgatar esses momentos como bandeira política atual.

Para resolver essa disputa de memória no currículo escolar temos que aproximar a universidade local de (ensino e pesquisa) das unidades escola (local de ensino e aprendizagem entre alunos e professores) melhorar a formação pedagógica dos docentes e brigar institucionalmente por uma maior espaço das histórias locais e regionais no currículo escolar para começar a criar uma consciência histórica dos alunos através da educação e construção do conhecimento incluindo toda a comunidade escolar para que nenhuma forma política seja capaz de tentar apagar a memória da população através do currículo escolar.

Imagen 25 da EMEF Tancredo Neves II *Frente*



Fonte: Autor Souza (2025)

Imagen 26 EMEF Tancredo Neves II *Sala de aula*



Fonte: Autor Souza (2025)

Imagen 27 EMEF Tancredo Neves II *Quadra poliesportiva*



Fonte: Autor Souza (2025)

Imagen 28 EMEF Tancredo Neves II *Sala multifuncional*



Autor

29

Neves
da

Fonte:
Souza
(2025)

Imagen
EMEF
Tancredo
II *Entrada*
Escola

Fonte: Autor Souza (2025)

Considerações finais da Sessão 3

As análises realizadas ao longo desta sessão 3 evidenciam a importância de compreender a história local e regional para uma visão mais ampla dos impactos da ditadura militar em Marabá. O estudo da história regional não apenas resgata memórias e acontecimentos geralmente marginalizados pela historiografia nacional, mas também permite

que a população local compreenda seu próprio papel dentro desse contexto. A valorização dessa perspectiva histórica fortalece a identidade coletiva e contribui para uma reflexão crítica sobre os processos sociais e políticos vivenciados na região.

Os eventos narrados, como a imposição da segurança nacional em Marabá, a influência política das elites locais e a repressão a figuras como o vereador Raymundo Rosa, demonstram como a ditadura não foi apenas um fenômeno de grande escala, mas uma realidade concreta e violenta em municípios do interior do Brasil. A perseguição política, as cassações de mandatos, as prisões arbitrárias e a repressão sistemática ilustram o caráter autoritário do regime e suas consequências duradouras sobre a estrutura política da cidade.

Além disso, a Guerrilha do Araguaia e a repressão militar que a acompanhou marcaram profundamente a memória da população local. A ação militar contra os guerrilheiros incluiu estratégias brutais de intimidação, tortura e eliminação de adversários políticos, sendo a Casa Azul um dos símbolos desse período de violência. A Operação Limpeza, que buscou apagar vestígios dos crimes cometidos pelo Estado, reforça a necessidade de resgatar e divulgar essa parte da história para que não caia no esquecimento.

A análise dos livros didáticos utilizados na Escola Tancredo Neves II revela um silenciamento sistemático sobre a ditadura militar em Marabá. O currículo escolar, ao não abordar detalhadamente a repressão política e os conflitos regionais, contribui para a construção de uma memória fragmentada e parcial. A ausência de conteúdos sobre personagens e eventos locais reforça a narrativa oficial e impede que os alunos tenham acesso a uma visão mais crítica e abrangente desse período histórico.

Diante dessa realidade, torna-se essencial aproximar a pesquisa acadêmica das escolas locais, promovendo iniciativas que permitam um ensino mais contextualizado e inclusivo. A criação de materiais didáticos específicos sobre a história de Marabá na ditadura e o incentivo a projetos interdisciplinares que explorem a memória coletiva são caminhos possíveis para garantir que as novas gerações compreendam a complexidade desse passado.

Por fim, a Ditadura Militar em Marabá não deve ser lembrada apenas como um episódio de repressão, mas como um período que moldou a configuração política, social e econômica da cidade. O resgate dessas memórias é um passo fundamental para fortalecer a democracia e garantir que violações semelhantes não se repitam no futuro. A história local, quando incorporada ao ensino e à consciência coletiva, torna-se uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

SESSÃO 4 “TRAVESSIA” E O TEMPO PRESENTE: CONSTRUINDO UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.

Esta atividade deve permitir que os alunos analisem o processo que levou golpe militar em 1964 no Brasil norte americano e levando em consideração uma parte da sociedade civil que apoiou a deposição do presidente João Goulart. A intenção é de não apenas possibilitar o conhecimento dos fatos do período, mas promover condições para que os estudantes criem argumentos relacionados aos diferentes pontos de vista e dialoguem, colocando-se no papel de agentes construtores da história e multiplicadores da mesma através da comunicação dentro da escola através de uma atividade expositiva sobre temas dentro da ditadura militar a nível nacional e na cidade de Marabá e culminando com um podcast elaborado e apresentado pelos alunos da escola Tancredo Neves II.

Desde a deposição da presidente Dilma Rousseff em 2016 vários setores da sociedade brasileira começaram a entrar no túnel do tempo de um história distorcida para pedir a volta da ditadura militar no Brasil afirmando que somente este “regime” de governo poderia acabar com a corrupção e melhorar a economia do nosso país.

Imagen 30-Manifestantes pedem intervenção militar (2018)



Fonte:<https://www.zedudu.com.br> manifestantes pedem intervenção militar enfrente ao quartel do exército em Marabá data da publicação 28/05/2018 . Acesso : 09/07/2024

A foto acima foi tirada na cidade de Marabá no Pará município da pesquisa desta dissertação de mestrado, a partir destas ações veio os questionamentos dos motivos que levaram em pleno século XXI algumas pessoas pedirem intervenção militar (crime segundo a Constituição de 1988) e além disso, como os alunos de uma escola chamada Tancredo Neves II, multissérie, localizada na zona rural do município se deparam com essa situação, já que o nome que “batiza” é do homem que trabalhou política para um transição da ditadura militar que já durava mais de duas décadas para o regime democrático.

Público alvo:

A escola Tancredo Neves por ser uma escola de zona rural é multisseriada (ou seja o nosso público é formado por turmas de 8º e 9º ano juntos na mesma sala de aula) isso já deixa o currículo escolar mais tolido para chegar em determinado assunto que ficam quase que esquecidos ou simplesmente apagados do ensino aprendizagem dos alunos, isso sem falar em sérios problemas de leitura e interpretação de texto que são detectados durante o ano letivo.

Objetivos a serem alcaçados :

- 1º Traçar uma trajetória histórica de pré e pós golpe de 1964.
- 2º Adquirir conhecimentos conceituais sobre o que foi a ditadura militar e suas ações a nível nacional e local.

- 3º Descrever os tipos de violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura militar.
- 4º Conhecer a CNV e seu trabalho em prol da luta dos desaparecidos polííticos no dias atuais.
- 5º Saber o histórico da escola e quem foi Tancredo Neves.

Contéudos :

A aula inicial será expositiva sobre o assunto da ditadura militar, contendo uma introdução sobre os acontecimentos de 1964 e a deposição de Joao Goulart e seus desdobrimentos na cidade de Marabá no Pará, e vamos fazer uma relação com os tempos negacionistas da história e tentiva de reescrever os acontecimentos do passado que vivemos nos dias atuais e como essa informação chega até os alunos, se é por meio de redes sociais, televisão, rádio e comentários de familiares ou amigos?

Estratégia Pedagógica :

Dependendo do número de alunos na sala será colocado os temas no quadro branco relacionados com a ditadura militar por exemplo (atos institucionais, torturas, prisão e desaparecimento de opositores políticos, economia na ditadura. Lei da censura, lei de segurança nacional) e depois os grupos de alunos serão formados por afinidades nestes temas para fazer uma exposição do assuntos que será pesquisado pelo grupo.

Esta exposição necessitará de cartolina, com fotos e suas respectivas explicações escritas nos cartazes, ou pode usar o data show da escola para apresentar um slide (neste caso fica a criterio de cada equipe para apresentar seu trabalho).

Cada equipe terá quinze minutos para fazer sua apresentação e depois será aberta para perguntas de todos os outros alunos que estiverem em sala de aula.

Atividade : Documentario a Travessia.

Duração: 3 aulas

A aula iniciará com um resumo do documentario a travessia que traça a trajetória de Tancredo Neves (1910 -1985) ao longo de fatos importantes da história política brasileira, como sua relação com Getulio Vargas, o trabalho para permitir a posse de Joao Goulart logo após a renuncia de Jânio Quadros, o contato com Castelo Branco, o primeiro presidente militar e a sua participação na campanha das DIRETAS JÁ.

Em um segundo momento será exibido o documentário TRAVESSIA para analisar (com algumas abreviações) para o conhecimento dos alunos a história do político que dá o nome a unidade de ensino pesquisada neste trabalho, essa análise, sempre feita em grupo de maximo 5

alunos. Seu resultado deverá ser em um texto em no mínimo 15 linhas.

Em um terceiro momento usando as duas imagens como exemplo, determine aos grupos que retirem prints do documentário A Travessia que serão levando para impressão na escola e seja montada uma cartilha cronológica com as imagens e abaixo ou do lado de cada uma delas seja explicado historicamente seu significado (sugestão de no mínimo 5 e no maximo 10 prints). Essa atividade ficará com um “livro de imagens” produzidos pelos alunos na biblioteca da escola.

Imagen 31 Documentario Travessia



Imagen 32 Documentario Travessia



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=pDqaUUoicLk&t=19s> documentario Travessia acessado em 10/02/2025

4.1 A proposta do uso do documetario Travessia como recurso audio visual.

Após 18 anos de docência na educação básica, como professor de História, tenho a convicção que no ensino desse componente curricular, o uso do recurso áudio visual é importantíssimo para melhoria do aprendizado dos nossos alunos, onde geralmente alguns colegas de profissão, utilizam-se deles, para buscar esse conhecimento tentando trazer essa “máquina do tempo” para frentes dos alunos dentro de sala de aula.

A linguagem audiovisual é uma importante ferramenta, que também poderá ser complementar, despertar o interesse e a assimilação do aluno sobre determinado tema, resultando em um contexto de interação entre aluno e professor. O uso da imagem no processo pedagógico mostra outra realidade, que poderá ser de diferentes épocas e lugares (Serrano, 2015, p. 16).

Tal procedimento, basicamente descrito, consiste nos seguintes procedimentos metodológicos: selecionar partes do documentário, apresentá-las aos estudantes e analisá-las posteriormente, relacionando-as ao contexto histórico; fazer anlógiias sobre determinados temas e realidades passadas e depois identificar as diferenças; promover a interação dos alunos

por meio do uso de aparelhos de televisão, projetores mesmo do uso da internet, utilizando a mídia relacionada ao nosso assunto que está disponível no YouTube; realizar junto com os alunos uma análise criteriosa dentro da historiografia e fazer comentários e textos sobre o documentário *Travessia*, partindo para as investigações que julgar necessárias e a compreensão do conteúdo, entre muitas outras formas que possam permitir a criatividade e a imaginação.

Com relação à nossa proposta de intervenção para se trabalhar com o documentário no ensino de História, podemos dizer que ela foi uma proposta do uso de multi-recursos, ou seja, uma mistura de procedimentos metodológicos para se chegar a um resultado ousado, porém gratificante: ver a consciência histórica dos estudantes proferida em cada ação realizada dentro do produto desta dissertação.

É importante esclarecer, que nossa proposta para o ensino de história, baseada em atividades através do documentário *Travessia*, pode ser aplicada com os mais diversos conteúdos e objetivos. Nossa pesquisa tem como conteúdo a Ditadura Militar no Brasil e a repercussão destes acontecimentos no tempo presente na cidade de Marabá, como objetivo, a expressão da consciência histórica dos estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental por meio da mídia. No entanto, isso não impediu que utilizássemos outros materiais lúdicos, como, por exemplo, charges, músicas, entre outros, sobre o período estudado, pois sem estimular a sensibilidade discente com o uso de meios áudio-visuais, seria difícil a entrega, a participação, enfim, a entrada no “círculo mágico” de Huizinga. O que não quer dizer que os meios visuais e sonoros são lúdicos por si só, mas que eles são decisivos no desenvolvimento da experiência lúdica, eles contribuem pra que o gatilho do envolvimento discente seja disparado. Não é impossível, mas acreditamos que seria muito difícil obter um resultado lúdico-artístico como o que obtivemos se a metodologia adotada fosse apenas a aula tradicional expositiva.

Faremos a partir de agora, a exposição das impressões dos alunos após terem assistido o documentário *Travessia*. Foi aplicado o mesmo questionário aos alunos do turma 8º e 9º ano (2024) da Escola Tancredo Neves 2.

O questionário continha as seguintes perguntas:

- 1) Você já ouviu falar em ditadura militar no Brasil ?
- 2) Alguém do seu convívio familiar (amigos, familiares etc.) já conversaram sobre ditadura militar no Brasil com você ?
- 3) Você já escutou falar em ditadura militar em Marabá ?
- 4) Você sabe quem foi Tancredo Neves que dá nome a escola na comunidade?

- 5) Quais são os meios de comunicação (internet, rádio e televisão) mais usados por você e sua família nos dias atuais?
- 6) Você acompanhou os acontecimentos do dia 08/01/2023 ou escutou falar através de imprensa e familiares?
- 7) Na sua opinião estudar história é importante?

Vamos primeiro às respostas da turma dos alunos da escola Tancredo Neves 2. O Questionário foi aplicado a 15 alunos após a exibição do documentário a “Travessia”. É importante dizer que todas as categorias de respostas aqui estabelecidas surgiram após a leitura das respostas dos alunos, tanto na tabulação do questionário quanto no estabelecimento dos critérios de correspondência, ou seja, fizemos apenas o agrupamento das respostas dos estudantes, alocando cada resposta na categoria correspondente. Levaremos em consideração a respostas dos alunos as correntes historiográficas que fazem parte desta dissertação História do tempo presente, história local, consciência histórica e conhecimentos sobre a ditadura militar.

TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Respostas

Pergunta 1	Mensagem de reflexão sobre o passado.	Mensagem sobre articulação política.	Mensagem sobre abertura política.
	7 alunos	6 alunos	2 alunos

Respostas

Pergunta 2	Sim	Não
	0 alunos	15 alunos

Respostas

Pergunta 3	A importância do passado na nossa vida.	Conhecimento da história local.	Acesso do assunto através da mídia (internet)
	7 alunos	0 alunos	8 alunos

Respostas

Pergunta 4	Alerta para que o povo lute por democracia.	Conhecimento sobre história da comunidade.	Conhecimento sobre Tancredo Neves
	7 alunos	3 alunos	0 Alunos

Respostas

Pergunta 5	Internet	Rádio	Televisão
	9 alunos	2 alunos	4 alunos

Respostas

Pergunta 6	Relacionar esse acontecimento com o passado.	A diferença do dia 08/01/23 para o movimento diretas já.	Através da imprensa (televisão)
	8 alunos	0 alunos	7 alunos

Resposta

Pergunta 7	Para reflexão do presente.	Conhecer os fatos do passado sem ligação com o presente.	A importância do sujeito histórico como Tancredo Neves.
	8 alunos	7 alunos	0 alunos

Levando em consideração a pesquisa realizada como os alunos da escola Tancredo Neves 2 e a execução da sequência didática relacionada ao documentário Travessia, os alunos mostraram total desconhecimento do assunto relacionado a ditadura militar, e o mesmo serviu para trazer uma parte deste conhecimento através dos textos produzidos e principalmente como conhecimento do sujeito histórico Tancredo Neves que dá o nome ao estabelecimento de ensino.

Durante a atividade de captura de imagens (prints) do documentário, ocorreram alguns desencontros entre os grupos de alunos em relação à escolha das cenas mais relevantes para o trabalho. As divergências surgiram a partir das diferentes interpretações sobre a importância histórica atribuída a cada imagem selecionada.

O resultado da atividade foi a produção de um "livro de imagens", que ficou registrado na escola como trabalho avaliativo. A produção contou com fotografias acompanhadas de textos explicativos elaborados pelos próprios alunos. Como forma de socialização da experiência, os estudantes apresentaram o material em outras turmas da unidade escolar, explicando sua realização e construção por meio da sequência didática desenvolvida.

A produção textual em grupo sobre a análise da "travessia" foi uma etapa importante do processo de aprendizagem, pois proporcionou aos alunos a oportunidade de discutir entre si os conteúdos estudados. Durante a atividade, refletiram sobre como se deu a transição do final da ditadura militar para o processo de redemocratização no Brasil. Observou-se, no entanto, a presença de algumas dificuldades ortográficas e confusões historiográficas, especialmente na distinção entre o tempo cronológico e a construção da consciência histórica. Esses aspectos, no entanto, foram abordados de forma orientada, contribuindo para o amadurecimento crítico dos estudantes.

Critérios de correspondência

‘Como mencionado anteriormente, os critérios de análise só foram definidos após a leitura e a organização das respostas fornecidas pelos alunos. Assim, esperava-se uma correspondência coerente entre as respostas dadas na pergunta 1 e na pergunta 7, de modo a revelar uma correlação mínima em termos argumentativos. Em outras palavras, o que o estudante expressasse na questão 1 deveria estar, ao menos parcialmente, relacionado ao que ele afirmou na questão 7, permitindo identificar indícios do desenvolvimento da consciência histórica, da compreensão da história do tempo presente e da valorização da história local.

Nesta pesquisa, as respostas dos alunos foram associadas às correntes historiográficas trabalhadas na dissertação, previamente apresentadas e discutidas com os próprios alunos, de modo que pudessem compreender como seus posicionamentos se vinculavam a determinadas abordagens da historiografia. Por exemplo, conforme o gráfico apresentado abaixo, 14% dos estudantes demonstraram reconhecer e valorizar o conhecimento sobre sua própria comunidade, o que se relaciona diretamente à perspectiva da história local. Para fortalecer essa análise, foi incluída nesta dissertação a citação de um autor que fundamenta essa corrente historiográfica, a fim de contextualizar e validar o processo de ensino aplicado a essa turma da educação básica.

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que

não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou plays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a histórica local foi mais tarde desprezada – principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX – pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (Goubert, 1992, p.70).

Destaca-se que foi realizada uma aula expositiva a título de interpretação da citação para mostra para os alunos que eles estavam inseridos neste contexto historiográfico que os mesmos não tinham conhecimento de sua existência mais já praticaram.

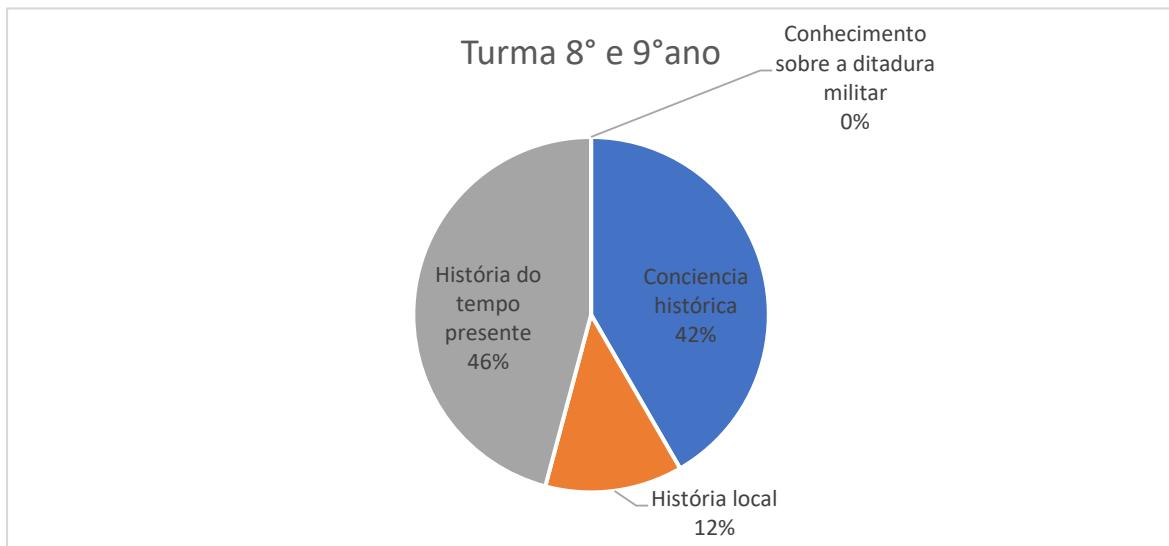
No caso das narrativas locais, observa-se que a amplitude dos relatos tende a ser reduzida, principalmente porque o trabalho desenvolvido com essa temática costuma se restringir a determinados aspectos da vida comunitária, como, por exemplo, a fundação do município ou eventos isolados da história oficial local. Essa limitação pode ser explicada, em parte, pela ausência de uma tradição escolar mais sistemática voltada à valorização da história local como componente importante da formação histórica dos estudantes.

Nesse sentido, ao abordar o espaço onde vivem, os alunos costumam relatar elementos que descrevem o lugar de forma superficial, focando em aspectos como características físicas (rios, relevo, clima) e humanas (população, atividades econômicas). Apesar disso, é possível perceber uma aproximação afetiva com o tema proposto, revelando, por meio dos relatos, uma relação de pertencimento ao território. Tal vínculo se manifesta tanto na forma como os alunos descrevem o espaço quanto nas críticas que tecem a partir da realidade vivenciada, o que demonstra o potencial da temática para despertar a consciência histórica a partir da experiência cotidiana.

As narrativas produzidas apontam para uma construção fragmentada do conhecimento histórico: os eventos são relatados de maneira desconexa, muitas vezes sem uma sequência cronológica ou relação de causa e consequência. Essa característica evidencia a dificuldade de articulação temporal e a ausência de uma compreensão mais profunda dos processos históricos. Além disso, chama atenção o fato de que nenhum dos textos mencionou ou demonstrou conhecimento sobre os impactos da ditadura militar em Marabá — um tema de grande relevância para a história da região. Tal ausência indica a necessidade de maior inserção da história do tempo presente e da história local nos currículos escolares, a fim de

fomentar um olhar mais crítico e contextualizado por parte dos estudantes sobre o lugar que habitam.

Gráfico – Turmas 8º e 9º anos da escola pesquisada Tancredo Neves II



Fonte: Autor (2025)

A abordagem da história do tempo presente obteve destaque em nossa pesquisa, representando 46% das respostas dos alunos. Essa corrente historiográfica foi trabalhada com base na seguinte citação:

De acordo com o historiador François Bédarida sua característica básica é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmindo sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos (Ferreira, 2012, p.109)

Com relação a essa corrente, os alunos demonstraram maior facilidade em compreender a relação entre processos históricos passados e os acontecimentos atuais. Para facilitar essa compreensão, foram apresentados exemplos de expressões como “golpe de Estado” e “luta pela democracia”, além da exibição de uma imagem de uma manifestação ocorrida em Marabá, no ano de 2018, na qual grupos pediam intervenção militar.

Mesmo com as dificuldades naturais de uma turma da educação básica, os alunos se envolveramativamente em uma discussão em grupo que durou cerca de 10 minutos. Um dos momentos mais significativos foi quando um aluno questionou: *“Por que o passado está voltando?”* Essa pergunta, simples em sua formulação, revelou uma inquietação genuína e

indicou que a semente do pensamento crítico estava sendo plantada. A partir desse instante, compreendemos, enquanto docentes, que os alunos estavam iniciando um processo real de reflexão histórica.

No que diz respeito à consciência histórica, 42% das respostas dos alunos demonstraram alguma aproximação com essa noção. A seguir, a definição de Martins (2019, p. 55) utilizada no trabalho: “Consciência histórica é uma expressão utilizada para designar o modo como os seres humanos refletem, interpretam e lidam socialmente com suas experiências concretas de vida ao longo do tempo, em sociedade”.

Buscando entender por que a consciência histórica teve um percentual um pouco menor, voltei a analisar tanto os dados quantitativos quanto qualitativos do questionário. É importante ressaltar que, até então, os alunos não conheciam formalmente essas correntes historiográficas. Concluímos que, embora reconheçam a importância do passado em suas vidas, muitos ainda têm dificuldade em articular essa percepção de forma clara e consciente. Diante disso, desenvolvemos uma atividade voltada para o fortalecimento da consciência histórica em nível familiar. Os alunos, organizados em grupos de cinco, foram convidados a construir uma linha do tempo com eventos significativos de suas vidas. Pediu-se que relatassem pelo menos um acontecimento familiar marcante e, se possível, associassem a um ano ou data específica.

Considerando que trabalhamos com um público adolescentes, recorremos à seguinte reflexão de Cainelli:

A pergunta que podemos fazer é como tendo ideia do sentido de história podemos ensinar história para crianças e adolescentes ? Pensando que antes de qualquer coisa esta história precisa levar em consideração que as criança e adolescentes são capaz de aprender história e pensar historicamente. Ensinar a pensar historicamente significa desenvolver a capacidade de transitar de um modo de argumentar para outro, de relacionar a experiência humana com a vida prática de cada um. Este pensar se concretiza a partir da constituição da narrativa quando o individuo interpreta o passado seguindo os princípios e regras da ciência da história (Cainelli, 2010, p. 19).

Seguindo esse pensamento, compreendemos que os conteúdos de história fazem mais sentido quando os estudantes conseguem estabelecer conexões com suas vivências. Para isso, é fundamental ajudá-los a entender a história como um processo contínuo no tempo.

Durante a atividade, muitos alunos começaram a lembrar do momento em que suas famílias chegaram à comunidade. Um deles relatou que sua família havia se mudado para o local no ano de 1994, associando esse marco ao “ano do Plano Real” e ao fato de o Brasil ter

sido tetracampeão mundial de futebol. Nesse caso, observamos de forma concreta como a memória e a consciência histórica podem caminhar juntas, permitindo aos alunos relacionarem acontecimentos nacionais com suas próprias experiências de vida.

O conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil apresentou índice zero no gráfico da pesquisa, com base nas respostas dos alunos. Isso demonstra que, até o desenvolvimento deste produto de dissertação, os estudantes não possuíam qualquer informação escolarizada sobre o tema. Essa constatação apenas reforça o que foi apontado na Seção 3 desta dissertação, onde se analisa a precariedade dos materiais didáticos curriculares no que diz respeito aos acontecimentos nacionais, especialmente ao período da ditadura civil-militar e, mais gravemente, a completa ausência de conteúdos voltados à história do município de Marabá. Na maioria das vezes, esse tema é tratado de forma superficial, quando muito, limitado a uma única página nos livros didáticos.

Com relação à ditadura civil-militar, as respostas dos alunos no questionário revelaram que seus conhecimentos prévios provinham, em grande parte, de fontes informais, como conteúdos compartilhados na internet e conversas no âmbito familiar. Muitas dessas narrativas apresentavam um viés negacionista ou de relativização da violência do regime. Diante desse cenário, foram elaboradas atividades didáticas que permitiram aos estudantes compararem essas versões com a análise crítica de documentos históricos diversos. O objetivo foi não apenas ampliar o repertório informativo dos alunos, mas também desenvolver sua capacidade de interpretar e debater as controvérsias atuais sobre o legado do período ditatorial.

Esse trabalho, portanto, vai além das importantes demandas por verdade e memória. Trata-se de um esforço pedagógico para desconstruir “narrativas falsas construídas por regimes de poder (...) [e permitir] a insurgência de um conjunto de memórias coletivas e sociais (...) cuja expressão era vedada pelo regime autoritário” (Torelly, 2015, p. 58). A escola, nesse contexto, torna-se um espaço fundamental para o exercício da escuta histórica e para o enfrentamento crítico de versões manipuladas do passado.

Considerando a complexidade e a abrangência do tema, que não pode ser esgotado em uma única sequência didática, optou-se por trabalhar com conceitos fundamentais que emergiram das discussões, como o de *autoritarismo*. Após o contato inicial com os documentos e debates, o termo foi explorado com os alunos a partir da citação de Torelly e contextualizado dentro do período da ditadura de 1964, estabelecendo, ainda, relações com situações contemporâneas, amplamente disseminadas pelas redes sociais e demais meios digitais.

Para tornar o conteúdo mais acessível, foi apresentado aos alunos um quadro com imagens e descrições dos Atos Institucionais (AIs), explicando seu funcionamento no plano nacional e discutindo suas consequências no município de Marabá. Essa abordagem permitiu aos estudantes compreenderem não apenas os mecanismos legais utilizados pelo regime para concentrar poder e suprimir direitos, mas também os impactos diretos desse processo na história local — muitas vezes invisibilizada nas narrativas oficiais e escolares.

Imagen 33 – Abusos Institucionais

ABUSOS INSTITUCIONAIS	
No Brasil da ditadura foram impostos ao todo 17 atos institucionais. Confira os principais	
AI-1 (9 DE ABRIL DE 1964)	Cassou mandatos e suspendeu a imunidade parlamentar, a vitaliciedade dos magistrados, a estabilidade dos funcionários públicos e outros direitos constitucionais.
AI-2 (27 DE OUTUBRO DE 1965)	Estabeleceu a eleição indireta para presidente, extinguiu partidos políticos e permitiu ao Executivo cassar mandatos.
AI-3 (5 DE FEVEREIRO DE 1966)	Fixou eleições indiretas para governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito.
AI-4 (7 DE DEZEMBRO DE 1966)	Fechou o Congresso e determinou as regras para a aprovação da nova Constituição.
AI-5 (13 DE DEZEMBRO DE 1968)	Deu ao presidente plenos poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar juízes e funcionários; acabou com a garantia do habeas corpus; ampliou e endureceu a repressão policial e militar.

Fonte: Google imagens (2005) acessado em 10/03/2025

Um dos momentos mais significativos do trabalho foi logo após a explicação do conceito de autoritarismo em nível nacional, especialmente no contexto dos Atos Institucionais. A seguir, foi apresentada uma contextualização sobre como essas ações da ditadura militar repercutiram diretamente no município de Marabá, com destaque para a repressão a parlamentares locais que adotavam posturas críticas ao regime. Como exemplo, utilizamos o caso do vereador Raimundo Rosa, que, mesmo antes da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi preso ainda na primeira semana após o golpe civil-militar de 1964, no mês de abril, e levado para Belém.

A partir dessa explicação, os alunos passaram a desenvolver uma noção mais clara da relação entre os acontecimentos nacionais e suas implicações locais, compreendendo que a ditadura não foi um processo distante, restrito aos grandes centros, mas algo que também impactou diretamente a história de sua própria cidade. Esse momento gerou reações

espontâneas e reveladoras, como a fala de um aluno: “*Eu não conhecia Raimundo Rosa. Ele foi preso por causa da lei?*” Outro questionou com espanto: “*Como assim essa ditadura não existia?*” E, em um dos grupos, os estudantes comentaram entre si: “*A gente não sabia nada sobre ditadura militar, muito menos aqui em Marabá. Agora já sabemos do que se trata.*”

Essas falas revelam não apenas a construção do conhecimento, mas também o despertar da consciência histórica e do pensamento crítico a partir da realidade local. Como professor e pesquisador, esse foi um momento de grande satisfação, pois ficou evidente o impacto positivo deste produto de dissertação aplicado em uma escola da zona rural de Marabá. Até então, muitos dos alunos não sabiam quem foi Tancredo Neves, desconheciam as ações desse político no processo de redemocratização, bem como os desdobramentos da ditadura militar em sua própria cidade. Esse resultado reforça a importância de abordar a história nacional articulada à história local, especialmente em contextos em que o acesso a essas informações é historicamente limitado.

CONCLUSÃO DA SESSÃO 4

As reflexões finais sobre a Seção 4 evidenciam a importância da sequência didática como ferramenta pedagógica para o ensino de História, especialmente no contexto dos 8º e 9º anos da Escola Tancredo Neves II. O uso do documentário *Travessia* permitiu aos estudantes uma imersão em fatos históricos fundamentais, contribuindo para o desenvolvimento da consciência histórica e para o entendimento das relações entre passado e presente. A proposta buscou aproximar os alunos dos acontecimentos da ditadura militar e de sua repercussão em Marabá, criando um vínculo entre a história nacional e a realidade local.

Os resultados da pesquisa indicam que, antes da aplicação da sequência didática, os alunos possuíam pouco ou nenhum conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil, tampouco sobre a trajetória política de Tancredo Neves. A atividade de elaboração de um "livro de imagens", a partir dos prints do documentário, reforçou a compreensão dos eventos históricos e proporcionou um meio de compartilhar esse aprendizado com outras turmas da escola. A abordagem visual e interativa mostrou-se eficaz para captar o interesse dos estudantes e promover discussões relevantes sobre o tema.

Outro aspecto significativo foi a tabulação das respostas do questionário aplicado aos alunos após a exibição do documentário. A análise demonstrou um aumento na percepção dos estudantes sobre a importância da história na formação do pensamento crítico e na

compreensão da democracia. Destaca-se, ainda, que a discussão sobre o conceito de autoritarismo permitiu que os alunos identificassem paralelos entre os eventos passados e manifestações contemporâneas, estimulando uma reflexão mais profunda sobre política e sociedade.

A correlação entre as respostas dos alunos e as correntes historiográficas analisadas no estudo, como história local, história do tempo presente e consciência histórica, evidenciou o impacto positivo da metodologia adotada. Ainda que muitos estudantes tenham apresentado dificuldades iniciais na compreensão dos conceitos, a sequência didática possibilitou avanços significativos na percepção da história como um processo dinâmico e em constante construção.

O envolvimento dos alunos nas atividades demonstrou que o ensino de História precisa ir além da simples transmissão de conteúdo. A interação entre diferentes recursos didáticos, como documentários, discussões em grupo e produção textual, favoreceu a construção do pensamento crítico e a formação cidadã dos discentes. A indagação de um aluno, ao questionar “*por que o passado está voltando?*”, sintetiza a essência do projeto: estimular a compreensão da história como algo vivo e presente em nossas experiências cotidianas.

Por fim, o trabalho realizado com os alunos da Escola Tancredo Neves II reforça a necessidade de um ensino de História contextualizado, que relate o passado com o presente e incentive a reflexão crítica. A experiência evidenciou que a história local deve ser valorizada, para que os alunos se reconheçam como parte de um processo histórico mais amplo. Dessa forma, a sequência didática se revelou um instrumento poderoso para ampliar o repertório cultural dos estudantes e fortalecer sua compreensão sobre os eventos que moldaram o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta dissertação, chegou-se à conclusão de que o debate historiográfico sobre a memória da ditadura militar permanece bastante ativo em grande parte da sociedade brasileira, especialmente após as Jornadas de Junho de 2013. Esse debate se intensificou em 2014 e continuou crescendo ao longo da segunda década do século XXI, sendo retomado como pauta essencial na construção deste trabalho.

Observou-se, de forma objetiva, que essa memória foi “destravada” sob o pretexto de uma luta contra a corrupção, tema amplamente explorado pela mídia tradicional, como rádio e televisão e intensificado com o avanço da era digital, marcada pela popularização dos celulares e a disseminação instantânea de mensagens. Vale destacar que, nesse período, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, abriu um caminho significativo para a ascensão da extrema-direita no Brasil, cujas ideias passaram a circular com maior força no debate público.

Diante disso, torna-se necessário compreender como e por que determinados acontecimentos do passado foram resgatados como bandeira política por parte da população que se identificou com essa vertente ideológica. O que se observa é a utilização de uma memória coletiva histórica distorcida, desconectada da produção científica, para justificar atos políticos e até mesmo criminosos, em contradição com a Constituição brasileira. Essa problemática foi explorada ao longo desta dissertação, especialmente na análise da *história do tempo presente*, desenvolvida no capítulo final.

Para reforçar essa reflexão, é imprescindível mencionar que o negacionismo e o revisionismo historiográfico sobre a ditadura militar têm se repetido em discursos marcados por bordões como: “*No tempo dos militares era melhor*”. Também são reforçados por produções como o canal *Brasil Paralelo*, que nega os crimes de tortura, ocultação de cadáveres e assassinatos cometidos durante os chamados “anos de chumbo”, tentando reconstruir a história do Brasil sob uma perspectiva política de extrema-direita.

Percebeu-se, a busca por uma representação seletiva do passado como memória coletiva ou, em sua ausência, uma apropriação recente por parte de segmentos sociais que passaram a discutir esse assunto mais ativamente. Essa demanda tem sido usada como instrumento de construção de narrativas políticas e, por isso mesmo, deve ser tematizada também nas escolas públicas e privadas. A discussão sobre a ditadura pode e deve estar presente nos currículos, como tema sensível, que permita investigar como os alunos se manifestam diante da temática, qual o nível de conhecimento que possuem e de que forma esse conteúdo lhes é apresentado.

Essa realidade foi observada no contexto da Escola Tancredo Neves II, localizada na Vila Sarandi, às margens da PA-150. O nome da escola remete a um dos personagens centrais da transição entre a ditadura militar e a democracia: Tancredo Neves, que participou do movimento Diretas Já, da Emenda Dante de Oliveira e venceu a eleição indireta para a presidência da República, em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos (72,73%) contra 180 (27,27%) do candidato Paulo Maluf.

A partir da aplicação de um questionário com os alunos da escola, foi possível constatar que o conhecimento sobre a ditadura militar era praticamente inexistente, assim como a compreensão da importância de Tancredo Neves no processo de redemocratização. Diante disso, tornou-se necessário incluir, neste trabalho, a abordagem da ditadura militar em Marabá, ressaltando a relevância da história local no processo de ensino-aprendizagem e na produção acadêmica de modo geral. É fundamental entender que repressões, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, desrespeito aos direitos humanos e cassações de mandatos não ocorreram apenas nas regiões Sul e Sudeste do país. A cidade de Marabá, no Norte, também foi palco dessas violações, como evidenciam episódios como a Guerrilha do Araguaia, a atuação da "Casa Azul", a cassação do vereador Raimundo Rosa e os depoimentos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, na Câmara Municipal de Marabá.

Essa lacuna foi identificada também na análise dos livros didáticos utilizados pelos alunos da escola, tanto na disciplina de História quanto em Estudos Amazônicos. O silenciamento sobre a ditadura militar é evidente: o conteúdo local restringe-se, em geral, a uma única página sobre a Guerrilha do Araguaia, e os acontecimentos nacionais se concentram em episódios das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Sugerimos, em futuros trabalhos, a análise mais aprofundada das aulas de História sobre a ditadura militar, especialmente em suas repercussões na Transamazônica e no estado do Pará.

A proposta desta dissertação, construída no âmbito do ProfHistória, foi justamente contribuir para o enfrentamento dessa lacuna, com uma sequência didática pensada para levar os alunos do macro ao micro da história do período da ditadura militar. A ideia foi iluminar um “túnel escurecido” por uma memória escondida, invisibilizada em poucas páginas dos livros didáticos e por um currículo marcado por esquecimento e omissão.

A sequência foi aplicada com base no documentário *Travessia*, que proporcionou aos alunos uma oportunidade concreta de observar a trajetória política de Tancredo Neves. Antes da exibição, os estudantes responderam a um questionário, cujas respostas foram posteriormente analisadas sob critérios qualitativos e quantitativos, em diálogo com as correntes historiográficas discutidas na dissertação. As respostas dos alunos serviram de base para explicar pontos específicos sobre a ditadura militar e para promover reflexões sobre as relações entre a história nacional e a história local.

A partir dos comentários espontâneos dos alunos que revelaram surpresa, curiosidade e desejo de compreender melhor esse período, ficou evidente que trabalhar com temas sensíveis, com abordagens visuais e com o engajamento em atividades críticas pode gerar um impacto profundo no processo de formação histórica e cidadã.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. **Memória, Cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo.** p.8-9, História e Cultura, Franca, volume 4, número 2, 2015.
- ARÓSTEGUI, Julio. **Retos de la memoria y trabajos de la historia. Pasado y memoria.** Madrid: Revista de História Contemporánea, n. 3, p. 5-58, 2004. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/742/1/ArosteguiRetos%20de%20la%20memoria.pdf>

f. Acesso em: 18 ago. 2024.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** São Paulo Cortez, 2005.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BRASÍLIA. **Câmara dos deputados do Brasil.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.câmara.leg.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BLOCH, M.A. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASADO, Jose. **Riocentro: documentos revelam que Figueiredo encobriu o atentado.** O Globo, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/riocentro-documentos-revelam-que-figueiredo-encobriu-atentado-12030727>. Acesso em: mar. 2024.

CORREA, Rosa: **DOPS são Paulo: as atividades da polícia, política e a intrincada organização do seus acervos.** São Paulo. 2008.

COELHO, Mauro Cezar; BEMERGUY, Amélia; GUEDES, Luana Bagarrão; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol. 4** (Amazônia contemporânea). Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

COSTA CARDOSO, L. “**Volta à Ditadura**”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964.: Dossier “Ditadura Militar no Brasil”. *Contenciosa*, 2018. <https://doi.org/10.14409/contenciosa.v0i8.8594>

_____. “**Volta à ditadura**? Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Contenciosa, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. **O Brasil vai virar Venezuela:** medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro.p. 1-17, Esferas, ano 8, n. 14, 2019.

DE MELO, D. B. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural, [S.l.], v. 13, n.27, p.39–53, 2000. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 24 de março de 2024.

DOS SANTOS, M. A. #Vaipracuba!: **Agêncese das redes de direita no Facebook.** Curitiba: Appris, 2019.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2022

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice /Revista dos tribunais, 1990.

_____**A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

_____**Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Siglo XXI de España Editores, S.A, 2002.

JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba: memórias de um guerrilheiro de Selva da Guerrilha do Araguaia**. Campo Grande: Edição do autor, 2007.

LIZ, Batista. **Atentado do rio centro: as bombas que tentaram para a abertura política**. **Estadão**, 2021. Disponível em:<https://www.estadao.com.br/acervo/atentado-do-riocentro-as-bombas-que-tentaram-parar-a-abertura-politica/> Acesso em: mar. 2024.

Moniz,Edmundo. **Canudos a luta pela terra** (S.I) Gaia/Global. Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964. 2001

_____**Canudos: a luta pela terra**. Global. Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964. , 2007

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**:o golpe de 1964 e a ditadura militar.Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro**. **Antíteses**, [S. l.], v. 8, n. 15esp, p. 9–44, 2015. DOI: 10.5433/1984-3356.2015v8n15esp9. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: atrajetória de um liberal. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG,1985, p. 103-104.

PERI PETI. **Chão de promessas**. Belém: Editora Paka-Tatu.2003.

POLLAK, M. **Memória esquecimento, silencio. Estudos Históricos** . Rio de janeiro : FGV , v 2 n 3 , 1989

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora daUnicamp, 2008.

ROLLEMBERG, D. **Esquecimento das memórias**. In:FILHO,J.R. M. (org.). O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

L. B. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: FEV. 2024

M. E. S. Re: O BRASIL TEVE UMA DITABRANDA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: Fev. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, Memorial da resistência, 10 anos: presente! São Paulo, 2018. p.

Banco de Dados Folha. Acervo on line. [Testemunhas confirmam torturas no caso Herzog](#). Publicado na [Folha de S.Paulo](#), 17 de maio de 1978.

O Brasil entre armas e livros.[S.l.:s.n], 2019.1vídeo (127min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: fevereiro. 2024.

O Brasil teve uma ditabrand?).[S.l.:s.n], 2017.1vídeo (3min). Publicado pelo Canal History Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: fev. 2024

A lei da anistia | ditadura à brasileira | guia politicamente incorreto. [S. l.: s. n], 2017. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo Canal History Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Depois de tentativa de atentado a bomba, é preciso prender todos os terroristas bolsonaristas. **Esquerda Online**, 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/12/26/depois-de-tentativa-de-atentado-a-bomba-e-preciso-prender-todos-terroristas-bolsonaristas/>. Acesso em: 24 out. 2023.

Memorial da Resistência
https://memorialsaresistencia.org.br/wpcontent/uploads/2021/03/LIVRO_Memorial-da-Resistencia-10-anos.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.
<https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/84-museu-historico-do-exercito-e-forte-de-copacabana-mhex-fc#sobre-o-museu>. Acesso em: 17 fev. 2024.

S. C. S. G. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: março. 2024.

ANEXO

APENDICE 1- PARECER 02/2017- CME



PREFEITURA DE MARABÁ
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Antonio Maia, 1523 Velha Marabá - CEP: 68500-000. – email: cmemaraba@bol.com.br



Entidade Mantenedora:	Município:		
Secretaria Municipal de Educação	Marabá		
Estado:			
Pará			
Assunto:			
<p style="margin: 0;">Análise e parecer referente à lotação de professor pedagogo concursado que tenha uma segunda Licenciatura na área de carência da Rede Municipal de Ensino ou cursando o 6º semestre da carência, para ministrar, em caráter excepcional, as disciplinas de Artes, Estudos Amazônicos e Ensino Religioso.</p>			
Relatores:			
Jaide Maria das Graças Barreiros / Mirani Sertório do Nascimento Sousa			
Parecer nº.: 02/2017-CME	Processo nº.: 14/2017-CME	Data de entrada: 17/03/2017	Data da aprovação: 23/03/2017

I - Histórico

O Secretário Municipal de Educação encaminhou a este Colegiado através do ofício nº 0160/2017-GS, consulta sobre a possibilidade de lotação de Pedagogo concursado, com segunda licenciatura na área de carência da Rede Municipal de Ensino ou que esteja cursando o 6º semestre, para ministrar as disciplinas de Artes, Estudos Amazônicos e Ensino Religioso, em caráter excepcional, para o 2º segmento do Ensino Fundamental.

Para melhor entendimento, o CME através do ofício nº 19/2017-CME, solicitou:

- 1 – Relação dos professores pedagogos concursados, com 2ª graduação dentro das disciplinas em caráter excepcional, em tela;
- 2 – Relação dos professores pedagogos em excedência.

II – Documentos que constituem o processo nº 014/2017-CME:

- 1 – Ofício nº 0160/2017-GS;
- 2 – Ofício 19/2017-CME;

III – Da Análise

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, em seu artigo: 61, incisos I, II e III; e 64, que dispõem sobre os profissionais da Educação Básica.

A Lei Municipal nº 17.474/2011-PCCRP em seu artigo 9º estatui: que os professores licenciados em Pedagogia ou curso normal superior estão aptos a exercer a docência na Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Para atuar no 2º segmento do Ensino Fundamental, o professor deve ser concursado numa disciplina da área do conhecimento da Matriz Curricular.

Em 2017, o referido assunto volta em tela, através do ofício nº 0160/2017-GS, hoje solicitando a possibilidade de efetuar a lotação de professores pedagogos concursados com uma 2ª licenciatura na área de carência da Rede Municipal de Ensino, ou seja nas disciplinas de Artes, Estudos Amazônicos e Ensino Religioso. O professor pedagogo, mesmo possuindo uma segunda Licenciatura, estará ministrando disciplinas alheias à sua investidura no cargo.

No mesmo ofício, o executivo faz sua justificativa em 05 pontos:

- 1- Redução de turmas nas escolas pelo decréscimo do número de alunos;
- 2- Número expressivo de professores pedagogos concursado sem lotação;
- 3- Número expressivo de professores pedagogos concursado com uma 2ª Licenciatura em disciplinas da matriz curricular;

